A REQUALIFICAÇÃO DA BAIXA PORTUENSE – UMA OPORTUNIDADE PARA O PORTO, EM 2001

Volume I

Dissertação elaborada no âmbito do **Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano**, FAUP. FEUP

Sob Orientação Científica do Professor Catedrático Manuel Fernandes de Sá

Ana Sousa Brandão Alves Costa

Maio 2009

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Resumo

A Requalificação da Baixa Portuense – uma oportunidade para o Porto, em 2001

O trabalho apresentado tem como base o projecto de *Requalificação Urbana da Baixa Portuense*, realizado no âmbito do *Porto 2001, Capital Europeia da Cultura*. O estudo deste caso concreto abriu pistas para o aprofundamento do conceito de Projecto Urbano.

Tomando como base uma reflexão sobre aquilo que, de modo genérico, caracteriza as cidades de hoje, dado essencial para o entendimento, enquadramento e interpretação daquele conceito, procuramos uma aproximação sequencial ao caso particular em estudo. Para tal, fez-se uma análise sucinta das acções que, em termos de Projecto Urbano, antecederam os projectos do Porto 2001, nesta cidade.

Restringindo o âmbito do caso de estudo, abordamos as questões presentes na Baixa Portuense, zona que coincide parcialmente com o que se designa por Centro Histórico da cidade. Nesse sentido, observaram-se diferentes intervenções e acções de reabilitação de características semelhantes, concretizadas noutros pólos urbanos. De entre os temas suscitados, salientamos uma aproximação ao significado do "antigo centro", no contexto das "novas centralidades", patentes, de forma inequívoca, nas cidades contemporâneas.

O caso de estudo assenta na análise do processo que, com toda a complexidade, conduziu às acções concretizadas.

A construção da oportunidade que levou à criação da Porto 2001, SA, *a Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*, o desenvolvimento das propostas e projectos resultantes e a verificação dos resultados obtidos, constituem elementos que, registados de modo sistemático, poderão vir a informar acções posteriores de tipo similar.

Abstract

The Porto 'Downtown' Requalification – an opportunity for Porto in 2001.

The work presented here is based on the project for *Porto's 'Downtown' urban re-qualification*, held by the *Porto 2001, European Capital of Culture*. The study of this specific case opened new paths on the Urban Project concept.

Having as a basis for reflection the issues that, in general terms, characterize contemporary cities, essencial contribute for its understanding, framework and interpretation, we used a sequential approach on this particular case study. In fact, we did a short analysis of the actions that, in terms of the Urban Project, took place in the city and anticipated the *Porto 2001*.

By shortening the scope of the study, we consider the issues present on Porto's 'Downtown', known as *Baixa*, an area partially coincident to what is considered to be the Historical City Center. Further on, we observe different interventions and actions of rehabilitation that took place in other urban sites with similar characteristics. Amongst the topics studied we would like to draw attention to the discussions around the meaning of "historical center" in the context of the "new centralities", an issue strongly present in contemporary cities.

The case study is based on the analysis of the complex process that led actions taken.

The opportunity which led to the creation of *Porto 2001 SA*, together with the *Consultation for the elaboration of the 'Downtown' Requalification Program*, the specific solutions and projects and, finally, the verification of the obtained results lead us to questions that, when registered in a systematic way, can build up important discussion material around further urban intervention.

Résumé

La requalification du centre ville de Porto – Une opportunité pour Porto en 2001

Le travail proposé a pour base le projet *Requalification Urbaine du centre ville de Porto* réalisé dans le cadre de *Porto 2001, Capitale Européenne de la Culture*. L'étude de ce cas concret nous a amené à approfondir le concept de Projet Urbain. En nous appuyant sur une réflexion ayant trait à ce qui, de façon générale, caractérise les villes actuelles, nous avons tenté de nous rapprocher progressivement du cas étudié. Pour ce faire, une analyse succincte a été réalisée: celle des actions, en termes de projet urbain, qui ont précédé les projets de 2001 dans cette ville.

Tout en limitant la dimension de notre objet d'étude, nous avons abordé les questions concernant le Centre Ville de Porto, une zone qui coïncide partiellement avec ce que l'on désigne comme le Centre Historique de la ville. Ainsi, nous avons été amenés à observer différentes interventions et actions de réhabilitation dont les caractéristiques étaient proches mais réalisées dans d'autres pôles urbains. Parmi les thèmes relevés, nous soulignerons celui de la signification de «vieux centre» dans le contexte de «nouvelles centralités», patentes, sans aucun doute, dans les villes contemporaines.

Le cas étudié repose sur l'analyse du processus qui, dans toute sa complexité, a permis la concrétisation des actions.

La construction de l'opportunité qui a permis la création de Porto 2001, SA, la *Consultation pour l'Élaboration du Programme de Requalification du Centre Ville de Porto*, le développement des propositions et projets en résultants ainsi que la vérification des résultats obtenus, constituent des éléments, qui, relevés de façon systématique, pourront constituer matière à débat dans le domaine de l'intervention urbaine.

Índice:

1 Introdução 11

1.1 Objectivos 11

1.2 Método e Processo de trabalho 14

2 As Cidades de hoje como enquadramento para o conceito de Projecto Urbano. 17

3 Antecedentes próximos. A cidade do Porto e os Projectos Urbanos efectuados em torno de Eventos ou Oportunidades. 27

4 Intervir/ reabilitar a cidade histórica. O valor do "antigo centro" 43

5 A Requalificação Urbana da Baixa Portuense no âmbito do Porto 2001, Capital Europeia da Cultura 53

5.1 A construção de uma oportunidade 53

5.2 A criação da Sociedade Anónima Porto 2001 e o Departamento de Requalificação Urbana 55

5.3 A *Consulta para a elaboração do Programa de requalificação da Baixa Portuense* 60

5.3.1 O programa – objectivos e expectativas 60

5.3.2 Resultados da consulta. As propostas 74

5.3.3 As escolhas do júri. 77

5.4 Desenvolvimento das Propostas 85

5.4.1 O processo até à elaboração dos Planos Gerais 85

5.4.2 Os Planos Gerais 90

5.4.3 Dos Planos à execução 118

6 Conclusões 127

7 Bibliografia 133

8 Índice e proveniência das ilustrações 137

9 Cronologia do Porto 2001 141

1 Introdução

1.1 Objectivos

Este trabalho, dissertação para a conclusão do Curso de Mestrado em Planeamento e Desenho do Ambiente Urbano – FAUP/FEUP, tem como objecto aprofundar algumas questões levantadas durante o ciclo curricular do referido curso.

Sem a pretensão de defender uma tese, nem de desenvolver uma teoria, procura-se aqui disponibilizar material tratado que possa abrir caminho a novas e mais aprofundadas investigações. Pretende-se esclarecer algumas questões relacionadas com o conceito de Projecto Urbano, verificando diversas leituras sobre o tema e anotando alguns exemplos já executados, para, posteriormente, analisar, em particular, os projectos realizados para a Baixa do Porto no âmbito do *Porto 2001, Capital Europeia da Cultura*, passados já, cerca de oito anos.

Quando falamos de cidade, pela sua própria complexidade, por ser campo de interacção de tão diferentes tipos de intercâmbios, sociais, culturais, políticos, etc., pela sua longa história, pela enorme quantidade de estudos por ela suscitados, surge um vasto "leque" de temas e de possíveis "caminhos" para a investigação. Tentaremos, por isso, prevenir a dispersão, concentrando o nosso estudo em alguns temas específicos, com o intuito de evitar que o trabalho se transforme em algo tão genérico como tendem a ser as próprias cidades.

Não nos interessa o estudo exaustivo de todos os tipos de Projecto Urbano, nem elaborar uma espécie de história cronológica do conceito, mas centrarmo-nos naqueles que de alguma forma têm ganho algum protagonismo e eficácia na prática, particularmente os que têm como ponto de partida o aproveitamento de oportunidades efémeras, nomeadamente grandes exposições, competições desportivas, capitais de cultura, ou outros eventos que tem contribuído para o fortalecimento do sentido de comunidade numa sociedade tendencialmente polarizada.

Encaramos as acções levadas a cabo pela Sociedade Porto 2001 como o aproveitar de uma oportunidade única, não só no que respeita a substanciais financiamentos como, também, na centralidade que, excepcionalmente, a cidade adquiriu. Tratou-se de uma conjuntura rara para potenciar mudanças, elaborar projectos e concretizá-los de forma

célere. A escolha deste caso de estudo deve-se, também, à circunstância favorável de, pessoalmente, ter participado na equipa que constituiu o *Departamento de Requalificação Urbana*, dentro da Porto 2001, S.A., entre Julho de 1999 e Junho de 2002.

Nunca, desde a experiência do SAAL, a intervenção na cidade do Porto suscitou tanto entusiasmo ou questionamento e tamanho empenho por parte de tantos cidadãos ou grupos organizados e, como consequência, tantas expectativas. Muitas ideias foram debatidas durante o seu processo de desenvolvimento, tendo-se organizado múltiplas sessões de discussão pública com diversos especialistas para diferentes abordagens do tema. Provavelmente, o mais importante terá sido dito nessa época, tanto por leigos como por especialistas, tendo sido pouco o que ficou registado documentalmente.

Por ter seguido o processo desde o início, por tê-lo acompanhado e participado nele, por ter estado muito perto dos acontecimentos, pude constatar que muito do material elaborado na época acabou por não se tornar público. Pareceu então importante, tentar reuni-lo, sistematizando e repensando a forma como os acontecimentos se foram desenrolando, de modo a retirar algumas conclusões, com uma visão "de dentro" que, obviamente, não pode ficar alheia aos reflexos que se foram sentindo no "exterior". De facto, além das intervenções conhecidas pelo público em geral e que na prática se concretizaram, muitas ideias e projectos foram elaborados e discutidos não tendo sido executados e, por isso, permaneceram desconhecidos. São esses que mais nos interessa apresentar e sobre eles reflectir. Tentaremos verificar de que maneira os projectos desenvolvidos para a Capital da Cultura correspondem, ou não, de forma mais ou menos aproximada, às características gerais que definem o conceito de Projecto Urbano. Não pretendemos com este trabalho fazer uma avaliação "clássica" do processo, enumerando ou classificando numericamente fraquezas e qualidades; tentaremos sim, seguir um outro caminho menos quantitativo que, embora mais personalizado, é para nós mais significativo pela sua proximidade à crítica da arquitectura.

Tendo a cidade real como "cenário", é, do ponto de vista da arquitectura, do desenho, e do projecto, que nos interessa esta reflexão, já que é a partir da especificidade processual destas disciplinas que podemos melhor compreender e facilmente representar o fenómeno urbano e, assim, entender de forma clara, o papel do arquitecto/planeador neste tipo de processos. Evidentemente não excluiremos o papel fundamental de outros

intervenientes, verificando a importância e contribuição dos diversos actores, e, até que ponto, influenciam e alteram o sentido dos acontecimentos.

O processo que levou à execução das obras é conhecido; num muito curto espaço de tempo foram definidas estratégias de acção e prioridades, feitos programas, concursos de ideias, escolhidas as equipas projectistas. A efectivação dos planos tornou-se, para a Sociedade Porto 2001, num exaustivo processo de coordenação, compatibilização e procura de consensos entre inúmeros actores: políticos, técnicos das diversas entidades envolvidas na cidade, responsáveis pela gestão de financiamentos, instituições, empreiteiros e projectistas. Os programas foram sendo reajustados à medida que os projectos se iam executando e se iniciavam as obras.

Com o desenrolar dos acontecimentos, foi-se constatando a impossibilidade real de executar, em tempo útil e respeitando os orçamentos, tudo o que inicialmente tinha sido previsto e anunciado, nomeadamente no que se refere à recomposição do edificado, programas de apoio ao comércio tradicional, introdução de novos programas/funções para a dinamização da área ao nível da habitação, do lazer, etc. Tratam-se na realidade, de acções que foram, a partir de certa altura, consideradas como potencialmente induzidas ou complementares. Assim, os projectos limitaram-se à requalificação do espaço público, ruas, praças e jardins, abrangendo apenas parcelarmente o que estava inicialmente previsto. As diversas mudanças no governo central, os conflitos entretanto gerados entre a Autarquia e a Sociedade Porto 2001, a consequente instabilidade interna dentro da empresa com diversas alterações de chefias, de cargos, e de competências, dificultaram o bom andamento dos processos.

De qualquer modo, podemos adiantar, sem hesitações, que muito foi feito e num curto espaço de tempo, com vários e não espectáveis imprevistos, condições climatéricas extraordinariamente adversas e com uma enorme pressão por parte da sociedade em geral e dos média, possivelmente manipulados politicamente. Qualquer pedra da calçada fora do sítio podia ser título de jornal, no dia seguinte, e tema para conferência de imprensa.

Apesar das vicissitudes, o espaço público da zona abrangida pela intervenção, requalificado e dignificado (hoje algo degradado por falta de manutenção), como espaço de referência e de vivência cultural, ajudou positivamente a melhorar a imagem da cidade. De alguma forma funcionou como demonstração e exemplo para futuras

intervenções, além de ter servido de incentivo a outro tipo de acções, nomeadamente de privados.

Poderia pôr-se em causa o decidir-se intervir na "Baixa", quando a intervenção na cidade deveria, provavelmente, passar por outro tipo de acções, de certo prioritárias, e que, em termos de estratégia de planeamento, seriam, talvez, mais acertadas. Só que, no caso concreto, não eram conciliáveis com a "oportunidade" aberta pela Capital da Cultura que iria concentrar-se, privilegiadamente, em torno dos equipamentos culturais existentes naquela zona da cidade. Temos ainda, que considerar que, tendo sido a Autarquia a definir a opção de intervenção na "baixa" e a remetê-la para a Porto 2001, tomou-a, apenas, como um segmento do plano estratégico para a cidade (Plano Médio Prazo), previsto anteriormente e, portanto, não a encarou como uma prioridade isolada.

A Porto 2001 ficou incumbida de executar alguns projectos e obras que faziam parte deste plano da Câmara Municipal do Porto e não de discutir e propor qual a melhor estratégia para a cidade. Executou algumas destas obras, conseguindo, dada a sua condição de Sociedade Pública de Direito Privado, contornar algumas questões práticas que a Câmara Municipal teria que enfrentar com maior dificuldade e que seriam dificilmente executáveis em tão curto espaço de tempo.

A reflexão que aqui apresentamos, por vezes talvez demasiado factual, só passaria a fazer parte do conhecimento, se sintetizada num texto. Gostaríamos que não servisse apenas para recordar, numa visão histórica dos acontecimentos, mas que pudesse ter, eventualmente, através da leitura que dela se poderá fazer, alguma utilidade em operações futuras do mesmo tipo.

1.2 Método e Processo de trabalho

O trabalho aqui apresentado foi realizado na sequência do ano curricular do mestrado em que se insere. Por isso, as reflexões nele contidas advêm, inicialmente, de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos a partir dessa circunstância, assim como, a partir dos respectivos trabalhos e avaliações feitas no âmbito de algumas das disciplinas do curso.

Os primeiros capítulos surgem da necessidade de enquadrar conceptualmente, fisicamente e temporalmente, o caso de estudo que apresentamos. A consulta de bibliografia relacionada com os temas desenvolvidos ajudou, sempre, a consolidar

ideias, adquirir e ampliar conhecimentos, no sentido de sintetizar aquilo que de fundamental nos parecia importante incluir.

Pareceu-nos, essencial também, no estudo dos Projectos Urbanos apresentados, fazer a história do processo que lhes deu origem. Assim, os episódios vão sendo apresentados de forma sequencial, factual, e detalhada, tornando-se por isso a leitura, talvez, por vezes, fatigante. Fomos tentando, não apenas apresentar e descrever os factos, mas também, interpretá-los de forma crítica, no sentido de, enriquecer o trabalho e ir retirando, a par e passo, algumas conclusões. Opiniões de pessoas que estiveram ligadas ao processo vão sendo, também, referidas como complementos enriquecedores do conteúdo do texto aqui apresentado, assim como outros contributos provenientes do estudo da bibliografia relacionada com os assuntos em foco. Estas opiniões foram retiradas de algumas entrevistas realizadas especialmente para o efeito e, também, de outras, publicadas anteriormente noutros suportes, tais como trabalhos do mesmo tipo, artigos da comunicação social, ou conversas informais tidas ao longo do tempo com alguns protagonistas. A análise dos conteúdos de documentos internos da Sociedade Porto 2001, não publicados, foi, também, extremamente útil para a compreensão dos factos. A interpretação de desenhos, memórias descritivas e projectos, complementadas pelas entrevistas aos coordenadores de todas as áreas de intervenção, foi determinante para o entendimento dos projectos.

As citações foram, ao longo do trabalho, realizadas de formas diferentes; aparecem como pequenos complementos ao texto, ou, noutros casos, como fragmentos ou "imagens" que ilustram aquilo que se quer transmitir. Nessas ocasiões e dado o seu interesse, optamos por reproduzi-las integralmente mesmo se extensas.

Os contributos gerados através das conversas tidas com o orientador do trabalho, Professor Manuel Fernandes de Sá, e das correcções por ele sugeridas, foram, evidentemente, determinantes, e por isso, a ele lhe agradecemos particularmente. A outros professores e intervenientes devemos também um agradecimento especial pelo seu contributo no enriquecimento das informações que fomos adquirindo; citamos em especial Álvaro Domingues, Nuno Portas e Teresa Lago. Aos Coordenadores dos Projectos, Adalberto Dias, Camilo Cortesão, Mercês Vieira, Virgínio Moutinho, Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez, que nos concederam entrevistas, agradecemos também o contributo em informação, o esclarecimento de dúvidas e o tempo disponibilizado.

2 As Cidades de hoje como enquadramento para o conceito de Projecto Urbano.

A sociedade contemporânea tem sofrido grandes mudanças, grandes transformações e ficamos inquietos perante as formas que adoptam as cidades e perante os perigos de todo o tipo que parecem gerar para a sociedade e o meio ambiente.[1] Mudanças a todos os níveis; nos modos de vida, nos sistemas de valores, na forma de pensar e actuar, nas relações sociais, na economia e na política e nos respectivos modelos de democracia. Vivemos hoje numa sociedade muito diversificada, móvel e instável, e portanto num contexto marcado por todo o tipo de incertezas.

As cidades mudaram de escala e forma; formaram-se as *metapolis*, extensas e descontínuas, heterogéneas e multipolarizadas. Também em Portugal, os limites destas grandes *conurbações* se tornaram cada vez mais instáveis. *O crescimento interno das aglomerações, por extensão da sua periferia imediata e por densificação, dá origem a um crescimento externo, ou seja, por absorção de cidades e povoações cada vez menos ligadas ao respectivo funcionamento quotidiano. Os limites e as diferenças físicas e sociais entre campo e cidade tornaram-se cada vez mais imprecisos. A metapolização, como a globalização, induz um duplo processo de homogeneização e diferenciação: homogeneização, porque os mesmos actores económicos, ou o mesmo tipo de actores económicos se encontram presentes, com as mesmas características em todos os países e em todas as cidades* (ou partes delas); *diferenciação, porque a interacção interurbana é maior e mais profunda, acentuando a importância das diferenças. As possibilidades de escolha são cada vez mais numerosas e o contacto dos territórios "locais" com o "global" põe em evidência as diferenças e incita ao seu aproveitamento. O global estimula o local pelas comparações que se estabelecem, e a ele se deve a sua existência. E é, em ultima instância, a diversidade dos territórios o que faz com que as pessoas, bens, capitais e informação se desloquem.*[2]

Além disso, o espaço médio espectável por habitante, está a crescer, não só pelo aumento do PIB, mas também porque vão aumentando as suas exigências (espaço residência, espaços livres urbanos, equipamentos, vias de comunicação e estacionamentos).

[1] ASCHER, François (2001), Edição Castelhano, tradução livre, p.17.
[2] ASCHER, François (2001), Edição Castelhano, tradução livre, p.57 e 58.

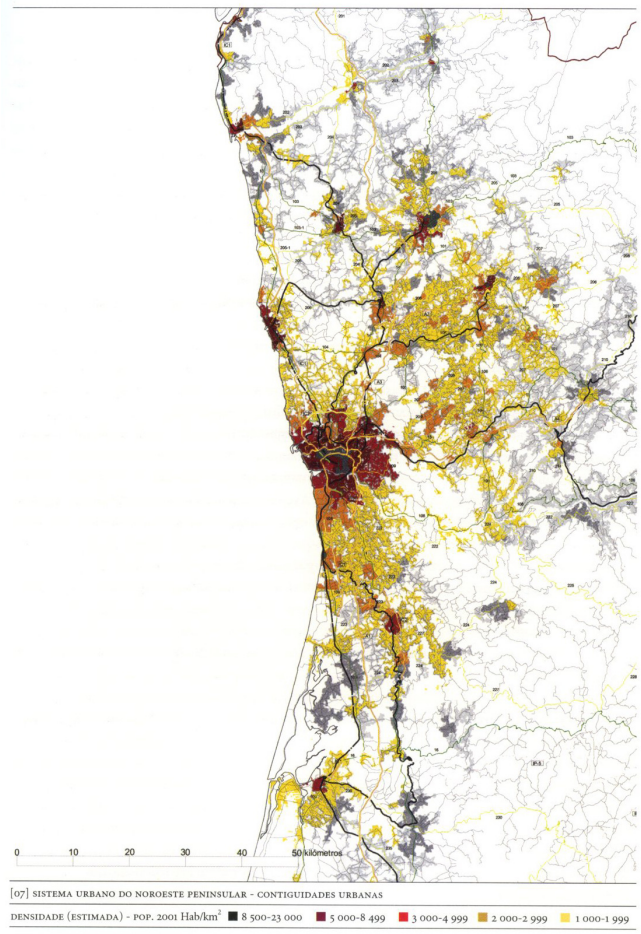


Figura 1. Sist. Urbano do Noroeste Peninsular. Continuidades Urbanas



Figura 2. Um mapa esquemático. O País arquipélago

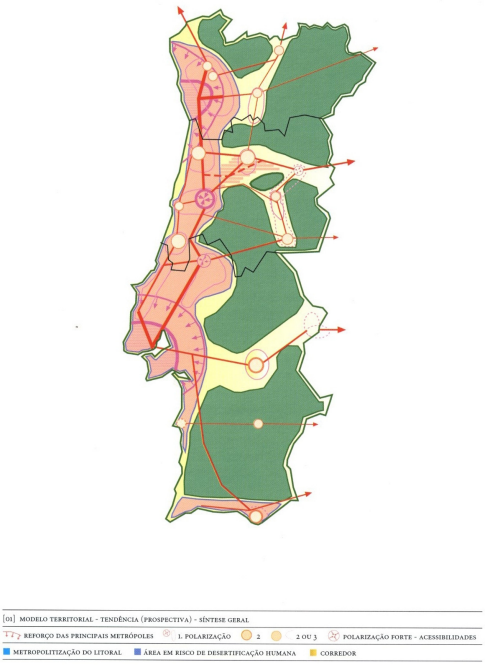


Figura 3. O Portugal Urbano. Modelo Territorial

O sistema de mobilidade nas cidades sofreu, também, grandes transformações nas últimas décadas; apesar de terem surgido novos meios de transporte, o automóvel continuou a conquistar especial protagonismo. A mobilidade crescente de bens, pessoas e informações e a evolução das tecnologias da informação e da comunicação deram origem a um sistema dinâmico de interdependência entre indivíduos e modificaram de forma decisiva os modos de vida e a produtividade nas cidades.

Aquilo que se julgava impossível, tornou-se vulgar em poucos anos e, hoje em dia, de qualquer parte do mundo podemos comunicar de forma imediata com qualquer ponto do globo, recorrendo à internet, telemóveis, computadores portáteis, televisões por cabo. Os limites temporais e espaciais mudaram. *A proximidade já não é necessária para uma série de intercâmbios e práticas sociais. As possibilidades de interacção à distância são tão grandes que chegamos a ter a impressão de estar em vários sítios ao mesmo tempo*.[3]

Os vínculos são, agora, muito mais fáceis de estabelecer, mas mais frágeis. Talvez por esta razão, comecemos a valorizar de outra forma a experiência directa na vida urbana; a proximidade física e as possibilidades de encontro real tornam-se nos principais valores que qualificam a nossa vivência nas cidades. As sociedades compõem-se, cada vez mais, de indivíduos e não de grupos sedimentados. Indivíduos que vivem de forma isolada, com necessidades mais variadas e individualizadas, mais diferenciados e autónomos, compartilhando, apenas momentaneamente, valores e experiências sociais. Estes momentos, de celebração colectiva, como o desporto, festivais de música, eventos culturais, religiosos, etc., ganham progressivamente maior importância, contrariando, aparentemente, o isolamento, a exclusão e as diferenças sociais. A diferenciação social acentua a desigualdade entre grupos e indivíduos, sendo nas cidades talvez menos clara, embora mais real a distinção entre ricos e pobres. As classes médias e altas, crescentemente exigentes, fazem depender acentuadamente a escolha do seu habitat, de políticas urbanas que dão prioridade ao desenvolvimento da qualidade de vida, dos equipamentos educativos, culturais, do ócio e da própria imagem da cidade. A vida nas cidades, para um grupo restrito de pessoas, para já coincidente com as classes mais altas, está a tornar-se de alguma forma, "asséptica". Esta é a imagem que, de forma virtual, nos é dada da cidade do futuro. Cidades em que tudo é artificializado, o clima, a comida, a natureza. Podemos deslocar-nos no nosso automóvel climatizado entre o

[3] ASCHER, François (2001), Edição Castelhano, p.36.

parque de estacionamento do nosso condomínio fechado até ao parque subterrâneo do edifício multifuncional onde trabalhamos. Aqui, sem sentir o frio ou o calor, subimos por um "elevador transparente" que nos dá o panorama da cidade real que não tocamos nem sentimos e temos todos os serviços ao nosso alcance: a clínica médica privada, o centro comercial, o escritório onde trabalhamos e contactamos com o mundo de forma virtual. Pelo contrário, as classes mais baixas cada vez menos têm o direito de optar e sentem, de forma mais crua, os contrastes, as qualidades e os defeitos das cidades em que vivem.

O uso de meios de transporte rápidos e das tecnologias de informação põe em causa os antigos sistemas de centro direccional e de organização urbana muitas vezes rádioconcêntrica. O centro geométrico das cidades deixa de ser o lugar mais acessível, sobretudo para os cidadãos com automóvel. Assim, estamos a assistir especialmente no comércio, a uma multiplicação das polaridades. O desenvolvimento da "net-economia" muda os critérios de localização das actividades e influi especialmente na configuração dos centros direccionais e de especializações comerciais.

Todas estas mudanças supõem e obrigam a transformações importantes no conceito, produção e gestão das cidades e dos territórios. *O futuro da cidade e do território, que agora tendem a identificar-se pela grande dimensão da "cidade-região", da extensão metropolitana e do "campo urbanizado", não se mostram mais pré-figuráveis em termos simples e usuais; a complexidade parece necessitar, ao mesmo tempo, de um maior nível de abstracção e de uma maior precisão.*[4] A sociedade deve, portanto, dotar-se de novos instrumentos que enfrentem estas problemáticas, tirem partido delas e limitem os seus possíveis prejuízos. A actuação urbanística necessita, hoje em dia, de compreender as lógicas que se estabelecem na sociedade contemporânea.

Trata-se de identificar estas tendências com a maior precisão possível, não para predefinir o futuro ou decidir sobre ele, mas para avaliar o impacto que podem ter sobre as cidades e as formas de vida urbana, e, elaborar em consequência, instrumentos susceptíveis de ajudar a gerir da melhor forma possível as ditas mudanças estruturais.[5]

[4] SECCHI, Bernardo (2000), Edição Português, p.146.
[5] ASCHER, François (2001), Edição Castelhano, tradução livre, p.56.

A elaboração destes instrumentos deve ter em conta alguns aspectos que, pela teoria e prática do planeamento, se têm evidenciado, funcionando quase como premissas que tornem este tipo de processos em algo mais eficaz, mais adaptado à realidade actual.

Por todas as razões referidas anteriormente, devemos ser conscientes de que o contexto em que trabalhamos se caracteriza, de forma evidente, pela incerteza e que deve ser nosso objectivo encontrar formas de a ir reduzindo ao longo do processo de planeamento. Incerteza perante o futuro, que a longo prazo não sabemos como evoluirá, incerteza nos modos de agir, porque as situações que se colocam são quase sempre diferentes de contexto para contexto. Não deve haver portanto rigidez, rotinas, receitas e regras pré-estabelecidas e a decisão deve ser flexível, probabilística e ter capacidade de adquirir diferentes expressões – adaptabilidade.

Neste sentido, *a cultura do projecto (urbano), que é uma mais-valia das cidades, supõe cadeias de decisão complexas que substituem a antiga rigidez dos planos – que tanto andam do geral para o pormenor como o contrário.*

O que importa é que haja feedback, cooperação na busca de consenso, imaginação de quem projecta mas também de quem programa, avalia ou gere o que se desenha. Ou seja, os bons arquitectos têm que existir dos dois lados do balcão e a autoria resultante será sempre partilhada. [6]

A visão de projecto urbano, segundo diz Nuno Portas (2005), *surge nos anos 60 – e em especial nas contribuições ambiciosas do Team X no final dos CIAM ou na tendência que se pretendia de nova dimensão (e) posicionava-se como alternativa da cultura arquitectónica à pratica urbanística centrada na infraestrutura e no 'zoning' dominante no período de consolidação do Estado-Providência do segundo pós guerra. Tal visão voluntarista já reconhecia o conhecimento pelos arquitectos da impossibilidade de estender uma lógica de arquitectura de autor a todas as frentes de potencial transformação das cidades europeias (e mais ainda às metrópoles hoje ditas emergentes). Estas limitações conduzem à procura de intervenções mais limitadas na dimensão, mas mais intensas na visibilidade e, talvez mais exemplares na tipologia, desistindo assim da ambição de reforma integral e instantânea de toda a cidade como imaginavam os pioneiros. (…) Uma segunda geração de projectos urbanos tem lugar na sequencia da chamada crise fiscal dos anos 70 em que, sempre nas cidades*

[6] PORTAS, Nuno (2002), entrevista, em, *Premio Sir Abercrombie, UIA 2005* (2006), p. 16.

europeias, as intervenções, que se tornam mais pontuais e de âmbito municipal, baixam de escala e, designam-se por fragmentos, mas conservam a marca da arquitectura de autor mesmo que surjam incorporadas nos tecidos preexistentes [Rossi, Bohigas, Portzamparc, Ungers, Siza…], tendo como modelos de programa, a acção do IBA de Berlim ou o SAAL em Portugal. Apesar da *qualidade de alguns projectos feitos nesta época,* que eram executados com a *esperança de que esta acupunctura pudesse contribuir, indirectamente, por contágio, na requalificação de áreas mais vastas,* e em *face da dinâmica dos novos problemas com que as cidades se confrontam crescentemente (desafios dos anos 80, de competição, alastramento de periferias, fragmentação social, agravamento ambiental....) obrigou a teoria urbanística e as politicas urbanas a repensar quer o sistema de planeamento, quer os processos de realização quer, sobretudo, as relações entre ambos estes níveis que implicam tempos de intervenção e actores diferenciados.*

A terceira geração de projectos urbanos que emerge nas últimas décadas não se distinguirá mais pela dimensão nem pela composição arquitectónica ou funcional das intervenções. Mantém, porém, um forte protagonismo dos arquitectos, agora acompanhado do cliente-político, enfatizado pela globalização mediática. Em nossa opinião, o que distingue a etapa presente é, por um lado, a importância da programação estratégica com a consequente autonomização do trabalho de programa. Por outro, o aproveitamento intempestivo das oportunidades que se oferecem ou que as próprias cidades provocam e, ainda por outro, implementação, em tempo mais curto, de um projecto complexo. E finalmente pela relação bi-unívoca e não chamamos de um novo estilo de planeamento ou… de um novo estilo de projecto.[7]

Assim, a gestão urbana deve converter-se numa gestão estratégica que integre a crescente dificuldade de reduzir a incerteza, agarrando as oportunidades, programando e adaptando-se a uma sociedade aberta, de governância democrática e marcada pela aceleração da nova economia, articulando o curto com o longo prazo, a grande e a pequena escala, os interesses gerais com os particulares.

Os problemas que se colocam à cidade contemporânea muito dificilmente se resolvem através do planeamento da geração moderna, que entendia a cidade como uma estrutura abstracta, propondo soluções normalmente de expansão. Hoje, na cidade

[7] PORTAS, Nuno (1998), Da Estratégia ao Projecto, em, *Premio Sir Abercrombie, UIA 2005* (2006), p.54, 55.

europeia, os principais problemas estão centrados na consolidação e densificação do espaço urbano existente, desde os centros até às periferias.

Neste sentido tornou-se necessário encontrar uma escala intermédia de intervenção, que permitisse uma abordagem concreta aos problemas de determinado momento urbano, em articulação com todo o sistema de funcionamento da cidade. Manuel de Solà-Morales desenvolveu, aquando do trabalho de investigação sobre a cidade de Barcelona, uma metodologia de intervenção na cidade, sistematizada através do conceito de "Projecto Urbano", que depois tem vindo a aplicar, de forma exemplar, num conjunto de propostas, algumas das quais construídas, para diversas cidades europeias.

A escala, abrangência e metodologia do Projecto Urbano propõem uma superação do conceito de cidade, tal como idealizado pelos CIAM e que veio a dar origem à Carta de Atenas. Em alternativa, propõem uma linha de continuidade com alguns dos modelos urbanos do séc. XIX, nascidos com a revolução industrial, muito particularmente aqueles que sempre sistematizaram o desenho com as preocupações de índole social, numa perspectiva inclusiva, pública, dando origem, por exemplo, às propostas modernas de Berlage ou Dudok, para Amsterdam.

Para clarificar melhor esta tipologia de intervenção, referimos os cinco pontos com que Solà-Morales define Projecto Urbano:

1. *Efeitos territoriais para além da área de intervenção.*
2. *Carácter complexo e interdependente dos conteúdos; superação da monofuncionalidade; mistura de usos, de utentes, de ritmos temporais e de orientações visuais.*
3. *Escala intermédia, a completar-se num tempo limite máximo de poucos anos.*
4. *Vontade de assumir uma arquitectura urbana, independentemente da arquitectura de edifícios.*
5. *Componente publica significativa, nos investimentos e nos usos colectivos do programa.*[8]

[8] FIGUEIRA, Jorge e MONIZ, Gonçalo (Editores) (Set.2005), p.146.

Neste âmbito, o projecto urbano de hoje, em contraponto com aquilo que era defendido pelos modernistas, deve ser um exercício de equilíbrio e interacção entre diversos actores (promovendo e incentivando a respectiva participação), políticas de diferentes níveis e sectores, factores de ordem social e económica e deve adaptar-se a todo o tipo de particularidades que caracterizam a sociedade actual; deve ser analítico e ao mesmo tempo uma ferramenta de negociação, de gestão de conflitos de interesses, tirando partido das oportunidades que vão surgindo, ou seja, eficaz do ponto de vista estratégico e programático, com o objectivo de reduzir a incerteza e encontrar consensos (entre actores). *A oportunidade, a que estão ligados muitos projectos urbanos, é assim o factor perturbador da tradicional lógica sistémica (estática e portanto conservadora) que cobre com a força jurídica as evidentes diferenças de grau de certeza que no momento da confecção e aprovação de um plano conduziram a dadas configurações urbanas, sem poderem considerar os novos factores que dão pêlos nomes de tempos, actores e recursos. A noção de regulação variável, no espaço do plano e no tempo de sua vigência, poderá reduzir, na prática, as situações de conflito entre previsão e ocasião, com as necessidades de alteração do regulamento ou, na alternativa, a perda de projectos consensualmente positivos para a cidade, às mãos da burocracia passiva ou formalista.*[9]

O projecto urbano deve ser elaborado de forma a que o desenho, seja essencialmente indicativo e adaptativo àquilo que não seja seguro (flexível). Deve desenhar-se convictamente aquilo que é estruturante (espaço público, acessos, infra-estruturas); pelo contrário, aquilo que possa vir a depender do factor tempo/actores poderá ser apenas indicativo, deixando em aberto diversas possibilidades de actuação ou estudando algumas hipóteses de intervenção, quer dizer, deve ser mais probabilístico e menos determinístico.

O importante é estabelecer uma estrutura organizativa que elabore os planos, os discuta, os negoceie e os faça avançar. O planeamento contemporâneo deve dar respostas multifuncionais e capazes de enfrentar mudanças, diferentes circunstâncias, disfunções e crises. Deve traduzir-se por uma maior diversidade funcional das zonas urbanas, numa multicentralidade, na polivalência de serviços e no reforço dos transportes colectivos e das diversas redes que, mais do que nunca, garantem a eficácia de conjunto dos sistemas urbanos metropolitanos.

[9] PORTAS, Nuno (1998), Da Estratégia ao Projecto, em, *Premio Sir Abercrombie, UIA 2005* (2006), p.57.

A análise ou avaliação deve estar presente permanentemente (reflexibilidade); examinar permanentemente as decisões tomadas em determinado momento em função daquilo que tenham começado a produzir. O conhecimento e a informação usam-se antes, durante e depois da acção.

O projecto converte-se assim em instrumento de conhecimento e negociação. Um urbanismo que deve ter em conta o desenvolvimento sustentável, tentando que as opções sejam também conscientes deste ponto de vista. Um urbanismo participativo, em que a concepção e realização de projectos são o resultado da interacção entre diversos actores com ideias, valores e prioridades diferentes. Um urbanismo flexível, de consensos, que vá sendo sujeito a avaliações periódicas, e, se necessário, corrigido. Um urbanismo que precisa de mais conhecimento, mais experiência e mais democracia.

Aceitando tudo o que foi referido como certo, pode agora colocar-se a questão de qual deve ser o papel do arquitecto no processo, que deverá ser permanentemente acompanhado por momentos de síntese que garantam, não só o cumprimento do programa previamente negociado, como a sua viabilização técnica e formal: uma mediação permanente pelo desenho. Pode dizer-se que o desenho virá em certos casos a influir no próprio programa, o que significa que não pode ser adiado para uma última instância, espécie de representação passiva de consensos. O arquitecto é, assim, um dos actores essenciais que deverá acompanhar ou participar na coordenação de todo o processo para que ele viva e progrida dinamicamente entre análise, síntese e avaliação. A sua marginalização poderá conduzir-nos para uma cidade genérica, abstracta, pretensamente racional, o que poderá ser, no mínimo, questionável e mais pobre de significado.

3 Antecedentes próximos. A cidade do Porto e os Projectos Urbanos efectuados em torno de Eventos ou Oportunidades.

Sem a pretensão de descrever a história do desenvolvimento urbano da cidade do Porto, o que se afastaria do âmbito deste trabalho, julgamos importante fazer referência a algumas intervenções recentes, também de iniciativa pública, que marcaram o desenvolvimento urbano da cidade e que antecederam as intervenções efectuadas no âmbito do Porto 2001, Capital Europeia da Cultura, e se tornaram de certa forma exemplares como Projectos Urbanos em torno de eventos ou oportunidades. *As intervenções não respondem, exclusivamente, à celebração dos acontecimentos mas, também, a necessidades prévias da cidade, que têm a sua própria lógica e se destacam em momentos específicos de modo a configurar novas oportunidades de revitalização.*[10]

Não podemos deixar de relembrar a importância que teve na sua época, o Processo SAAL. Referência que nos interessa pelas suas diferenças e por algumas semelhanças que conseguimos encontrar com o espírito inicial que envolvia os ideais da Porto 2001 e também com alguns dos conceitos que definem hoje Projecto Urbano, embora, evidentemente, num contexto social, político e económico, completamente distintos.

Referimo-nos, ao longo deste texto, a oportunidades que dão origem a processos de reestruturação da cidade. Julgamos que, na época imediatamente após o 25 de Abril, foi o contexto político-social único que despoletou a vontade de agir. A liberdade, permitiu criar condições e dinamizar movimentos, que procuraram um novo equilíbrio para as desigualdades sociais extremas e condições muito degradadas nos modos de viver das populações. Com o SAAL, a cidade foi pensada, pela primeira vez em Portugal, de uma forma inovadora, mas a sua curta duração (tal como no 2001), numa fase politicamente instável, entre Agosto de 74 e Outubro de 76, *não permitiu consolidar, nem aprofundar, uma teoria e uma prática em processo de elaboração*. *Pelo menos no Porto, o SAAL constituiu um momento de grande importância como reflexão sobre a cidade "histórica" e o seu destino*[11], momento que, julgamos, também a Porto 2001 constituiu.

O discurso acerca da cidade feito sobre o SAAL, que citamos abaixo, parece-nos actual no que diz respeito à definição do Projecto Urbano de hoje. Referimo-nos a questões relativas à operacionalidade do projecto, à importância dada à participação ao longo do

[10] PDMP, Relatório Mar.2003, p.35.
[11] COSTA, Alexandre A. (2004).

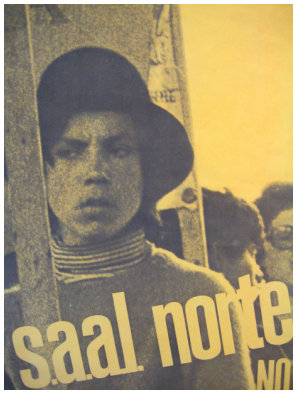


Figura 4. Encontro SAAL Norte

1. ANTAS	9. FRANCOS	17. PRELADA	25. SANTO OVÍDIO
2. ARRÁBIDA	10. HEROÍSMO	18. S. ROQUE	26. S. PEDRO DA COVA
3. BELA VISTA - D. JOÃO IV	11. LAPA	19. S. VITOR	27. ANGEIRAS
4. BOAVISTA	12. LEAL	20. SÉ	28. CARCAVELOS
5. BOUÇA	13. MACEDA - ACÁCIO	21. SERRALVES	29. S. MAMEDE
6. CHAVES DE OLIVEIRA	14. MASSARELOS	22. VILAR	30. CRUZ DE PAU
7. CONTUMIL	15. MIRAGAIA	23. CÂNDIDO REIS	31. ILHAS DE LEÇA
8. FONTAÍNHAS	16. PARCERIA ANTUNES	24. GERVIDE	32. SENHORA DA HORA

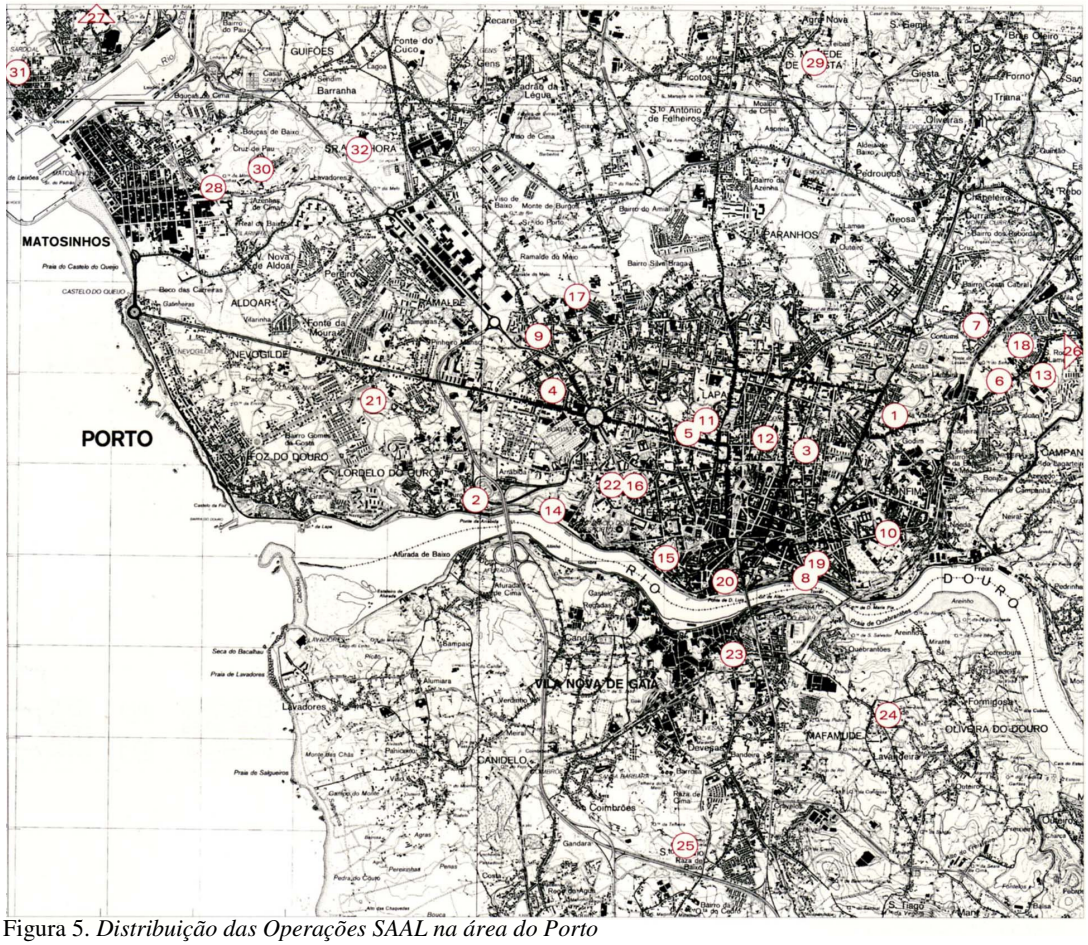


Figura 5. *Distribuição das Operações SAAL na área do Porto*

processo, à capacidade de adaptabilidade dos planos, à delimitação de áreas de intervenção claramente definidas e ao carácter pontual das intervenções na cidade, possivelmente indutoras de futuros procedimentos.

No Porto, os arquitectos tiveram em 1975 a primeira oportunidade de trabalhar no centro histórico da sua cidade e a acção das brigadas portuenses tinha implícita uma crítica em relação ao grande planeamento urbano de tradição moderna, apontando para um novo tipo de urbanismo adequado a uma nova cultura e uma nova era: o plano constantemente aferido e alterado pela sua própria aplicação, o plano menos rígido, mais fragmentado, mais pragmático, tendo em conta a conflitualidade de interesses que rege a cidade contemporânea. Os projectos SAAL do Porto integravam-se, de facto, naquilo a que os urbanistas reformistas italianos designaram por "uma terceira geração de planos", feitos, não para expansão, mas para consolidação e ordenamento da cidade. Com o SAAL, a revolução portuguesa demonstrou ter jogado, também, no terreno do urbanismo e da arquitectura, simultaneamente com o passado e com o futuro, com a condição moderna e a pós-moderna (Varela Gomes, 1995).

Acusados de propor a anarquia urbanística, pela recusa determinada de Planos Gerais, desenhou-se muito, do local para o global, do particular para o geral, lançando em novas bases que incluíam, como instrumento de projecto, a participação activa dos moradores, uma metodologia de intervenção na cidade, reutilizando as suas estruturas com novos conteúdos, transformando e recuperando, para usos mais democráticos, os seus valores próprios. A partir do fogo como célula ou unidade, caminhou-se para o seu agrupamento e foram-se determinando os programas dos seus equipamentos. Agrupando agrupamentos, mudando a escala dos equipamentos, estabelecendo regras para a mobilidade e a comunicação, atingiríamos os limites da cidade e ultrapassando-os encontraríamos os outros que caminhavam na nossa direcção em sentido inverso ao nosso. Assim desenharíamos um novo país, com centenas de arquitectos e oito milhões de portugueses. [12]

Assim como no Porto 2001, as expectativas geradas com o SAAL foram grandes e muitos projectos e intenções não se executaram e ficaram por terminar, mas ambos têm em comum o facto de terem sido momentos em que se pensou nos problemas da cidade de uma forma participada (pelo menos, inicialmente) e profunda. Tal como no Porto 2001, houve um momento em que os arquitectos coordenaram os projectos tentando

[12] COSTA, Alexandre A. (2004).

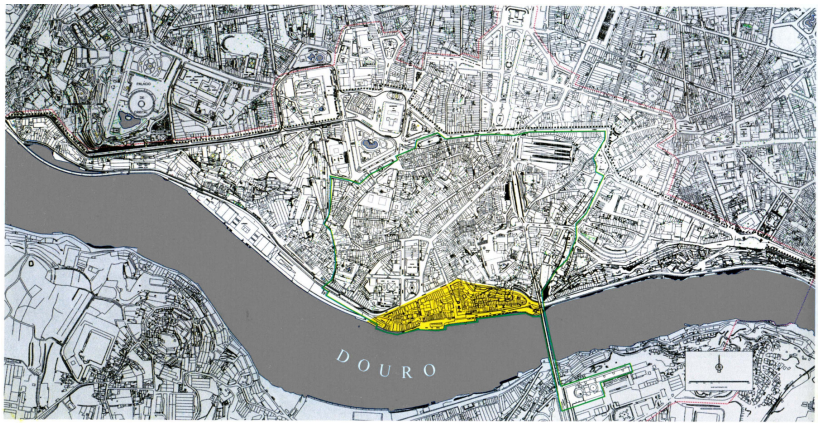


Figura 6. CRUARB – Operação Ribeira/Barredo, 1976 – 1981

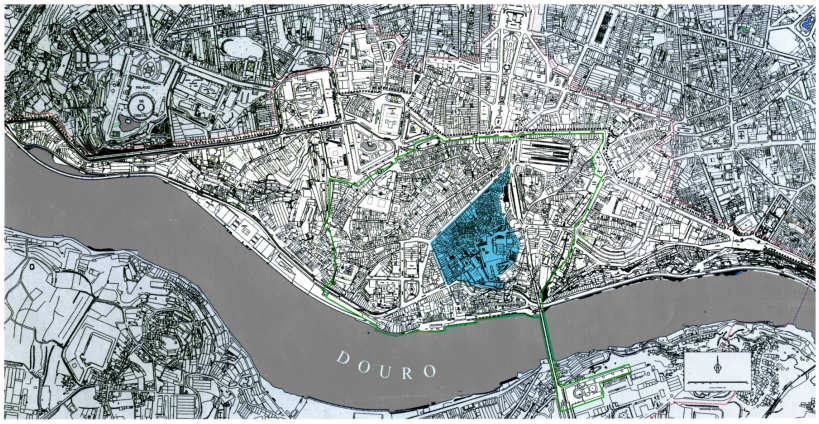


Figura 7. CRUARB – *Projecto-piloto da Sé, 1993 – 1996*

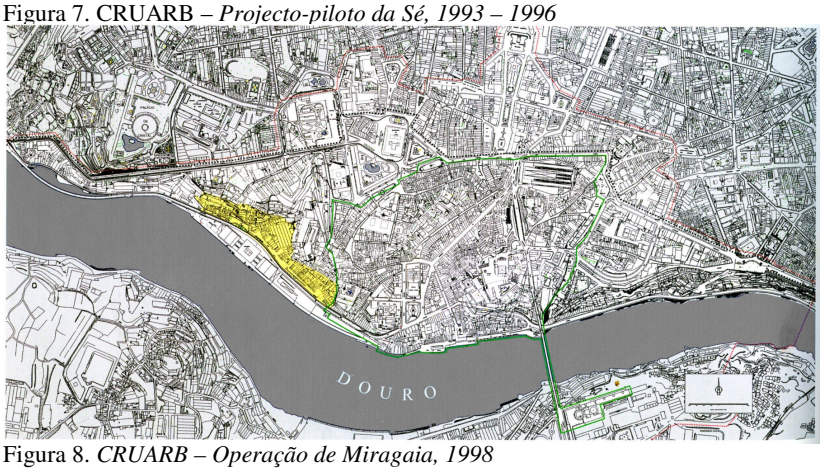


Figura 8. *CRUARB – Operação de Miragaia, 1998*



Figura 9. *CRUARB – Operação de Vitória*

criar uma estratégia global para as intervenções, tentando encaixar as "partes", num "todo" coerente e com critérios comuns de actuação. As intervenções não foram acções soltas, mas sim coordenadas. Referimo-nos, neste caso, e como exemplo, ao projecto para a Mobilidade que ligava todos os sectores da intervenção. Evidentemente que o SAAL foi um processo único e singular, não só por ter acontecido num momento político e social com especificidades únicas, mas também porque as prioridades e valores eram outros, mais voltados para a resolução de questões sociais e, por isso, mais participado pela população. Neste caso, por razoes óbvias, a questão da habitação (nunca desligada ou sobrepondo-se com a cidade existente) foi a prioritária e por isso, foi essa que deixou marcas. No Porto 2001 a prioridade acabou por ser o espaço público.

Durante a década de 90 destacam-se no Porto, alguns eventos e acontecimentos que provocaram importantes transformações na cidade.

A classificação pela UNESCO, em 1996, do Porto como Património da Humanidade**,** *criou novas expectativas quanto ao desenvolvimento qualitativo e quantitativo da reabilitação urbana, potenciando novas posturas relacionadas com a conservação do edificado e com a qualificação do espaço público e equipamento urbano*[13] e, nesse âmbito, muitas intervenções foram pontualmente sendo realizadas na zona classificada.

Podemos referir, como antecedente, a Intervenção do CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo), entidade responsável pela recuperação e reabilitação do Centro Histórico do Porto, entre 1974 e 2003. Embora entendendo globalmente o Centro Histórico como um valor patrimonial, incluindo, para além de valores históricos, arquitectónicos e estéticos, também uma realidade social e cultural, seguiu ao longo da sua história diferentes estratégias de intervenção correspondentes às flutuações políticas da CMP. O CRUARB baseou a sua actuação em termos operativos, inicialmente, *num plano elaborado em 1969 pelo "Grupo de Trabalho criado no âmbito da Direcção dos Serviços de Habitação"*[14]*,* cuja orientação era protagonizada pelo arquitecto Fernando Távora*.* Esta actuação *pautou-se desde o início pela recuperação do edificado, mantendo tanto quanto possível a sua estrutura interior, adaptando-a quando necessário, de modo a proporcionar uma qualidade razoável de habitabilidade. Era uma actuação em que o projecto era realizado edifício a edifício, integrando uma*

[13] PDMP, Relatório Mar.2003, p.35.
[14] FLORES, Joaquim (1998), p.155.

Projecto Requalificação do espaço público da Av. Marginal do rio Douro, entre o Largo de S. Francisco e a Av. Basílio Teles, no Porto - 1998 – Arquitecto Manuel Fernandes de Sá

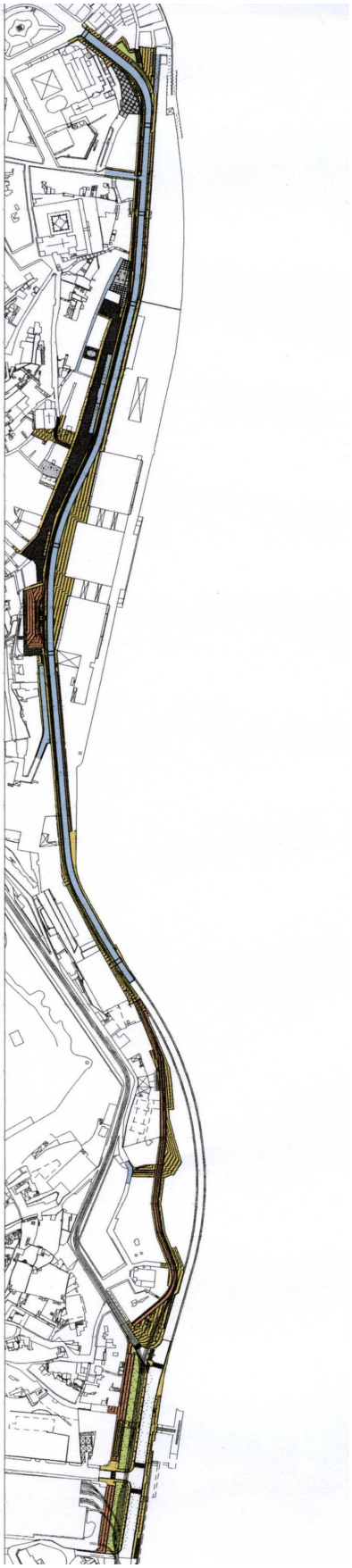


Figura 10. Planta Geral

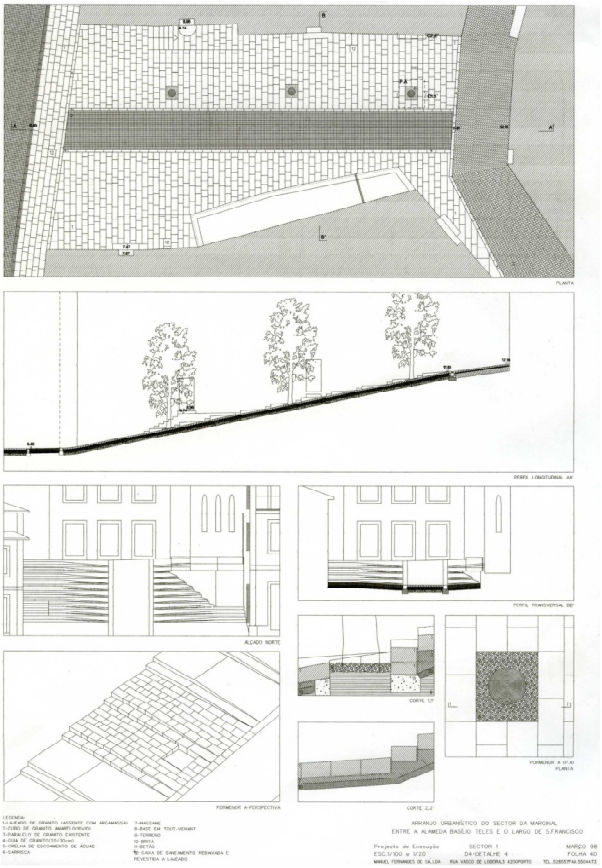


Figura 11. Projecto de execução – Detalhe 4 – Sector 1

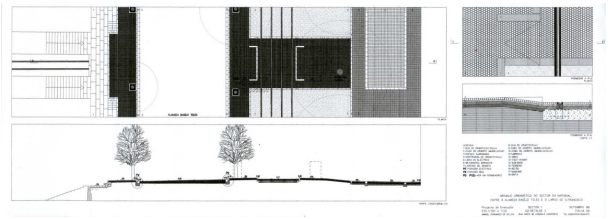


Figura 12. Projecto de execução – Detalhe 2 – Sector 1

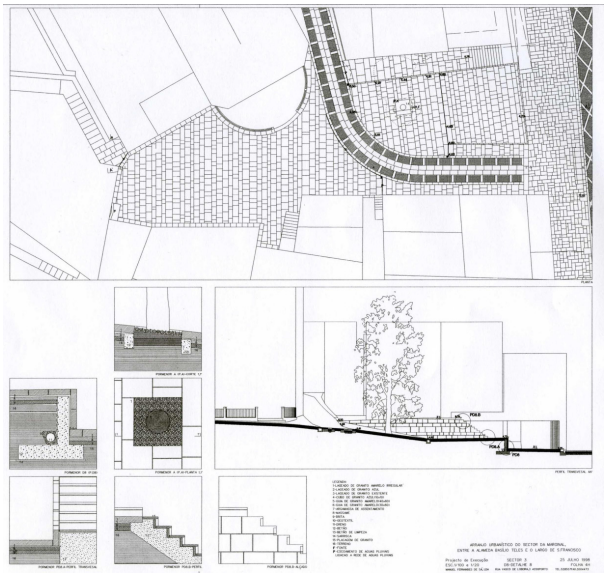


Figura 13. Projecto de execução - Detalhe 8 – Sector 3

política global para o Centro Histórico. Além da operação Ribeira/Barredo, o CRUARB (integrado a partir de 1990 na Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto) dirigiu também, a partir de 1994, trabalhos para o Bairro da Sé. Os seguintes objectivos, que não se afastavam no essencial dos da sua fundação, eram: *conservação do património e dos bens culturais; renovação do ambiente urbano da área; reinserção da população residente; consolidação e desenvolvimento do turismo; expansão e renovação da actividade comercial; implementação de uma rede de partenariado.*[15]

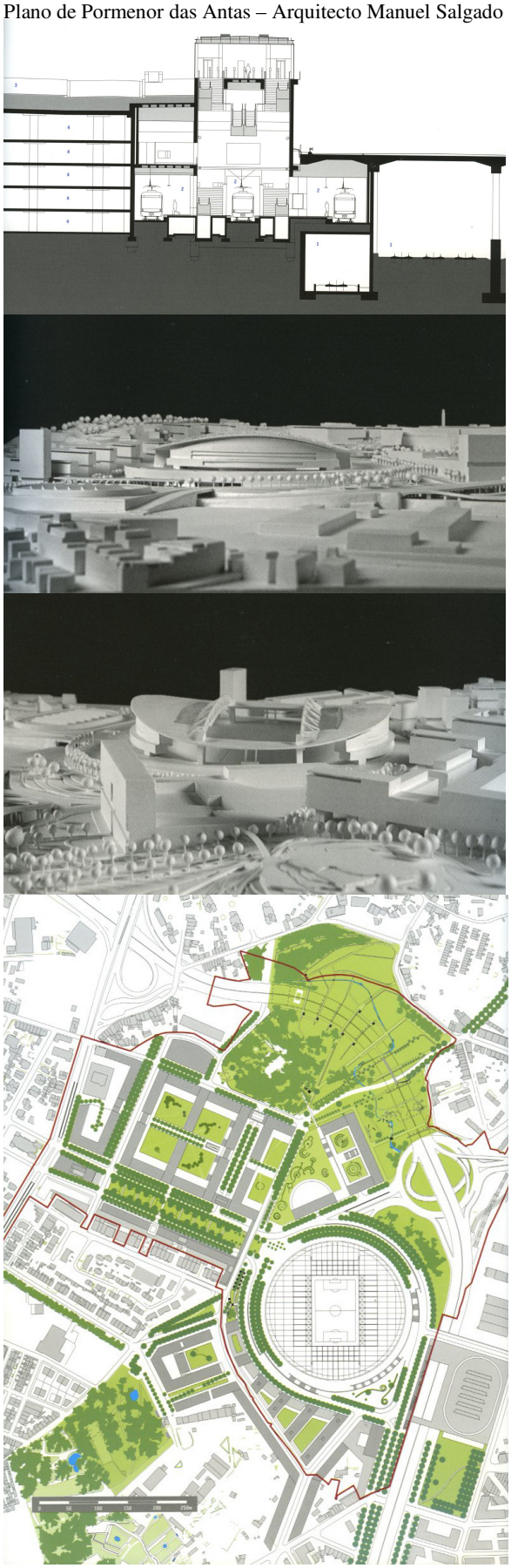
Depois de 1996, a *Operação de Reabilitação da Ribeira/Barredo,* passou a incluir a área ribeirinha entre a Ponte Luís I e a Alfândega Nova, seguindo a linha orientadora do projecto-piloto do Bairro da Sé. Operações idênticas foram realizadas noutras áreas, como a intervenção de 1998 em Miragaia e, mais recentemente, na zona da Vitória.

Além das intervenções do CRUARB, confinadas a uma zona específica da cidade, a zona classificada como Património da Humanidade, não se executaram no Porto, durante as décadas de 70, 80 e 90, grandes projectos de requalificação do espaço público, com a excepção de algumas obras camarárias pontuais, fundamentalmente de cariz rodoviário.

Apenas em 1997, com a hipótese de realização da *Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado* no Porto, surge a oportunidade de desenvolver um importante projecto urbano de requalificação da envolvente à antiga Alfândega do Porto e respectivos acessos rodoviários, já que a cimeira se viria a realizar neste equipamento. Esta oportunidade, veio, depois de longos anos de estagnação ao nível da requalificação urbana, proporcionar à cidade a hipótese de desenvolvimento e execução das propostas relativas ao espaço publico enunciadas no Plano de Urbanização (1994-97) existente para a zona, dado o amplo investimento que um evento deste tipo proporcionava. Tratou-se de dar resposta, já em 98, à necessidade de disponibilizar um espaço com capacidade para acolher tal acontecimento, o que levou ao desenvolvimento de um programa de *Revitalização do Edifício da Antiga Alfândega*, projecto executado pelo Arquitecto Eduardo Souto Moura e, simultaneamente, à melhoria da acessibilidade local, através de uma intervenção de requalificação do espaço público. Desta forma, o projecto de recuperação e adaptação às novas exigências do edifício da Alfândega foi

15

Plano de Pormenor das Antas – Arquitecto Manuel Salgado



Figuras 14/17. Corte Transversal (Estação de Metro), fotografias da maqueta, e Planta da estrutura verde.

executado e, também *o projecto de Requalificação do espaço publico da Av. Marginal do rio Douro, entre o Largo de S. Francisco e a Av. Basílio Teles*. Este projecto, coordenado pelo Arquitecto Manuel Fernandes de Sá, constituiu a resposta a esta oportunidade. Em cerca de um ano, dada a data estipulada para o evento, foi elaborado o projecto de execução e concluídas as obras, já que, o conceito geral da intervenção estava bastante desenvolvido no Plano de Urbanização referido (1997). A obra consistiu fundamentalmente no redesenho e reperfilamento do arruamento marginal ao rio Douro já existente, no alargamento das zonas pedonais de passeio e consolidação de pequenas praças existentes. Junto ao Cais das Pedras, já que a largura da rua nesse sector não era suficiente para responder ao volume de tráfego daquela via de circulação, foi construído um viaduto sobre o rio. Assim, afastou-se o trânsito da antiga e estreita estrutura viária e casario, sem os descaracterizar, e, permitiu-se uma melhor adequação ao tráfego. O projecto consistiu, também, no redesenho do canal para o eléctrico e, na repavimentação de todas as áreas pedonais ao longo do arruamento, como sejam: passeios, largos, zonas de espera de transportes públicos, estacionamentos, manifestando-se, ainda, na manutenção e plantação de arvores, substituição de todo o mobiliário urbano e de equipamentos de iluminação pública. Julgamos que, embora com os percalços de uma obra executada em tempo mínimo, esta intervenção serviu como demonstração e exemplo para os futuros procedimentos enquanto requalificação do espaço público nesta cidade. No final de 1998 a CMP/APOR encomendam ao mesmo arquitecto o prolongamento deste projecto até aos Pilotos da Barra (Passeio Alegre – Foz). O período de concepção desta 2ª fase do projecto e da realização das obras coincidiu com a preparação e concretização do programa *Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura*.

A Câmara Municipal do Porto, no final de 1999, tendo em conta a futura realização do Euro 2004 em Portugal, encarrega a equipa coordenada pelo Arquitecto Manuel Salgado, da execução do *Plano de Pormenor das Antas* e dos *Projectos de todos os Espaços Públicos da área de intervenção*. Um ano mais tarde, a Somague, por indicação do Futebol Clube do Porto, convida, também, a mesma equipa projectista para a elaboração do *novo Estádio de Futebol* e, a Sociedade Metro do Porto encomenda o *Projecto da Estação das Antas*.

Pretendia-se com a construção do novo Estádio associada à dinâmica do Euro 2004, desencadear um projecto mais *extenso de reabilitação da zona oriental do Porto, criando uma nova área central que reequilibrasse a cidade e estabelecesse pontes com*

a periferia. (…) Projecto e obra encavalitaram-se e, em Novembro de 2003, inauguram-se o Estádio do Dragão e os Espaços Públicos das Antas. Seis meses depois, a Estação de Metro das Antas, o Interface de Transportes e o Nó do Mercado Abastecedor. Quatro anos (…), de enormes tenções, de avanços e recuos, de boas ideias que se concretizaram e de outras que ficaram pelo caminho.[16]

A área de intervenção do Plano de Pormenor das Antas corresponde a um vazio urbano rodeado de diversas malhas residenciais e interceptado a Norte/Nascente pela VCI. Trata-se de uma área com cerca de 40 ha., isolada, na qual, para além das instalações desportivas do Futebol Clube do Porto, existiam algumas instalações fabris obsoletas e restos de antigos quintais abandonados.

A área de intervenção do Plano de Pormenor das Antas é por isso uma rótula que permite estabelecer novas articulações na zona oriental da cidade ligando tecidos muito diferenciados, proporcionando novas acessibilidades e uma concentração de equipamentos de nível superior. (…) É por isso que o Euro 2004 não é um fim em si mesmo mas uma oportunidade e um instrumento para prosseguir objectivos tão importantes, que reafirmamos, como o amenizar da fractura provocada pela VCI e caminho-de-ferro, a dotação de zonas deprimidas com equipamentos e espaços públicos de qualidade, a resolução de importantes problemas de congestionamento de tráfego, a efectivação do papel da rede de metro do Porto neste local ou o reequilíbrio da trama urbana da cidade, criando uma importante centralidade na sua zona oriental."[17] *"O Projecto Urbano das Antas, é inovador porque, além de se basear num processo de planeamento que, sendo protagonizado pelo Futebol Clube do Porto, reuniu entidades públicas e privadas em torno da concretização de uma ideia, possibilitou a construção de um equipamento estruturante que simboliza uma centralidade previsível e proporcionou uma nova e qualificada área de expansão a uma cidade cujas dinâmicas urbanas estão, reconhecidamente, em crise.*[18]

Quase em simultâneo, do outro lado da cidade do Porto, junto ao mar, viria a desenvolver-se também um Projecto Urbano de grande importância. O **projecto para a Marginal do Parque da Cidade**, encomendado pela Câmara Municipal do Porto ao

[16] SALGADO, Manuel, "O Projecto das Antas. Uma Experiência Singular", em, FERNANDES, Fátima e CANNATÀ (2005), p.13.
[17] SALGADO, Manuel, "Anatomia de um Debate", em, FERNANDES, Fátima e CANNATÀ (2005), p.53.
[18] FERNANDES DE SÁ, Manuel, "Projecto para uma nova Centralidade", em, FERNANDES, Fátima e CANNATÀ (2005), p.63.

Arquitecto Manuel de Solà-Morales, teve início no ano de 1998, tendo sido mais tarde transferido para a tutela da Porto 2001, S.A. e integrado nas obras financiadas pelo Programa Polis.

Os objectivos a atingir com esta intervenção, segundo a *Memória* que acompanhou a apresentação do projecto, *centram-se na obtenção de uma continuidade fluida entre o interior do Parque (da Cidade) e a beira-mar e, na definição do tipo de fachada que a cidade há-de oferecer entre as Praças Gonçalves Zarco e Cidade do Salvador (…) A solução dada à circulação automóvel será um elemento importante desta fachada, para que a circulação marginal, necessária, não seja obstáculo a este contacto. Tão importante quanto esta, é a continuidade dos itinerários pedonais que permitam aos que passeiam e aos desportistas desfrutar da sequência de lugares ao longo da frente da cidade, em continuidade com a de Matosinhos, e também, como ponte de acesso dos visitantes do parque, desde ou para a praia e a cidade. (…) A compreensão e a recompreensão da paisagem são, verdadeiramente, a origem e a substância deste projecto. A convicção de que a forma da geografia urbana é a razão mais importante para configurar um espaço livre, e de que, neste lugar concorrem circunstâncias topográficas e paisagísticas específicas, é que conduziu metodologicamente o progresso da ideia e a definição sucessiva dos seus elementos.*[19]

Este projecto teve um enorme impacto na cidade e produziu uma significativa mudança na vivência daquela zona, transformada, hoje, num local de lazer junto ao mar, com grande dinamismo e afluência de população. A obra, entretanto concluída, contemplou a substituição do antigo traçado da Av. do Rio de Janeiro por um novo traçado em viaduto. O grande desaterro aqui efectuado e a manutenção da via à mesma cota, em viaduto, permitiu que o contacto entre o parque e a praia (sob o viaduto) se efectivasse, deixando a via de circulação de ser obstáculo para esta relação. *A maior dificuldade e o maior interesse é articular a forma natural do interior do parque com a frente litoral. A proposta é estabelecer uma transição entre as superfícies verdes e as rochas e a areia, através de uma colina estabelecida pelas margens do vale, e que se reforça com a horizontalidade do viaduto. Um novo lago, que se junta aos já existentes no parque, e um passeio público formal que desce até à praia como uma sequência progressiva do seco ao húmido, e do fechado ao aberto.*[20] O projecto, entretanto prolongado pela Av.

[19] SOLÀ-MORALES, Manuel (1999).
[20] SOLÀ-MORALES, Manuel (1999).

Projecto da Avenida Marginal do Parque da Cidade – Arquitecto Manuel de Solà-Morales

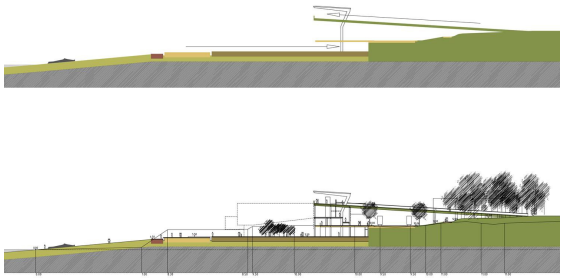


Figura 18. Perfis Transversais

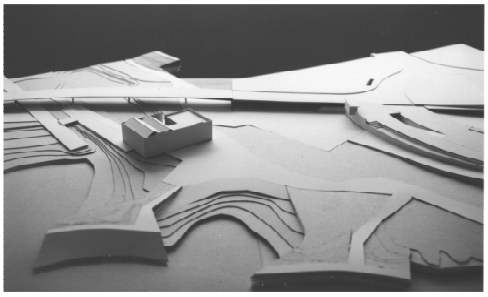


Figura 20. Fotografia da Maqueta



Figura 19 – Planta Geral da Intervenção



Figura 21 . Fotografia da Maqueta

de Montevideu até ao Molhe, procura *uma escala que busca o reconhecimento das formas menores do terreno, aquelas que a observação pausada vai descobrindo ao passear – ou passear-se – pelos vários espaços (pequenos recantos, miradouros, terraços, muros de suporte, quiosques, etc.). (…) O pensamento territorial de hoje permite e reclama uma utilização dos seus espaços, não só como reservas naturais, mas também como espaços públicos civilizados, produto da elaboração e actividade humanas, verdadeiros produtos culturais do nosso tempo.*[21]

Hoje, embora algumas alterações na topografia do terreno do parque a nascente tenham desvirtuado o conceito inicial do projecto, sente-se ainda de forma clara aquilo que de positivo tinham as intenções de Solà-Morales. A obra contemplou também a construção de um parque de estacionamento subterrâneo, a criação de um edifício para equipamentos de lazer (Edifício Transparente), estruturas *indispensáveis para o funcionamento activo de uma frente de tal comprimento, a qual, ligada a norte às praias de Matosinhos e a sul ao Bairro da Foz, cria percursos de grande significado territorial. Os equipamentos menores dispostos junto à água, abaixo do nível dos jardins de Montevideu completam esta atenção à imagem marítima: Mar, rochas, céu, sal, espuma e maresia, que vem contrapor-se à rigidez da circulação e da residência urbana.*[22] A concepção deste projecto teve em consideração a necessidade de conciliar esta intervenção com outras já executadas e planeadas, designadamente as frentes urbanas abertas à Av. da Boavista e à Circunvalação, e a requalificação da linha marítima de Matosinhos, da autoria do Arquitecto Eduardo Souto de Moura.

O projecto, concluído em 2000, foi entretanto bastante desvirtuado naquilo que diz respeito aos conceitos principais que o definiam. A cidade, os representantes da autarquia que entretanto tomaram a cargo o departamento de urbanismo da CMP, não souberam entender e respeitar os ensinamentos de um dos mais conceituados urbanistas da actualidade. Por um lado, a relação entre o parque e o mar, que se tinha posto em prática, perdeu-se parcialmente, já que, a Nascente, no parque, foram posteriormente efectuados aterros e construídas barreiras verticais (em madeira) que dificultam esta continuidade. A justificação para estas intervenções, tem que ver com o facto de, alegadamente, algumas espécies de árvores não se adaptarem aos ventos que agora "parecem vir do mar com maior intensidade". Por outro lado, o desenho do viaduto e do

[21] SOLÀ-MORALES, Manuel (2002), p.29.
[22] SOLÀ-MORALES, Manuel (2002), p.29.

Projecto de Requalificação da Avenida de Montevideu – Arquitecto Manuel de Solà-Morales



Figura 22/28. Desenhos de projecto e fotografias do local

pavimento de parte dos arruamentos, foi entretanto, também bastante desvirtuado pela autarquia, já que, nesta zona, se viria a efectuar o *Grande Prémio Histórico do Porto*. Para responder a todas as regras implícitas a este tipo de evento (uma corrida de automóveis), a Câmara, efectuou obras e adequações que alteraram o projecto, intervenções que foram executadas sem o conhecimento e a participação do projectista autor do plano. Após 45 anos, *a CMP decidiu fazer ressurgir o carisma do Circuito da Boavista, no contexto do automobilismo desportivo nacional e internacional, afirmando-o como "uma das marcas mais fortes da cidade do Porto"*, pode ler-se no sitio da Internet da Câmara Municipal do Porto.

Lamentamos que, com estas e outras indiferenças, se tenha perdido alguma da qualidade adquirida após a intervenção neste local, que Solà-Morales, não terá com certeza, prazer em revisitar.

4 Intervir/ reabilitar a cidade histórica. O valor do "antigo centro"

A zona de intervenção das obras efectuadas no âmbito do *Porto 2001, Capital Europeia da Cultura*, é, apenas, parcialmente coincidente com o chamado "Centro Histórico" do Porto (tecido medieval), abrangendo a zona da primeira expansão fora de muralhas, normalmente denominada como "a Baixa" da cidade. As questões que se levantam quanto às formas de intervir num tecido urbano antigo e consolidado podem, quanto a nós, estender-se a este território próximo "mais recente".

O território em questão, e, genericamente os centros históricos das cidades, foram e continuam a ser campo de actuações importantes. São zonas de referência, pelo valor simbólico, identitário, patrimonial e memorial que acarretam. A sua degradação *arrastaria traumas profundos de perda, de anomia, de desestruturação do mapa mental da cidade e dos seus ícones referenciadores. (…) A "perda do centro" constitui, de facto, a perda de hegemonia de um único centro que era, ao mesmo tempo: o lugar de máxima acessibilidade; o lugar de aglomeração de uma diversidade de funções com carácter direccional e fortemente polarizador; o marcador da identidade urbana, dos seus ícones e memórias; o lugar do poder e da representação e expressão colectivas da "polis". O Policentrismo que caracteriza a nova cartografia urbana, distribui desigualmente essas qualidades, perturbando a unicidade simbólica e funcional do centro como 'axis mundi': do uno para o múltiplo, da convergência para a irradiação, do interior para o exterior.*[23]

É, por isso, hoje possível verificar nas grandes aglomerações urbanas, e também no Porto, a existência de vários "centros" com qualidades próprias e independentes do "antigo centro". Estas "novas centralidades", não retiram importância nem protagonismo ao "velho centro", funcionando antes como outros pontos referenciais na cidade. A atribuição de qualidades morfológicas, funcionais e simbólicas, próprias da "condição central", são fundamentais para garantir a sobrevivência de territórios cada vez mais extensos e descaracterizados e muito distantes geograficamente do antigo centro.

O centro histórico não pode, assim, ser tratado isoladamente em relação ao restante território da cidade. Podemos, sim, pensar em soluções que o valorizem e o transformem, nunca esquecendo continuidades, relações com outros pontos da cidade,

[23] DOMINGUES, Álvaro (2006), p.7.



Figura 29. Bolonha. Planta da cidade

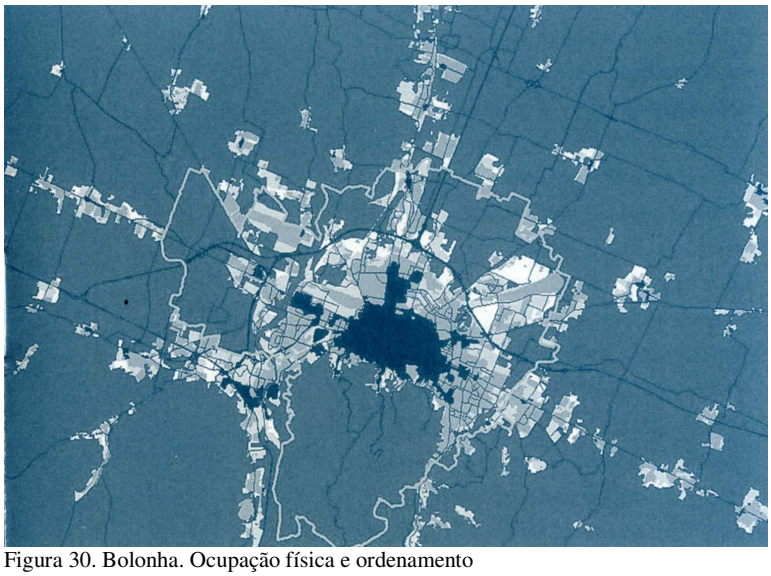


Figura 30. Bolonha. Ocupação física e ordenamento

prevendo-se repercussões "longínquas" ou periféricas, a partir de intervenções pontuais no centro histórico e vice-versa. *As cidades são o lugar onde se geram e desenvolvem economias de proximidade. Mais do que isso: as cidades qualificam-se na medida em que criem dinâmicas internas geradoras de proximidades e desfiguram-se, quando quebram as ligações entre os actores que produzem quotidianamente a cidade.* [24]

Bolonha levou a cabo, no início dos anos 80, uma experiência que a tornou famosa: a renovação do centro antigo da cidade. Não era apenas uma questão de recuperar edifícios antigos. Mais do que isto, a administração da cidade tentou fazer uma política social, apoiada por uma intervenção do Estado, com o objectivo de conservar os grupos tradicionais da classe trabalhadora, os mercados e locais de encontro no centro da cidade, cuja renovação estava planeada. Apesar dos grandes esforços e de alguns resultados significativos, hoje podemos afirmar que esta tentativa gloriosa foi, de facto, um autêntico fracasso. Renovámos a estrutura de planeamento da cidade, milhares de edifícios e fachadas no centro antigo da cidade, mas perdemos para sempre o seu tecido social: os bancos, os restaurantes de comida rápida, os escritórios e as consultoras continuaram a expulsar a população, esvaziando a riqueza e a vitalidade da multiplicidade social original. Hoje, o centro é vivido de forma caótica, em horas diferentes, por grupos sociais diferentes que lá não vivem e que já não sentem que "ele lhes pertença": de dia, por aglomerados de pessoas que trabalham em escritórios, lojas e bancos, de noite, por cidadãos universitários que aproveitam o seu tempo livre. Fora do centro, na zona rural urbanizada, as pessoas procuram privacidade, ficando ligadas ao resto do mundo apenas pelo aparelho de televisão.

Por isso, não é apenas uma questão de renovar o centro da cidade. A nossa atenção deve estar direccionada para toda a cidade e para o seu novo espaço alargado.[25] É necessário, como diz Nuno Portas, referindo-se à *grande conclusão* a retirar daquilo que foi feito na cidade de Bolonha, *encontrar sistemas policêntricos, para ver se salvamos os centros velhos, se criamos centros novos com qualidade e se as actividades, necessariamente deslocalizadas e dispersas se conseguem inserir nos sistemas paisagísticos.* E refere também: *Para se resolver os problemas do 'centro', é preciso*

[24] REIS, José (2005): Cidade-Sofia – Grenoble, em, DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (2005), p.120.
[25] CAVALCOLI, Piero Paolo (2005): Cidade-Sofia – Bolonha, em, DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (2005), p.139.

também resolver os problemas da chamada 'periferia' – é preciso trabalhar com os dois pés e requalificar ambas e não apenas uma.[26]

O centro histórico deve, portanto, integrar-se no sistema global do território urbano, estabelecendo relações com outros (mais ou menos novos) centros ou centralidades, inseridos num *sistema policêntrico* que permita o estabelecimento de relações e dinâmicas entre eles e, a partir dos quais, se possa tirar partido das especificidades e das diferenças entre cada local e também daquilo que os une, daquilo que possam ter em comum, num sistema de relações e de interdependências eficaz e dinâmico. Nos dias de hoje, a *interacção interurbana é maior e mais profunda, acentuando a importância das diferenças. As possibilidades de escolha são cada vez mais numerosas e o contacto dos territórios "locais" com o "global" põem em evidência as diferenças e incitam ao seu aproveitamento. Esta dupla dinâmica de homogeneização e diferenciação constitui o marco das políticas de desenvolvimento local e abre espaço para o debate, a interacção e a associação entre actores económicos móveis e locais. O global estimula o local, pelas comparações que se estabelecem e a ele se deve a sua existência. E é, em ultima instância, a diversidade dos territórios o que faz com que as pessoas, bens, capitais e informação se desloquem.*[27]

Reflectir sobre as formas de intervenção na cidade velha, no "centro" antigo, não é, pois, um tema novo. Depois de todos os estudos e visões já efectuadas sobre aquele tema, parece-nos pertinente verificar e reflectir sobre o panorama actual, ou seja, fazer um ponto de situação sobre a contemporaneidade e sobre os processos de intervenção nestes locais, face a experiências e estudos anteriores e às constantes mudanças que envolvem estes territórios.

Joan Busquets, numa publicação recente[28], agrupa tipologicamente os Projectos Urbanos da actualidade. No capítulo referente a um destes grupos, a que chama *Projectos de Revitalização Urbana em Centros Históricos e Tecidos Antigos*, refere: *São projectos urbanísticos que empreendem novas acções na cidade Histórica para renovar a sua força e assegurar a sua persistência. Tratam de impulsionar o respeito pelo património histórico e pelos edifícios monumentais, mas também pelos tecidos*

[26] PORTAS, Nuno (2006/2007), *Una nueva mirada hacia el projecto Urbanístico – Bolonha,* em, BUSQUETS, Joan, e CORREA, Felipe (2006/2007), p.144.
[27] ACHER, François (2001), Edição Castelhano (tradução livre), p.58.
[28] BUSQUETS, Joan (2006/2007).

urbanos consolidados que definem o seu contexto e proporcionam um contraponto morfológico.

Geralmente, abordam novas formas de relação entre o centro histórico e a cidade moderna e a realidade urbana circundante. Portanto, as questões de acesso ao "centro" e os "novos usos" dos equipamentos e serviços que garantem a sua condição central, juntamente com a restrição do tráfego, o ordenamento do estacionamento automóvel, vias de transporte publico, cargas e descargas, recolha de lixos, etc., são fundamentais. Esta estratégia, permite a reabilitação com fins residenciais de tipologias urbanas históricas de forma criativa e respeitadora da organização arquitectónica original. [29]

Parece-nos consensual que a cidade histórica não deve ser, como foi durante muito tempo, encarada como algo intocável, *como uma pérola que se devia conservar bem polida, bem limpa*, como diz Nuno Portas referindo-se às intervenções do CRUARB no Porto, que mantiveram *esse conceito de 'purismo, 'Malthusianismo' ou 'historicismo'*. Intervenções com este carácter transformaram, por vezes, estas zonas da cidade, numa espécie de "cenário" artificial onde a vida urbana, rica e diversificada, acaba por desaparecer, dando lugar apenas a serviços ligados ao turismo, tal como foi referido no caso de Bolonha.

Como muito bem está expresso por Busquets e Sanchez, e por isso citamos, *a discussão entre "o velho e o novo", entre conservar e transformar vem de longe e estará constantemente presente. A questão é perceber até onde podemos levar os nossos argumentos e quais são as ideias e técnicas que nos permitem avançar neste contexto, sem produzir danos irreversíveis.*

Podemos admitir que existe uma cultura muito divulgada que insiste em esperar que, os Projectos Urbanos que se realizem sobre a cidade existente, tenham um especial cuidado com as preexistências urbanas, sabendo que "conservar" significa por vezes refazer ou derrubar algumas das suas partes.

Por mais difundida que seja esta corrente, são menos claros os seus conteúdos teóricos e mais discutíveis, por vezes, as suas propostas projectuais. Também a confusão de "léxico" sobre os termos empregues, como: restaurar, preservar, conservar, (a que

[29] BUSQUETS, Joan (2006/2007), tradução livre, p.245 e 265.

poderíamos acrescentar, reutilizar)*, etc., leva-nos a pensar na conveniência de clarificar um pouco mais os seus conteúdos.* [30]

Adoptando como ponto de partida alguns princípios que facilmente reúnem consenso, tais como a necessidade de conservar e enriquecer o património histórico construído, preservando na medida do possível os fins para que foi criado ou destinando-o a uma utilização compatível, considero que devemos reflectir sobre a necessidade de manter e renovar algo mais subtil e menos material. Refiro-me às actividades urbanas que sustentam tais zonas e que actualmente estão seriamente ameaçadas pelo crescimento do turismo de interior. Este, se não for controlado, constituir-se-á como uma das causas de morte da vida urbana dos centros, morte que terá certamente um sabor doce para alguns empresários e comerciantes.

(…) Desenvolveu-se nos últimos anos em Espanha um modelo formal de centro histórico que pode ter consequências desastrosas no futuro. Esse modelo baseia-se numa visão estática da cidade, que a reduz a museu, e numa valorização do património herdado que, na minha opinião, é excessiva e pouco variada.

A cidade histórica é encarada como objecto formal, deixando um espaço muito reduzido para outras utilizações que não sejam os usos representativos, lúdicos e contemplativos do referido objecto. No contexto turístico esta abordagem lidera. (…) Os espaços exteriores são encarados como espaços destinados exclusivamente ao ócio, onde não cabem os conflitos próprios da cidade moderna. Resumindo, as cidades históricas são percebidas na sua totalidade como objectos de museu, paralisando-se os processos inovadores e retirando-lhes todos os usos para além dos institucionais ou turísticos. (…)

A nova arquitectura a integrar nos centros históricos não deve estar em conflito com as peças históricas, mas sim entrar num diálogo a partir da modernidade. A cidade é em si própria um processo, no qual o presente e a sua arquitectura servem para estabelecer um contraste com o património herdado, valorizando-o. A cidade não pode ficar isolada no passado, sob pena de atraiçoarmos o presente e anularmos o futuro. [31]

[30] BUSQUETS, Joan (2006/2007), tradução livre, p.245 e 265.

[31] SANCHEZ, Emílio Gil (2005): *Cidade-Sofia – reflexões de um arquitecto sobre as formas de intervenção nos centros históricos universitários*, em, DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (2005), p.30.

Relativamente ao nosso país, podemos dar como exemplo a experiência realizada no *Centro Histórico de Guimarães* pelo padrão de qualidade que ultrapassou as suas fronteiras e que a ela vem associado.

Depois dos tempos da substitutiva "renovação urbana" (dos anos 60) e da, algo fachadista, "reabilitação urbana" (da segunda metade dos anos 70 e princípio dos anos 80), o GTL de Guimarães foi pioneiro, em Portugal, na introdução (e sustentação) de uma estratégia de "conservação do património urbano". Contra um planeamento rígido baseado em negativismos regulamentares, irrealista perante o próprio tempo, este gabinete municipal conseguiu instaurar um processo de gestão urbana de terceira vaga, baseado numa prática de projecto e desenho em tempo real, pela positiva.[32] Aquilo que definiu no essencial a experiência de conservação do património urbano de Guimarães, segundo José Aguiar, foi: *(1) uma reabilitação para e pelas pessoas, contra a gentrification; (2) a conservação estrita dos valores identitários e de autenticidade, preservando as qualidades referenciais existentes na arquitectura da cidade histórica, prolongando-se para um território submetido a um desmesurado processo de desenvolvimento e de transformação;(3) a garantia da continuidade das permanências essenciais de longo prazo, conservando as qualidades formais já sedimentadas mas conseguindo integrar as novas oportunidades e resolver (mais rapidamente) as intempéries.*

Assessorado inicialmente pelo Arquitecto Fernando Távora, autor do anterior plano Geral de Urbanização da Cidade (1979), que estabeleceu alguns princípios fundamentais do ponto de vista dos critérios a aplicar na reabilitação e reutilização dos edifícios e do espaço público, o Gabinete Técnico Local (GTL), passa, a partir de 1981, a ser dirigido pela arquitecta Alexandra Gesta, para o efeito destacada pela Câmara Municipal de Guimarães. A acção reabilitadora do GTL, *partirá metodologicamente, da recuperação dos espaços públicos e da recuperação dos edifícios municipais, acções umas e outras consideradas como indutoras de renovação da construção privada, renovação esta a que o gabinete prestará apoio técnico, e realizar-se-á com base numa articulação entre as intervenções públicas e as iniciativas privadas sob dinamização da própria autarquia. Assume-se, neste quadro, que a intervenção no Centro Histórico não tem como objectivo último apenas a recuperação da área urbana nele integrada, antes devendo provocar a reabilitação formal e funcional da cidade envolvente, ou seja, a*

[32] AGUIAR, José (1998).



Figuras 31/35. Recuperação do Centro Histórico de Guimarães

salvaguarda daquele centro deverá induzir, por extensão, contágio e exemplaridade, processos semelhantes, não só nas restantes áreas antigas do concelho, como também influenciar o desenho das suas novas áreas urbanas, em ordem a uma qualificação integrada da forma e quotidiano da cidade. [33]

Como estratégia operacional, poderia simplificar-se dizendo que o GTL de Guimarães privilegiou três frentes fundamentais de abordagem: (1) o controlo, o estímulo e o apoio técnico às iniciativas particulares; (2) a conservação, restauro e reabilitação modelar do património e dos edifícios de responsabilidade municipal; (3) a requalificação dos espaços públicos.[34] Funcionou, controlando as *alterações urbanísticas e funcionais ao nível urbano – evitando a transformação de residências em terciário, por exemplo,* e *fiscalizando e controlando as intervenções particulares,* dando-lhes assistência técnica*,* assim como, *negociando com os seus diversos projectistas*[35]*,* garantindo desta forma qualidade nas intervenções, e coerência e integração num conjunto mais alargado. O GTL tornou-se, também, eficaz pela capacidade de prestar o apoio necessário à obtenção de linhas de financiamento para os proprietários privados (e não só), conseguindo-se desta forma chegar a *uma escala de intervenção verdadeiramente impressiva.*[36]

(…) Entretanto, enquanto o município soube assumir a obrigação do exemplo, a continuidade dessas acções iria induzir nos privados a iniciativa e o gosto pela reapropriação do seu espaço e também a invenção de muitas formas do viver na área antiga da cidade marcando-se com o sentido da Colectividade e o sentido da Humanidade que têm sido e só podem ser o fundamento de uma intervenção comummente assumida. Isto significa menos dirigismo e menor empolamento formal das iniciativas públicas, e das acções técnicas e regulamentares (ao contrário do que infelizmente é mais corrente).[37]

Assim, resulta indispensável na conceptualização da cidade o estabelecimento de centros que desempenhem uma tarefa de integração, quer instrumental como expressiva,

[33] FERRÂO, Bernardo (1998): *Da História ao GTL*, em, CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES, Gabinete Técnico Local (1998), p.55.
[34] AGUIAR, José (1998), p.8.
[35]AGUIAR, José (1998): *Guimarães: (Re) Habitação e Conservação do Património Urbano*, em, CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES, Gabinete Técnico Local (1998), p.57.
[36]AGUIAR, José (1998): *Guimarães: (Re) Habitação e Conservação do Património Urbano*, em, CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES, Gabinete Técnico Local (1998), p.59.
[37] GESTA, Alexandra (1998): *Sentimentos Nativos*, em, CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES, Gabinete Técnico Local (1998), p.65.

tão atractiva para o cidadão no plano utilitário como no simbólico. Pensamos no programa da requalificação urbana da Porto 2001 e no seu possível significado, neste âmbito, porque é nas cidades definidas pela irreversível tendência à fragmentação, instabilidade e incongruência, onde se renova a luta contra uma discutível heterogeneidade, em ordem à produção de identidades centralizadas. No Porto 2001, foi o espaço público pretexto para um desenho urbanístico e arquitectónico, politicamente determinado, cuja vontade foi orientar a percepção, oferecer sentidos práticos, distribuir valores simbólicos e influenciar as estruturas relacionais dos usuários.

5 A *Requalificação Urbana da Baixa Portuense* no âmbito do *Porto 2001, Capital Europeia da Cultura*

5.1 A construção de uma oportunidade

Tendo como objectivo a análise dos projectos urbanos executados no âmbito daquilo que foi o *Porto 2001, Capital Europeia da Cultura* e no que se refere à *Requalificação Urbana da Baixa Portuense*, pensamos ser necessário compreender e enquadrar temporalmente o processo complexo que levou à construção de uma oportunidade para a execução dos mesmos.

O fenómeno *Capital Europeia da Cultura*, surge quando, a 13 de Junho de 1985, o *Conselho de Ministros da Cultura das Comunidades Europeias* decide instituir a organização desta *manifestação anual de cariz cultural.*[38] *A Capital Europeia da Cultura é uma iniciativa da União Europeia que tem por objectivo a promoção de uma cidade da Europa, por um período de um ano, durante o qual a cidade possui a hipótese de mostrar à Europa a sua vida e desenvolvimento cultural, permitindo um melhor conhecimento mútuo entre os cidadãos da União Europeia.*[39]

Depois de muitas outras cidades europeias terem usufruído deste tipo de experiência, Lisboa é, em 1994, a primeira cidade portuguesa a obter a nomeação de *Capital Europeia da Cultura*. Também em Lisboa, quatro anos depois deste acontecimento, se realiza a *Expo´98. Por ocasião da Exposição internacional (Expo'98), um dos sectores mais degradados da zona oriental da cidade, foi alvo de uma acção de renovação urbana, cujo objectivo central pode definir-se pela criação de um "nova centralidade" da Área Metropolitana de Lisboa. (…) Aposta-se na consolidação de um tecido urbano que permaneça após a Expo'98, utilizando fortes investimentos públicos em infraestruturas e equipamentos como catalizadores do investimento privado, por venda ou concessão dos terrenos já transformados.*[40] Este Projecto Urbano surge, igualmente, como o aproveitar de uma oportunidade única de se elaborar em tempo curto, um projecto complexo; de grande impacto, com um vasto investimento, veio deixar marcas

[38] através da resolução nº 85/C/153/02, a qual foi reiterada através das conclusões dos Ministros da Cultura reunidos em Concelho a 18 de Maio de 1990 (90/C 162/01) e em 18 de Maio de 1992 (92/C 151/01)
[39] Dictionary e translation by Babylon, em, www. Babylon.com/definition.
[40] UNIVERSIDADE DO PORTO, Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura (1998), p.50 e 35.

na forma de actuar e participar neste tipo de situações no nosso país, embora com uma esta "escala" que não se voltou a repetir.

Julgamos que estes acontecimentos, entre outros, em Lisboa, potenciaram a aposta do governo que, em 28 de Janeiro de 1997, por intermédio do então Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, propõe a candidatura da cidade do Porto a Capital da Cultura, no sentido de tentar equilibrar ou compensar, em termos territoriais, o investimento público e o desenvolvimento cultural do país.

Simultaneamente, na Câmara Municipal do Porto, *Manuela de Melo – Vereadora responsável pela Cultura da CMP – já em 1996, face à urgente necessidade de desbloquear um processo de requalificação e construção de equipamentos da cidade, que já se prolongava por vários anos, equaciona a possibilidade da cidade do Porto se candidatar ao Evento, perspectivando não só a possibilidade de reforçar a dinâmica cultural, mas principalmente a possibilidade de despoletar uma dinâmica de transformação urbana sucessivamente adiada – pela possibilidade de aceder a determinados financiamentos e de se criarem mecanismos de articulação entre um conjunto diversificado de entidades*.[41]

Verifica-se, pois, que já em 1996, a Câmara Municipal do Porto, terá tido em conta a possível candidatura do Porto a Capital Europeia da Cultura, uma vez que, na elaboração do Plano de Actividades para 1997 – aprovado em Setembro de 1996 na Câmara e na Assembleia, são apresentadas duas propostas, referentes às áreas da Programação e Reabilitação Urbana, que definem os objectivos programáticos que viriam mais tarde a servir de base ao *Programa de Requalificação da Baixa Portuense* da Porto 2001. *Apesar da Autarquia nunca ter chegado a comunicar explicitamente esta intenção ao Estado Central, por coincidência, Manuel Maria Carrilho faz o mesmo tipo de raciocínio, avançando com a referida proposta de candidatura.*[42]

É neste âmbito, que a Câmara Municipal do Porto, com o apoio do Ministério da Cultura, viria a promover esta candidatura. O país era então governado pelo XII Governo Constitucional, constituído maioritariamente pelo Partido Socialista e liderado pelo Primeiro-ministro, António Guterres.

[41] PAULINO, Raquel (2004), p.147.
[42] PAULINO, Raquel (2004), p.148.

Assim, a 7 de Abril de 1997, é apresentada, no Conselho de Ministros da Cultura das Comunidades Europeias, em Maastricht, a candidatura do Município do Porto a *Capital Europeia da Cultura*, pelo então Presidente da Câmara do Porto – Fernando Gomes.

Deste modo, a 28 de Maio de 1998, a cidade do Porto, conjuntamente com Roterdão (o princípio da pareceria entre cidades é adoptado, por sistema, a partir de 2000) são as cidades nomeadas para serem *Capital Europeia da Cultura* no o ano de 2001.

5.2 A criação da Sociedade Anónima Porto 2001 e o Departamento de Requalificação Urbana

A 3 de Junho de 1998, Artur Santos Silva, é nomeado Presidente da Comissão Instaladora da estrutura que organizaria o evento *Porto 2001, Capital Europeia da Cultura*. Esta comissão integrava também, o encenador Ricardo Pais, o músico Pedro Burmester, e os vereadores da Câmara Municipal do Porto, Manuela de Melo, no pelouro da Cultura, e Nuno Cardoso, no pelouro do Urbanismo.

Desta forma, criava-se uma estrutura organizativa *à qual competia a definição do modelo legal e institucional da futura entidade gestora do evento, das suas bases programáticas nas diversas componentes, destacando-se a estratégia de requalificação urbana e a definição de uma previsão orçamental, a partir da qual seria possível aceder a financiamentos, nomeadamente a partir do sector público através de Fundos Comunitários, do Governo Central, da Câmara Municipal, ou ainda do sector privado através do mecenato.*

Definia-se, desde a fase inicial, como base de trabalho a articulação entre a programação cultural e a requalificação urbana da Baixa, procurando despoletar e desenvolver um complexo e efectivo processo de regeneração urbana, que não se encerrasse na vertente cultural e física[43], estratégia que tinha já sido adoptada em Glasgow, quando esta cidade foi também Capital da Cultura em 1990. Ou seja, a Comissão Instaladora teria de *propor em concreto a forma organizativa, assim como, lançar as bases essenciais do Programa para a referida comemoração.*[44]

Com este propósito, *em 21 de Julho de 1998, realizava-se a primeira de um conjunto de reuniões, mobilizando diferentes saberes e competências, a partir de um grupo*

[43] PAULINO, Raquel (2004), p.155.
[44] PORTO 2001, S.A. (Fev. 99), em, *Enquadramento*, p.2.

constituído por Artur Santos Silva e Nuno Cardoso, enquanto membros da Comissão Instaladora, António Babo e Pedro Silva, enquanto assessores de Nuno Cardoso na CMP, e os arquitectos Alcino Soutinho, Álvaro Siza, Eduardo Souto de Moura, Fernando Távora, José Manuel Soares, Manuel Correia Fernandes e Pedro Ramalho. Desta forma, procurava-se instalar uma metodologia participativa – com base na exploração de diferentes contributos – dando origem a um processo a partir da maximização da recolha e troca de informação relativamente à área de intervenção, com o objectivo de levantar algumas questões de âmbito genérico relativamente à intervenção na cidade existente e de âmbito específico relativamente à intervenção na Baixa do Porto. (…)

Assim sendo, o debate constituía um momento chave no processo de planeamento em curso, permitindo simultaneamente a recolha e produção de informação genérica e específica, fundamental para a definição de um conjunto de objectivos orientadores da estratégia.[45]

A 28 de Setembro de 1998, a *Comissão Instaladora*, cumprindo o compromisso antes assumido, dá por encerrados os seus trabalhos, que resultam num *Relatório*[46], no qual constam as linhas programáticas a que deveria obedecer a actividade a desenvolver em torno e a propósito do *Porto Capital Europeia da Cultura* em 2001, nomeadamente na Programação Cultural e também naquilo que diz respeito à Requalificação Urbana.

Embora as referidas reuniões possam ter contribuído para o enriquecimento do debate e desenvolvimento das conclusões apresentadas, verifica-se que os objectivos programáticos resultantes do relatório apresentado, advêm, no fundamental, de documentos previamente elaborados por Nuno Cardoso e pela sua equipa de assessores, revelando, desta forma, *uma estreita articulação e continuidade programática, relativamente à estratégia proposta pela Câmara Municipal do Porto e a estratégia a definir pela Comissão Instaladora.*

Como refere Manuela de Melo, a Comissão Instaladora limitou-se a aceitar e desenvolver um Programa de Requalificação previamente definido pela Autarquia.[47]

É de salientar, da análise ao referido *Relatório*, a importância que nele é dada à vertente que diz respeito à *promoção da qualificação e/ou requalificação da cidade*, em

[45] PAULINO, Raquel (2004), p.155.
[46] PORTO 2001, S.A., Capital Europeia da Cultura (Fev. 99).
[47] PAULINO, Raquel (2004), p.156.

detrimento de outros potenciais caminhos de acção. No entanto, é várias vezes reforçada a ideia de que *a cidade não se esgota nesse espaço nem nesse tempo (2001) e muito menos nesse acontecimento*. Este, tem um *âmbito limitado e um horizonte bem definido*, *por isso, e ainda que se tenha como certo que muitos dos projectos não serão nessa data - 2001 - mais do que isso mesmo, simples projectos, todos reconhecem ser necessário demonstrar e assumir, perante a cidade e os seus complexos problemas, suficiente ambição, ainda que temperada por uma grande dose de realismo e de um apurado sentido das responsabilidades para além de uma clara noção do valor das suas próprias forças e das suas próprias capacidades de realização*. É também dito, de forma explícita, que estamos perante uma *ocasião imperdível para repor e retomar a discussão sobre a cidade, … e relançar a discussão em torno dos princípios que, à luz dos conhecimentos mais recentes, presidem e orientam o processo do seu desenvolvimento,* porque, *de resto, e do que se conhece, (…) resulta sempre um pouco a mesma sensação: a da não existência de uma "ideia" para a cidade, a da ausência de um fio condutor para as diversas intervenções que nela diariamente se processam assim como a indefinição e o desconhecimento sobre quais os critérios de avaliação dos diversos projectos e obras previstas ou em curso, tanto na fase do seu lançamento e programação, como na fase da sua concretização.* No relatório, é referida, também, a importância que deverá ser dada aos *critérios de "qualidade", aos princípios da "unidade" e da "unidade do conjunto" das intervenções, e que a norma da colaboração sistemática entre as mais diversas entidades e/ou serviços da administração deveria ser uma exigência sem alternativas ou concessões*.

Finalmente, o *Relatório* identifica e enuncia as ideias base e de partida para o enquadramento das acções a levar a cabo no âmbito das intervenções que em termos de requalificação se propõem para a Baixa do Porto:

1. *Prioridade aos espaços urbanos e privilégio destes sobre os edifícios;*

2. *Prioridade aos espaços/edifícios ou aos equipamentos em geral nos quais, ou a partir dos quais, irão ter (fatalmente) lugar os "acontecimentos" do programa "Porto 2001;*

3. *Prioridade aos programas de equipamento da própria cidade tanto no que se refere ao seu próprio funcionamento como no que se refere ao seu próprio "mobiliário" de apoio no sentido da progressiva qualificação do quadro de vida dos seus cidadãos;*

4. Os cidadãos devem ser contemplados, por igual, nas acções a empreender, devendo rejeitar-se liminarmente a ideia de que existe uma cidade nobre e de primeira que vai absorver "a parte de leão" dos meios à disposição e a de uma cidade de segunda que, apenas, vai assistir aos festejos e a quem apenas se pede que participe e que, fundamentalmente, contribua!

5. O programa "Porto 2001" deve apelar à participação das "forças vivas", instituições e organizações activas da cidade no esforço que se pretende generalizado e colectivo de qualificação da imagem urbana do Porto. Entre estas avultam, a sua Universidade e nesta a sua Escola de Arquitectura, assim como as suas mais diversas instituições culturais e artísticas que desde há anos vêm fazendo história da cidade (…).

No relatório apresentado, são, também, referidas *questões metodológicas de gestão do evento, definidas as bases programáticas ao nível da programação cultural e da política de revitalização e requalificação urbana e a estratégia de envolvimento generalizado da cidade, para a qual se apontava a definição de estratégias de comunicação e marketing, nas diversas fases e vertentes do evento, considerada condição necessária enquanto motor da pretendida dinâmica de qualificação alargada territorial e temporalmente, mas também para captar financiamentos através de mecenato.*

(…) O Projecto Urbano Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura estava desde o início condicionado pela capacidade de desenvolvimento de uma metodologia de planeamento e de um modelo de gestão que, num contexto temporal reduzido, para o qual se revelava determinante a simplificação e agilização processual, permitisse, através da concertação de diversos actores, e pela concertação de esforços, fomentando soluções de partenariado, definir e concretizar acções coerentes e de carácter estruturante que constituíam, numa fase posterior ao evento, o suporte de um processo de transformação e regeneração urbana mais profundo.[48]

Podemos salientar, como conclusão da análise a este primeiro relatório, e sempre apenas no que se refere àquilo que, neste estudo, está em causa, algumas particularidades importantes que, com o avançar do processo, se foram tornando menos claras e talvez menos realistas. Referimo-nos à prioridade referida no tratamento do espaço público em

[48] PAULINO, Raquel (2004), p.160.

detrimento do edificado. Apenas os edifícios onde se efectuariam os eventos culturais de 2001 seriam considerados prioritários na intervenção. No fundo, sintetizando, julgamos que se pretendia renovar e modernizar os equipamentos culturais e requalificar o espaço urbano que os liga, unindo-os espacialmente por um projecto urbano coeso. A ideia era de que, no ano de 2001, as pessoas circulassem entre os equipamentos culturais (onde haveria uma excepcional programação cultural), por um espaço urbano requalificado e uno, não fragmentado.

No *Quadro 1*, que apresentamos no final deste capítulo, estão estruturados de forma mais precisa os objectivos que o *Relatório da Comissão Instaladora* enuncia.

Três meses depois, em 31 de Dezembro de 1998, através do Decreto-Lei nº 498-B, de 31/12/98, (art. 1º e 23º), é criada a Porto 2001, S.A**.,** Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, que tinha como objecto social *a concepção, planeamento, promoção, execução e exploração de todas as acções que integravam o evento ou as que com ele se relacionam no âmbito da requalificação urbana* (art.3º,1), e que devia ser dissolvida e liquidada em 30 de Junho de 2002. Ou seja, estava previsto ser um projecto com três anos e meio de vida. Os sujeitos da Instituição eram os accionistas da Porto 2001, S.A: o Estado, representado pelos Ministros de acordo com as suas competências próprias[49] e o Município do Porto. O programa de Requalificação Urbana da cidade do Porto devia ser realizado em zonas a definir pela Sociedade e a aprovar pela Câmara Municipal do Porto e pelos Ministros das Finanças, do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Economia, do Ambiente e da Cultura, de acordo com as competências próprias de cada um (art. 3º, 2).[50]

Em 22 de Janeiro de 1999, Artur Santos Silva é designado, agora formalmente, Presidente do Conselho de Administração da Porto 2001, S.A.. Os órgãos sociais da Sociedade, tomam posse em 30 de Janeiro de 1999, depois de, em 28 de Janeiro de 1999, a Câmara Municipal do Porto ter aprovado dois documentos de particular

[49] Ministro das Finanças – Sousa Franco; Ministro do Equipamento – Jorge Coelho; Ministro do Planeamento – João Cravinho; Ministro da Administração do Território – Elisa Ferreira; Ministro da Economia – Pina Moura; Ministro do Ambiente e da Cultura – Manuel Maria Carrilho. No entanto, os direitos do Estado como accionista podiam ser exercidos por um representante designado por despacho conjunto dos Ministros das Finanças, do Equipamento, do Planeamento, e da Administração do território e da Cultura (Art. 4º nº4).

[50] O Capital social era de 4000000000$00 subscrito: Estado em 98,75%, ao que equivale o valor de 3950000000$00; Município do Porto em 1,25%, ao que equivale o valor de 50000000$00. (art. 4º, nº1). À data da constituição da sociedade o montante do capital social realizado era de 100000000$00, em partes iguais pelo Estado e pelo Município do Porto. (art.4º,2). As acções representativas da parte do capital realizado pelo Estado deviam ser detidas pela Direcção-Geral do Tesouro, podendo a sua gestão ser confiada, por despacho conjunto dos Ministros das Finanças, do Equipamento, do Planeamento e da Administração Território e da Cultura, a uma pessoa colectiva de direito público ou a sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos. (art.4º,3).

importância para a Porto 2001, S.A.*: As linhas gerais da Programação Cultural inserida no Projecto Porto2001: Capital Europeia da Cultura* e o *Programa de Requalificação Urbana no âmbito do Porto, Capital Europeia da Cultura, em 2001.*

Estes documentos viriam a servir como base para o lançamento e concretização das primeiras consultas, sob a forma de um "concurso de ideias", cujo programa e caderno de encargos foram elaborados pela Comissão Executiva da Sociedade Porto 2001.

É de referir a importância que teve na elaboração deste Programa, a investigação, elaborada pela empresa Quaternaire Portugal, SA, em resposta a uma encomenda da Porto 2001 SA., que resultou no intitulado "Projecto de Revitalização da Baixa Portuense". Este estudo, apresentado em Novembro de 1998, tinha como objectivo a preparação da referida consulta e, tinha *como base a definição de uma estratégia abrangente e inovadora para a cidade do Porto, integrando as componentes habitacional e comercial, a requalificação dos espaços de uso colectivo e as condições de mobilidade e acessibilidade na Baixa; e como objectivo e campo de trabalho, a dinamização e revitalização do seu espaço central alargado.*[51]

No interior da Sociedade formaram-se equipas de trabalho, divididas por diversos departamentos. O empenho, a dedicação, o entusiasmo e as expectativas geradas, eram muitos. Havia a sensação, dentro da empresa, de que se estava a "abraçar um causa", difícil de concretizar, mas pela qual todos se bateriam para a tornar o mais positiva possível. O Departamento de Requalificação Urbana (DRU), entretanto criado dentro da Sociedade, foi dividido em vários grupos de trabalho de acordo com as diversas frentes de acção entretanto criadas, nomeadamente, *Requalificação da Baixa Portuense* (sobre a qual incide o nosso estudo), *Caminhos do Romântico*, *Frente Marítima do Parque da Cidade, Casa da Música*, entre outros.

5.3 A *Consulta para a elaboração do Programa de requalificação da Baixa Portuense*

5.3.1 O programa – objectivos e expectativas

Em Fevereiro de 1999, com base no *Programa de Requalificação Urbana* anteriormente aprovado pela C.M.P e no *Projecto de Revitalização da Baixa Portuense***,**

[51] PAULINO, Raquel (2004), p.167.

executado pela Quaternaire Portugal, SA, é elaborado pela Porto 2001, S.A., o documento intitulado *Consulta para a elaboração do Programa de requalificação da Baixa Portuense.*

Para participar nesta consulta, são convidadas dezasseis equipas, encabeçadas por arquitectos *de reconhecido mérito*.[52]

É de salientar o facto de se tratar de uma consulta para a elaboração de um programa e não de um programa pré-estabelecido para a execução dos projectos. Ou seja, na prática, pretendia-se que desta consulta resultasse um programa. É de referir também a importância que este documento teve nos resultados das propostas e nas futuras intervenções, porque é ele que, primeiramente, condiciona e orienta a metodologia das referidas acções, *precisa contornos para a operação, caracteriza morfologias e circuitos, pondera estratégias de mobilidade, elenca usos e situações-problema, define áreas de intervenção*[53]*,* e por isso, é já por si, bastante condicionador. De qualquer forma, vemos como positivo o facto de se ter valorizado este "momento" de acerto de estratégias de acção para a concretização de um programa, antes de avançar na execução dos projectos.

A possibilidade, que admitimos e que a experiência recente de diferentes países confirma, de que uma intervenção por projecto urbano (P-U) não decorra necessariamente dos planos vigentes mas sim da criação/aproveitamento de oportunidades não previstas, faz com que o momento do programa no P-U tenha uma importância política e uma autonomia disciplinar que não tem habitualmente nos projectos correntes de arquitectura, mesmo quando a sua dimensão é apreciável. (…) De facto, é o programa, antes e durante o projecto, que interpreta, verifica e eventualmente suporta a decisão política intempestiva que lhe deu origem. Porque é nessa etapa e processo específico de planeamento que: se procuram e definem as condições financeiras e fundiárias; se monta a estrutura organizativa da realização e futura gestão dos espaços oferecidos; se preparam as eventuais candidaturas a organizações internacionais ou nacionais em competição com outras cidades (jogos olímpicos, expôs, capitalidades temporárias, programas de regeneração urbana ou de desenvolvimento científico e tecnológicos, novos equipamentos de comunicações ou logísticos, desenvolvimentos eco-paisagísticos); se planificam os processos dirigidos à

[52] PORTO 2001, S.A., Capital Europeia da Cultura (Fev. 99).

[53] MENDES, Manuel (2000): *"Baixa Portuense" – Pura Representação*, em, PORTO 2001, S.A. e FAUP PUBLICAÇÕES (2000), p.17.

obtenção de consensos e o marketing urbano, para facilitar a viabilidade da intervenção em termos de parcerias, etc.; se escolhem os projectistas das fases subsequentes e se lançam os eventuais concursos e, sobretudo, se fixa o conceito, dimensão, composição funcional, condicionalismos do contexto (e eventuais alterações ao planeamento) e se simula a imagem e impacto pretendido, mesmo antes do projecto propriamente dito os fixar. A programação de um P-U, assim pretendido, é muito mais do que a vulgar lista ou organigrama de objectivos genéricos e dos correspondentes espaços de construção. Deve ser entendido, em primeiro lugar, como programação urbanística que pode incluir a avaliação de locais alternativos e a escolha do mais vantajoso, o que supõe simulações de impactos e discussão com eventuais parceiros, com atenção especial a questões de acessibilidades, economia local, património e ambiente, bem como o eventual confronto com o planeamento vigente. Last but not least, não devem ser escamoteados nesta fase de viabilização dos interesses, frequentemente conflituais, de grupos sociais afectados ou destinatários da operação, enquanto segmentos da procura ou agentes da transformação imobiliária. Enquanto que aform-appeal será na fase seguinte um vector determinante do projecto propriamente dito, o process-conditioning é a ênfase dominante da programação, e deve ficar clarificada quanto possível antes das fases que se lhe seguirão.[54]

No capítulo *Intenções programáticas*, da referida *Consulta*, são primeiramente referidos genericamente alguns factores que descrevem o panorama actual da zona a intervir. *Constata-se que a baixa mantém o essencial das suas características e denota possuir capacidades suficientes para ultrapassar as perdas que ultimamente a têm vindo a depauperar. A força e a solidez da sua estrutura urbana tanto no que se refere aos espaços "construídos" (de uso privado ou condicionado) como aos "não construídos" (de uso público ou colectivo) são factores de qualidade de vida urbana. O carácter da sua arquitectura através da qual a Baixa se fez ao longo dos últimos dois séculos, assim como as actividades sócio-económicas que aí tiveram ou ainda têm sede, são factores de atractividade que, igualmente, podem potenciar qualidade de vida na cidade.*[55] *Nos últimos anos, o aparecimento de novos centros alternativos na cidade (ou na área metropolitana), a deslocação para a periferia e a desmobilização de algumas instituições, a obsolescência de algum comércio a o abandono de casas e edifícios de*

[54] PORTAS, Nuno (1998), Da Estratégia ao Projecto, em, *Premio Sir Abercrombie, UIA 2005* (2006), p.57 e 58.

[55] PORTO 2001, S.A., Capital Europeia da Cultura (Fev. 99), em: *Intenções Programáticas*, p.1.

habitação introduziram a ideia de que a Baixa estava em processo de desertificação, moribunda e já incapaz de se revitalizar. A realidade é que este movimento não só não se reforçou como aparentemente, foi estancado e, para isso, muito contribuíram as acções que ao nível dos equipamentos culturais foram desencadeadas, concretizadas e conseguiram institucionalizar-se. É o caso, entre outros, do Teatro de S.João, do Rivoli, do Coliseu e, no sector comercial, do "shopping" Via Catarina e de algumas outras lojas de grande dimensão que vieram a instalar-se na baixa. Projectos em curso ou em vias de concretização com influência na área da Baixa como, o Metro e retoma das carreiras de eléctricos são, também eles, factores de revitalização a considerar. Por outro lado, a proximidade do núcleo mais antigo da cidade – o chamado "centro histórico" – em processo de transformação há anos e a recente declaração de parte desse núcleo como "património da humanidade" são, do mesmo modo, factores relevantes para a "requalificação" e reanimação da cidade em todos os seus aspectos.

Aos factores negativos que, apesar de tudo, a vida sempre arrasta, há que opor ideias, programas e acções capazes de os superar. Para isso, é necessário que a gestão da cidade se faça de forma proactiva e não, de forma reactiva; é necessário que o processo de transformação seja isso mesmo, um processo de transformação e não uma correria atrás dos problemas sem nunca conseguir resolver nenhum.

O documento em análise é denso em informação, bastante longo, e, por ser algo confuso, de difícil e demorada interpretação. *Se vagas no conceito, as "Intenções programáticas" da Consulta, são transparentes na determinação e propósito*[56]*,* assim, quanto aos objectivos gerais a atingir com as intervenções, o documento é claro e ambicioso*: propiciar a "requalificação" global de toda a área central da cidade, por extensão de toda a cidade. Pretende-se, por isso, que a "requalificação" seja global e real e não apenas aparente; pretende-se que a requalificação atinja o fundo das questões e não apenas a superfície. Trata-se, em suma de criar um movimento e não, apenas, um acontecimento. Trata-se de modificar procedimentos e comportamentos. Trata-se de credibilizar projectos, de os tornar projectos da cidade para os cidadãos e destes para a cidade. Trata-se de ensaiar uma nova "cultura" de intervenção na cidade*

[56] MENDES, Manuel (2000): *"Baixa Portuense" – Pura Representação*, em, Porto 2001, S.A. e FAUP PUBLICAÇÕES (2000), p.17.

em que a participação dos cidadãos e das suas instituições seja a regra e não a excepção ou o álibi.[57]

Estes objectivos gerais são, neste documento, especificados ou tratados de forma mais detalhada e divididos por cinco temas específicos, Espaço Público, Edifícios, Mobilidade e Revitalização económica – Comércio/ Serviços e Habitação.

Quanto aos três primeiros temas, são especificadas no texto da *Consulta*, de forma clara, acções para a concretização dos objectivos pretendidos. Parece-nos importante transcrevê-los aqui, já que, só assim se pode perceber o grau de pormenor que se pretendia atingir com a intervenção, ou, o nível das especificações que foram fornecidas aos projectistas, nomeadamente:

Quanto ao Espaço Público:

1. Requalificação de todo o espaço público, em todas as suas vertentes e componentes, no sentido da sua melhoria funcional e estética;

2. Reforço do carácter de espaço público desta zona da cidade, na sequência das suas ruas, praças, largos e jardins;

3. Adequação destes mesmos espaços tanto no que se refere às suas funções como no que se refere à sua possível, ou previsível adaptação a novas exigências de circulação e de tráfego, tanto mecânico como de peões;

4. Reavaliação da prestação de cada uma das áreas mais especializadas do espaço público, e sua eventual reformulação: faixas de circulação mecânica, de estacionamento e paragem, passeios e passadeiras, zonas arborizadas, zonas verdes ou ajardinadas, etc;

5. Identificação de áreas e oportunidades para instalação de equipamento e mobiliário urbano no sentido da obtenção do máximo conforto na utilização da cidade;

6. Identificação de locais e situações especialmente vocacionados para a instalação e enquadramento de obras de arte de expressão pública e de escala urbana;

7. Estudo de elementos essenciais à construção e reforço da expressividade da imagem da cidade como é o caso da sua iluminação, incluindo a iluminação dos seus edifícios, monumentos e elementos ou situações singulares marcantes e emblemáticas;

[57] PORTO 2001, S.A. (Fev. 99), em: *Intenções Programáticas*, p.4.

8. Identificação de obras de infra-estruturas a levar a cabo para um melhor funcionamento da cidade, tornando-a simultaneamente mais cómoda e confortável;

9. Estudo de todo o mobiliário urbano tendo em atenção a tendência para a sua proliferação descontrolada e diversificação formal injustificada e para a sua dispersão aleatória;

10. Proposição de regulamentação e normativa referente à disciplina das mais diferentes questões e problemas que ouso e o funcionamento quotidiano da cidade colocam, desde a sinalética à publicidade passando por todos os tipos de indicações e sinais que propiciam e melhoram a legibilidade da cidade;

11. Estudo de uma "carta de princípios" sobre uso de materiais, cores formas e texturas, de tal forma que, sem condicionamentos desadequados, se possam tornar coerentes, as diferentes intervenções nas diferentes zonas da cidade e não apenas nas áreas de Intervenção específica da Porto 2001, SA.

Quanto aos Edifícios:

1. Reformulação de toda a frente edificada – a fachada da rua – na Área de Intervenção da Porto 2001, SA;

2. Requalificação e recuperação de edifícios cuja expressão arquitectónica tenha sido pervertida ou adulterada por intervenções totais ou parciais;

3. Recuperação de edifícios ou conjuntos edificados cuja "monumentalidade" tenha sido afectada;

4. Recuperação de edifícios ou conjuntos edificados cuja função tenha sido, ou possa vir a ser alterada com a consequente adequação formal;

5. Proposição de novas funções ou utilizações para edifícios de porte e dimensões menos comuns;

6. Inventariação de edifícios ou conjuntos especialmente vocacionados para a instalação ou reinstalação de funções que importa "devolver" à Baixa, como é o caso da habitação, do comércio, dos serviços e dos equipamentos seja de que tipos forem;

7. Identificação de situações especialmente vocacionadas para a instalação de equipamentos colectivos e sociais, culturais e desportivos que potenciem as condições para a "requalificação" e o incremento significativo da função habitar;

8. Articulação (ou rearticulação) das estruturas físicas que lhe servem de suporte a esses mesmos equipamentos, de modo a encontrar as necessárias condições de complementaridade e de boa vizinhança entre si e entre essas mesmas estruturas e a habitação aí instalada;

9. Identificação e proposição de acções de "higienização e libertação"da cidade de ocupações indevidas, inaceitáveis ou claramente inadequadas, como é o caso de interiores de quarteirões densamente ocupados por construções abarracadas e muitas delas já em estado de abandono ou ruína;

10. Proposição de acções de reabilitação construtiva, ambiental e urbana, de situações singulares e pontuais, como é ocaso de áreas de habitação popular ainda existentes em bairros, "ilhas" ou outras situações de idêntico teor."

Quanto à Mobilidade:

Relativamente a este tema, é referido neste capítulo que, *uma equipa de consultores de transportes em articulação com a CMP* estariam *a desenvolver um conjunto de estudos sobre a mobilidade na Baixa do Porto,* que viriam a permitir o fornecimento de *dados programáticos aos projectistas seleccionados para requalificar as Áreas de Intervenção Urbanas definidas pela Porto2001, S.A.* Este, englobaria *o estudo sobre o impacte do sistema do Metro do Porto, a reestruturação da rede de autocarros e eléctricos, a definição de canais/percursos de utilização intensiva pedonal para correspondência intermodal, o reacerto do sistema viário de irrigação interurbana, estacionamento*, etc. Assim, seria fornecido, posteriormente, às equipas seleccionadas, por zona, um esquema director dos critérios de mobilidade com implicações locais. Este, incorporaria também ideias dos projectistas que viessem a ser consideradas *mais-valias para o funcionamento da baixa*. Este plano para a mobilidade englobaria todas as áreas de intervenção ao mesmo tempo, permitindo por isso, uma visão de conjunto sobre a Baixa, as suas inter-relações, devendo funcionar como elemento agregador de todo o conjunto. O programa da *Consulta* refere que se pretendia que os projectistas incluíssem nas suas propostas alternativas quanto à *localização de parques de estacionamento, terminais intraurbanos, praças de táxis, locais adaptados para cargas e descargas, articulação de percursos pedonais*. São também aqui referidas as diversas condicionantes que deverão ser tidas em conta nos projectos a realizar, nomeadamente naquilo que diz respeito a compromissos preestabelecidos ou a projectos públicos em curso, nomeadamente, paragens de Metro, diversos parques de estacionamento, o túnel

rodoviário Ceuta-Carregal e o novo elevador dos Guindais. São também sugeridas algumas hipóteses a testar pelos concorrentes, como alguns novos arruamentos, parques de estacionamento ou terminais de autocarros. Por fim, e naquilo que respeita à mobilidade, são fornecidos *critérios indicativos de viabilidade de soluções,* ou seja, medidas aproximadas de passeios, vias de circulação, etc., indicações quanto ao modo de pensar a arborização e nas paragens de autocarro. É também solicitado o estudo particular de algumas situações concretas como, sinalização informativa e indicativa, locais para cargas e descargas e formas de vedar o trânsito motorizado a passeios, largos e praças.

Quanto à *Revitalização Económica:*

Neste capítulo, somos remetidos para um anexo que especifica o tema. Trata-se efectivamente do estudo anteriormente referido, executado pela Quaternaire, Portugal, SA, intitulado *A Revitalização da Baixa Portuense*. Este capítulo é dividido em dois sub-temas, *Comércio e Serviços* e *Habitação*. No primeiro, pode ler-se que se trata de *um programa para a revitalização do comércio e dos serviços na Baixa Portuense.* Neste, é analisada de forma detalhada *a situação e as perspectivas para o sector comercial* e são apontados factores favoráveis e desfavoráveis para o seu desenvolvimento. Depois, são explicitadas as características do programa, nomeadamente, o *seu carácter inovador,* de acordo com uma série de princípios que se enunciam e que julgamos dispensável transcrever. É também referido que *este projecto é uma intervenção financiada pelo PROCOM*, e posteriormente, são salientados alguns aspectos que se referem à forma como devem ser orientados os financiamentos, segundo *linhas de acção* especificadas. São apresentados, também, os *eixos estratégicos para a intervenção* e os *domínios prioritários de investimento.* Trata-se, portanto, de um programa específico para o sector comercial que não iremos desenvolver. Parece-nos que este capítulo tem um carácter puramente informativo, algo que deva ser tomado em conta para que as intenções sugeridas sejam compatíveis com as propostas dos projectistas. Este carácter parece-nos reflectir-se, também, no capítulo seguinte referente à habitação. Surge, julgamos nós, como um programa específico e autónomo relativamente aos projectos a desenvolver pelos concorrentes. São dois programas independentes que deviam ser tidos em conta nas propostas mas que, pela amplitude de objectivos e de competências necessárias à sua execução, não se poderiam misturar.

O documento refere, *em tom de síntese*, que se pretende com esta requalificação urbana incentivar as seguintes acções: *a reinstalação da função "habitação"; a instalação de unidades hoteleiras; a instalação ou reinstalação de escritórios de empresas; a instalação de ateliers de artistas; a instalação de comércio, a instalação de escolas de todos os graus de ensino; a retirada de serviços ou instituições, empresas e actividades que estejam a perder o sentido e a razão de ser, libertando espaços e edifícios de qualidade e recuperáveis; a instalação de pequenos equipamentos sociais, desportivos, educacionais, culturais, assistenciais, etc*. e por fim, refere-se a pretendida *reorganização da circulação automóvel*.

Segundo a análise feita ao convite para a consulta, pretendia-se *a participação alargada de profissionais de reconhecido mérito na apresentação de ideias e de métodos para a sua execução*[58] e, o objecto do concurso consistia no apuramento, entre os dezasseis arquitectos convidados, de equipas para *a prestação de serviços*, tendo como fim *a execução, conjuntamente com a Porto 2001, S.A., do "Programa de requalificação da Baixa Portuense"* e a escolha de um coordenador de projecto para cada uma das unidades territoriais a intervencionar pré-definidas no programa de concurso.

Na carta convite aos participantes, pode ler-se também: *Com o propósito de permitir intervenções tanto quanto possível autónomas e personalizadas num projecto que se pretende seja coerente, esta Sociedade decidiu dividir o espaço público da Baixa Portuense em cinco grandes áreas de Intervenção; duas na zona "Leste", uma "Central" e outras duas na zona "Oeste", as quais por sua vez serão subdivididas em Unidades de Projecto. Quanto à área de intervenção denominada "Central" foi já decidido adjudicar a uma equipa composta pelos arquitectos Siza Vieira e Souto Moura, considerando as intervenções que lhes estão já atribuídas na Av. Da Ponte (Arq. Álvaro Siza), bem como na frente da Estação de S. Bento e na Avenida dos Aliados, em consequência das obras do Metro (Arq. Souto Moura).* A estas cinco áreas de intervenção (ver fig.36), é acrescentada, no programa para a *Consulta*, uma outra denominada PROCOM. À excepção da Zona Central e PROCOM, foram convidados a apresentar propostas de intervenção, quatro equipas encabeçadas por arquitectos para cada uma das quatro áreas de intervenção. Como se pode ler no capítulo das *Intenções Programáticas* da referida *Consulta*, *A fundamentação desta divisão é um complexo de razões que vai dos próprios objectivos programáticos da Porto2001, S.A., até à*

[58] PORTO 2001, S.A.(Fev. 99), em, *Carta Convite* (assinada por Artur Santos Silva).

complexidade dos problemas que em cada uma das áreas se coloca e à previsível efectiva capacidade de operação, passando pelos meios e tempos necessários e disponíveis tanto para a realização dos projectos como para a realização das obras. Por isso mesmo se admitem, desde já, propostas de sub-divisão de cada uma destas Áreas de Intervenção (AI's) em Unidades de Projecto que tanto podem corresponder a espaços ou a edifícios ou a conjuntos de uns e de outros, como a temas ou programas que venham a ser encontrados "no interior" de cada uma das AI's em qualquer das fases de projecto e que possam ser considerados "adequadamente autónomos".

Embora este estudo não englobe todas as acções da Porto 2001 e incida sobre os projectos para a Requalificação da Baixa, é importante salientar que este programa era complementado por uma série de obras de remodelação, restauro e reabilitação de muitos dos equipamentos culturais da cidade, que ficariam assim operacionais para se efectuarem os Programas Culturais da Capital da Cultura, projectos que seriam feitos em articulação com os do espaço público.

Desta forma, foram concretizadas pela Porto 2001, na Baixa, as seguintes obras em Equipamentos Culturais. Algumas destas obras encontravam-se já em curso e outras em fase de projecto (ver fig. 36):

- *Remodelação da Antiga Cadeia e Tribunal da Relação do Porto para adaptação ao Centro Português de Fotografia* – Arq.º Eduardo Souto Moura e Arq.º Humberto Vieira
- *Cobertura do Claustro de S. Bento da Vitória e adaptação a sala de ensaios* – Arq.º Carlos Guimarães
- *Reabilitação e Ampliação do Museu Soares dos* Reis - Arq.ºs Fernando e José Bernardo Távora
- *Casa da Animação* – Arq.º David Cordeiro Fernandes
- *Coliseu do Porto* (sofreu algumas obras da Porto 2001,nomeadamente no palco para implementação de qualidades acústicas);
- *Remodelação do Auditório Carlos Alberto* - Arq.º Nuno Lacerda Lopes
- *Biblioteca e Galeria Municipal Almeida Garrett* - Arq.º José Manuel Soares (executada pela CMP, mas parcialmente financiada pela Porto2001, SA.)

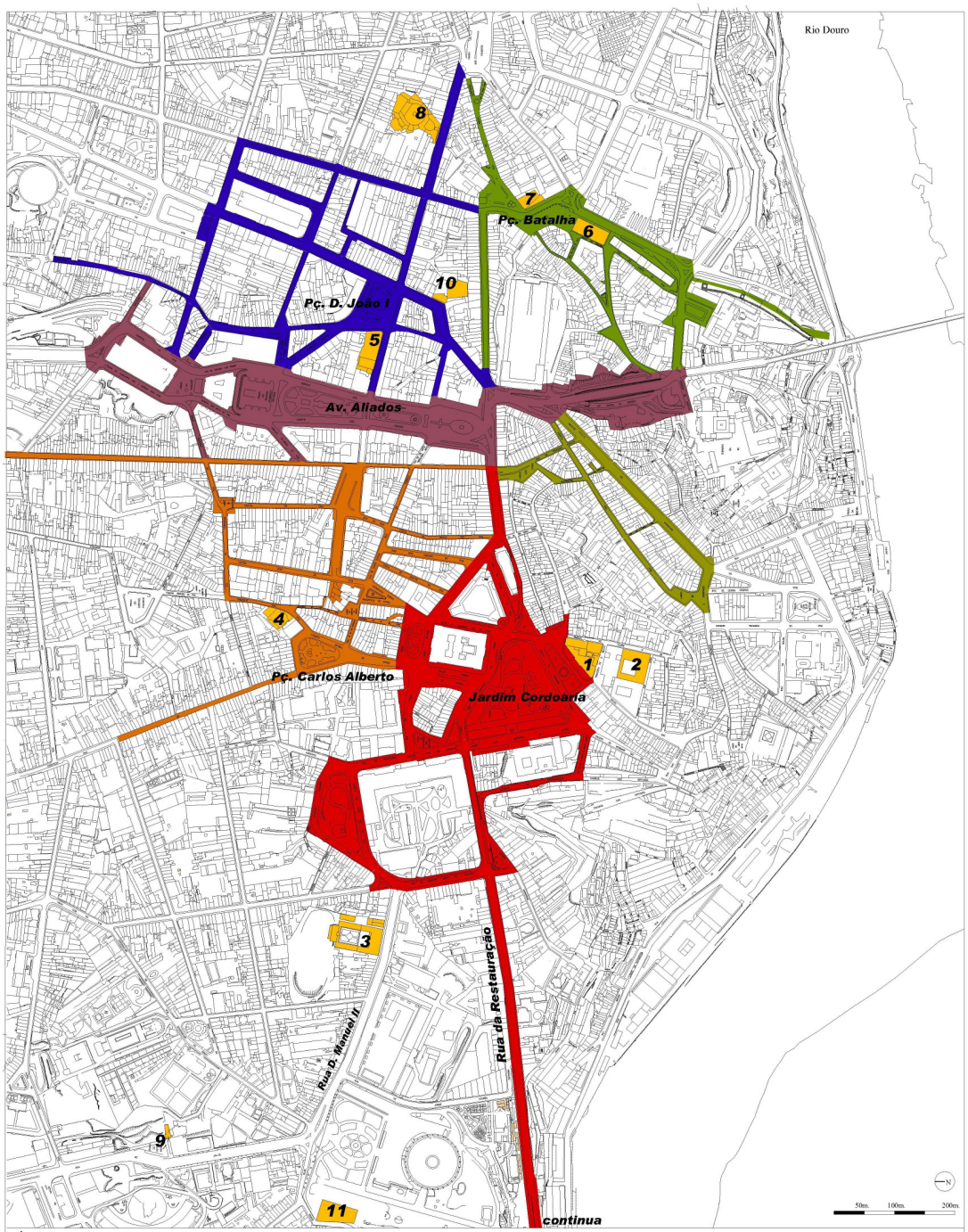


Figura 36. Planta Geral das Áreas de Intervenção a promover pela Porto 2001, SA. e Equipamentos Culturais

Outros equipamentos existentes na zona não sofreram obras nesta ocasião mas funcionaram, também, como condicionantes para os projectos do espaço público:

- *Teatro Nacional S. João* (já recuperado);
- *Cinema Batalha* (encerrado durante 2001);
- *Teatro Municipal Rivoli* (já recuperado e modernizado)

Da leitura deste documento, podemos concluir que os objectivos a atingir eram agora muito mais ambiciosos e abrangentes (relativamente ao primeiro relatório). Julgamos que o relatório inicial da Porto 2001 não coincide completamente, em termos de conceito e de objectivos, com este último documento. No primeiro, a prioridade das intervenções deveria ser dada ao espaço público em detrimento do edificado, limitando-se este tipo de acções apenas aos equipamentos culturais onde se viriam a efectuar os eventos; no programa da *Consulta*, além da requalificação de todo o espaço público, em todas as suas facetas e componentes, e dos equipamentos culturais, pretendia-se ir muito mais longe. Reformulação de toda a frente edificada, requalificação ou recuperação de edifícios, instalação ou reinstalação de novas funções, instalação de equipamentos colectivos e sociais, intervenções no interior dos quarteirões, implementação de um programa para a revitalização do comércio e dos serviços, implementação de um programa para uma intervenção no sector da habitação, são apenas alguns dos objectivos ou acções sugeridas neste último documento. O programa, passa a ser, mais elaborado e preciso, talvez mais objectivo, tendo em conta também, todas as questões práticas; tornava-se muito difícil de executar num tão curto espaço de tempo e com os meios existentes. Realmente, como é dito no programa, pretende-se *propiciar a "requalificação" global de toda a área central da cidade, por extensão de toda a cidade. Pretende-se, por isso, que a "requalificação" seja global e real e não apenas aparente; pretende-se que a requalificação atinja o fundo das questões e não apenas a superfície. Trata-se, em suma de criar um movimento e não, apenas, um acontecimento. Trata-se de modificar procedimentos e comportamentos. Trata-se de credibilizar projectos, de os tornar projectos da cidade para os cidadãos e destes para a cidade. Trata-se de ensaiar uma nova "cultura" de intervenção na cidade em que a participação dos cidadãos e das suas instituições seja a regra e não a excepção ou o álibi.*

Parece-nos, agora com algum distanciamento, que a ambição reflectida nesta consulta é excessiva e plena de ambiguidades. Fica-se sem ter certezas sobre o que realmente se pretendia que viesse a ser executado. Seria tudo, ou apenas se iriam deixar projectos ou ideias para o futuro? Será que alguém acreditou que tudo o que era pretendido se iria executar? Terá sido uma atitude consciente? Optimismo ou protagonismo político? Não será contraditória a afirmação feita no relatório, quando ao justificar as escolhas do júri, é dito que um dos factores mais valorizados nas propostas foi a *operacionalidade a curto prazo e de forma segura, sem grandes riscos*? Os objectivos que se propunham cumprir, por serem tão amplos, por implicarem tantas complexidades inerentes a uma cidade real, não se coadunavam com uma operacionalidade a curto prazo que se pretendia.

O Quadro 1, que se segue, clarifica, de modo um pouco mais explicito, os objectivos gerais e particulares enunciados no *Relatório da Comissão Instaladora da Porto 2001* de 1998 e aqueles que, mais tarde, foram enunciados na *Consulta para a elaboração do Programa de requalificação da Baixa Portuense*, em 1999. Podem assim avaliar-se as diferenças e similitudes entre ambos e verificar-se a acrescida ambição contida no Programa ao qual deram resposta os convidados a participar nesta consulta.

1998	**Relatório da Comissão Instaladora Porto 2001**
OBJECTIVOS GERAIS	
- *Promoção da qualificação e/ou requalificação da cidade.* - *Repor e retomar a discussão sobre a cidade.* - *Privilegiar nas escolhas critérios como: "qualidade" das intervenções, "unidade"e, "noção de conjunto".* - *A colaboração sistemática entre entidades e/ou serviços da administração.* - *Adequação aos limites que o programa impunha.* - *Deixar projectos para o futuro.*	
OBJECTIVOS PARTICULARES	
- *Prioridade aos espaços urbanos e privilégio destes sobre os edifícios;* - *Prioridade aos espaços/edifícios ou aos equipamentos em geral nos quais, ou a partir dos quais, irão ter (fatalmente) lugar os "acontecimentos" do programa "Porto 2001";* - *Prioridade aos programas de equipamento da própria cidade tanto no que se refere ao seu próprio funcionamento como no que se refere ao seu próprio "mobiliário" de apoio no sentido da progressiva qualificação do quadro de vida dos seus cidadãos;* - *O programa "Porto 2001" deve apelar à participação das "forças vivas", instituições e organizações activas da cidade no esforço que se pretende generalizado e colectivo de qualificação da imagem urbana do Porto.*	

1999	**Consulta para a elaboração do Programa de requalificação da Baixa Portuense**".

OBJECTIVOS GERAIS

- *Propiciar a "requalificação" global de toda a área central da cidade;*
- *Pretende-se, por isso, que a "requalificação" seja global e real e não apenas aparente;*
- *Pretende-se que a requalificação atinja o fundo das questões e não apenas a superfície.*
- *Criar um movimento e não, apenas, um acontecimento.*
- *Modificar procedimentos e comportamentos.*
- *Credibilizar projectos, de os tornar projectos da cidade para os cidadãos e destes para a cidade.*
- *Ensaiar uma nova "cultura" de intervenção na cidade em que a participação dos cidadãos e das suas instituições seja a regra e não a excepção ou o álibi.*

OBJECTIVOS PARTICULARES

Espaço Público:

- *Requalificação de todo o espaço público, em todas as suas vertentes e componentes;*
- *Reforço do carácter de espaço público desta zona da cidade, na sequência das suas ruas, praças, largos e jardins;*
- *Adequação destes mesmos espaços tanto no que se refere às suas funções como no que se refere à sua possível, ou previsível adaptação a novas exigências de circulação e de tráfego, tanto mecânico como de peões;*
- *Reavaliação da prestação de cada uma das áreas mais especializadas do espaço público, e sua eventual reformulação: faixas de circulação mecânica, de estacionamento e paragem, passeios e passadeiras, zonas arborizadas, zonas verdes ou ajardinadas, etc.;*
- *Identificação de áreas e oportunidades para instalação de equipamento e mobiliário urbano*
- *Identificação de locais para a instalação e enquadramento de obras de arte de expressão pública e de escala urbana;*
- *Estudo de iluminação, incluindo a iluminação dos edifícios, monumentos e elementos ou situações singulares marcantes e emblemáticas;*
- *Identificação de obras de infra-estruturas para um melhor funcionamento da cidade;*
- *Proposição de regulamentação e normativas para a sinalética e publicidade*
- *Estudo de uma "carta de princípios" sobre uso de materiais, cores formas e texturas, de tal forma que, se possam tornar coerentes, as diferentes intervenções nas diferentes zonas da cidade e não apenas nas Áreas de Intervenção específica da Porto 2001, SA.*

Quanto aos Edifícios:

- *Reformulação de toda a frente edificada – na Área de Intervenção da Porto 2001,SA;*
- *Requalificação e recuperação de edifícios cuja expressão arquitectónica tenha sido pervertida ou adulterada por intervenções totais ou parciais;*
- *Recuperação de edifícios ou conjuntos edificados cuja "monumentalidade" tenha sido afectada e, cuja função tenha sido, ou possa vir a ser alterada com a consequente adequação formal;*
- *Proposição de novas funções ou utilizações para edifícios de porte e dimensões menos comuns;*
- *Inventariação de edifícios ou conjuntos especialmente vocacionados para a instalação ou reinstalação de funções que importa "devolver" à Baixa, como é o caso da habitação, do comércio, dos serviços e dos equipamentos seja de que tipos forem;*
- *Identificação de situações especialmente vocacionadas para a instalação de equipamentos colectivos e sociais, culturais e desportivos que potenciem as condições para a "requalificação" e o incremento significativo da função habitar;*
- *Articulação (ou rearticulação) das estruturas físicas que lhe servem de suporte a esses mesmos equipamentos, de modo a encontrar as necessárias condições de complementaridade e de boa vizinhança entre si e entre essas mesmas estruturas e a habitação aí instalada;*
- *Identificação e proposição de acções de "higienização e libertação"da cidade de ocupações indevidas, inaceitáveis ou claramente inadequadas, como é o caso de interiores de quarteirões densamente ocupados por construções abarracadas e muitas delas já em estado de abandono ou ruína;*
- *Proposição de acções de reabilitação construtiva, ambiental e urbana, de situações singulares e pontuais, como é ocaso de áreas de habitação popular ainda existentes em bairros, "ilhas" ou outras situações de idêntico teor.*

A ter em conta:

Plano de Mobilidade:

Efectuado por "*uma equipa de consultores de transportes em articulação com a CMP", que,* estariam *a desenvolver um conjunto de estudos sobre a mobilidade na Baixa do Porto. Seria*

fornecido posteriormente, às equipas seleccionadas, por zona, um esquema director dos critérios de mobilidade com implicações locais.
Plano para a Revitalização Económica: "Comércio e Serviços" e "Habitação" – com o objectivo de incentivar as seguintes acções:
- *Reinstalação da função "habitação";* - *Instalação de unidades hoteleiras;* - *Instalação ou reinstalação de escritórios de empresas;* - *Instalação de ateliers de artistas;* - *Instalação de comércio,* - *Instalação de escolas de todos os graus de ensino;* - *Retirada de serviços ou instituições, empresas e actividades que estejam a perder o sentido e a razão de ser, libertando espaços e edifícios de qualidade e recuperáveis;* - *Instalação de pequenos equipamentos sociais, desportivos, educacionais, culturais, assistenciais, etc.*"

Quadro 1

5.3.2 Resultados da consulta. As propostas

As respostas dadas pelos participantes à *Consulta* seriam apresentadas no dia 11 de Março de 1999 na Sociedade Porto 2001.

Num texto introdutório do catálogo da exposição *Porto 2001, Regresso à Baixa*, em que foram patentes ao público as respostas à referida *Consulta*, Paulo Sarmento e Cunha, na época Director do *Departamento de Requalificação Urbana* da Porto 2001, SA, refere: *Como resultado, podemos contar com 14 propostas que sintetizam modos de interpretar a cidade, sugerem princípios de actuação e, concretamente, apresentam propostas de intervenção, que foram a base do debate para a definição do programa de requalificação da Baixa Portuense a promover pela Porto 2001, SA.*

As propostas deverão sempre ser lidas com o conhecimento de que foram produzidas em tempo - relâmpago, cerca de três semanas, e cujo conteúdo resulta de contributos de um elevado número de técnicos mobilizados e coordenados pelos arquitectos convidados. Uma outra grande nota é a liberdade que foi permitida às equipas envolvidas, que resultou no valioso conjunto de ideias que agora publicamos.

O ano de 2001 está à porta. Naturalmente, temos consciência de que um processo de requalificação urbana como a Baixa do Porto não se realiza em tão curto espaço de tempo. À Porto 2001, S.A. cabe dar o primeiro passo. Mas o passo terá a dimensão suficiente que torne o processo irreversível, de modo a que seja devolvida a dignidade que a Baixa Portuense merece e que volte a ser o principal espaço de referência e de vivência da cidade e da região.

Ficam então registadas as intenções, as ideias, as propostas e, em alguns casos, as provocações de quem, intensamente, se empenhou na elaboração das propostas, e que não deverão ser esquecidas por todos os futuros decisores e responsáveis pelos passos futuros.[59]

Manuel Mendes, arquitecto, o único elemento exterior à sociedade *Porto 2001* que integrou a *Comissão de Apreciação dos Trabalhos*, referindo-se aos resultados apresentados, diz: *Em Março de 1999, pese os tempos estreitos da "Consulta", a apresentação das propostas surpreendia: pela intensidade do empenho das equipas, pela extensão/ variedade/ detalhe das respostas; pela postura dos modelos teóricos/ métodos de análise/ compreensão táctil na interpretação da área a intervencionar e sua compreensão no todo orgânico dos problemas da cidade (o esboço de análises histórica, morfológica, tipológica, pitoresca, paisagística, arquitectónica, funcional). Mas surpreendeu, igualmente, pela amostragem de múltiplos sinais da cultura da cidade, presença de critérios de intervenção indutores de uma cultura de projecto, e de vectores de transformação da área a intervencionar no todo orgânico da cidade. Como surpreendeu ainda pela pluralidade de sinais indiciadores sobre o modo de entender o desenho no processo de fazer cidade; de sinais indiciadores para um entendimento possível para a abertura de uma cultura plural de intervenção*.[60]

Não iremos aqui descrever ou expor as catorze propostas apresentadas no concurso, tornadas públicas de forma detalhada, no catálogo da exposição referida. Ali, podem ler-se os textos e analisar-se os desenhos que acompanham as respostas dadas por todas as equipas projectistas. Iremos, sim, procurar aprofundar o estudo e recolher informação sobre aquilo que se seguiu, que não está publicado e agrupado de forma organizada e, portanto, incidir a nossa análise sobre os projectos escolhidos pela Comissão de Avaliação e seu posterior desenvolvimento.

[59] CUNHA, Paulo Sarmento e, em, PORTO 2001, S.A. e FAUP PUBLICAÇÕES (2000), p.11 e 12.
[60] MENDES, Manuel, em, PORTO 2001, S.A. e FAUP PUBLICAÇÕES (2000), p.18.

5.3.3 As escolhas do júri.

Em Março de 1999, a *Comissão de Avaliação das Propostas*[61], apresenta um Relatório que nos parece bastante aprofundado e cuidado, com os resultados da *Consulta*. Da leitura feita sobre as propostas dos participantes não seleccionados, podemos talvez inferir que, além da qualidade dos projectos, foi muito valorizada, na escolha das propostas vencedoras, a sua operacionalidade a curto prazo e de forma segura, sem grandes riscos, já que o fundamental, agora, seria agir o mais rapidamente possível, cumprindo prazos muito curtos.

Segundo este relatório, confirma-se pelo *excepcional envolvimento e a elevada qualidade da resposta de catorze dos dezasseis profissionais consultados (dois não puderam entregar qualquer proposta), a positiva opção pelo "sistema adoptado de "consulta", bem como pela metodologia seguida – apresentação de elementos gráficos, desenhados e de relatório, seguida de apresentação oral perante a Comissão de Avaliação, por parte de cada uma das equipas.*[62]

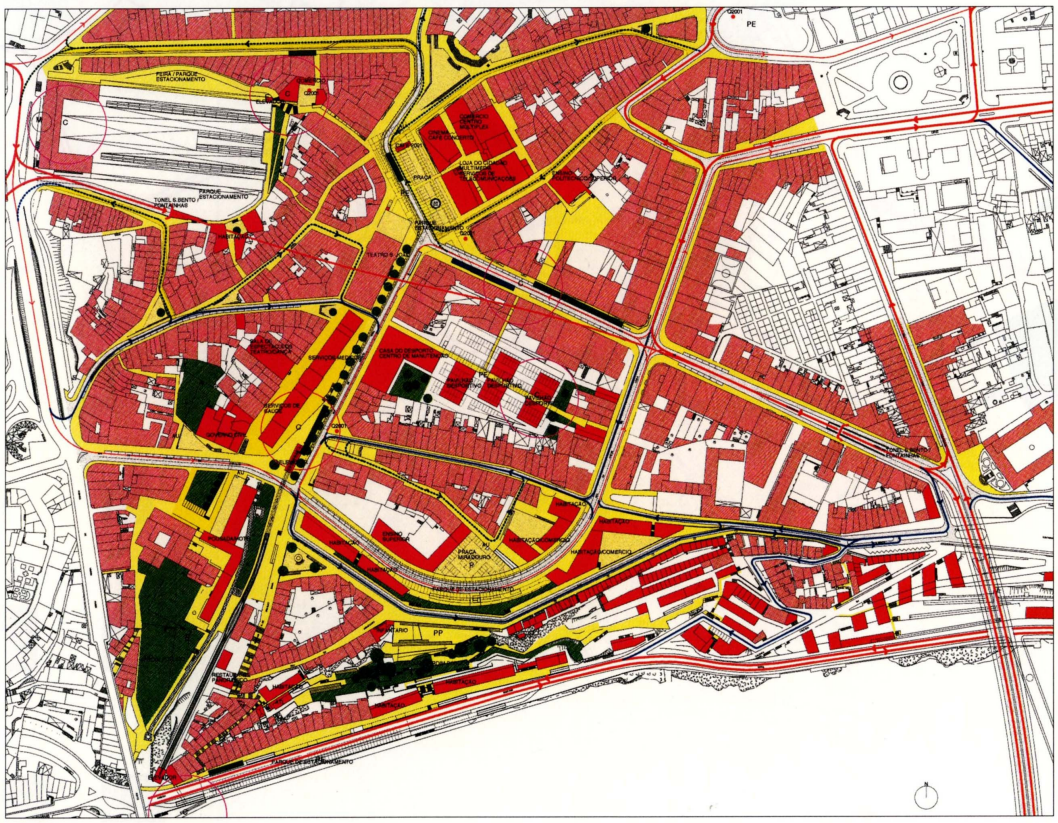
Da apreciação em mérito absoluto e em mérito relativo das propostas, tendo em conta a documentação entregue e a prestação aquando da apresentação oral e ao vivo do trabalho, e face aos critérios enunciados, a Comissão de Avaliação decidiu propor à Comissão Executiva da Porto 2001 a selecção das seguintes propostas[63]:

- Zona Leste A – Praça da Batalha – Arquitecto Adalberto Dias
- Zona Leste B – Praça D. João I – Arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez
- Zona Oeste A – Praça dos Leões – Arquitectos Camilo Cortesão e Mercês Vieira
- Zona Oeste B – Praça de Carlos Alberto – Arquitecto Vigínio Moutinho

Das razões dadas neste relatório para as referidas escolhas, podemos, embora nos pareçam por vezes genéricas e um pouco ambíguas, destacar esquematicamente as justificações que a seguir se enumeram.

[61] Designada, para o efeito, pela Comissão Executiva da Porto 2001 e constituída por: Dr. Artur Santos Silva, Arq.º Manuel Correia Fernandes, Eng.º Nuno Cardoso, Eng.º Luís Braga da Cruz, Eng.º Luís Valente de Oliveira e Arq.º Manuel Mendes. Igualmente designado, o Arq.º Álvaro Siza não chegou a participar.
[62] PORTO 2001, S.A. e FAUP PUBLICAÇÕES (2000), em, Relatório da Comissão de Avaliação (1999), p.347.
[63] PORTO 2001, S.A. e FAUP PUBLICAÇÕES (2000), em, Relatório da Comissão de Avaliação (1999), p.347.

Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense
Zona LESTE A. Equipa de Adalberto Dias.



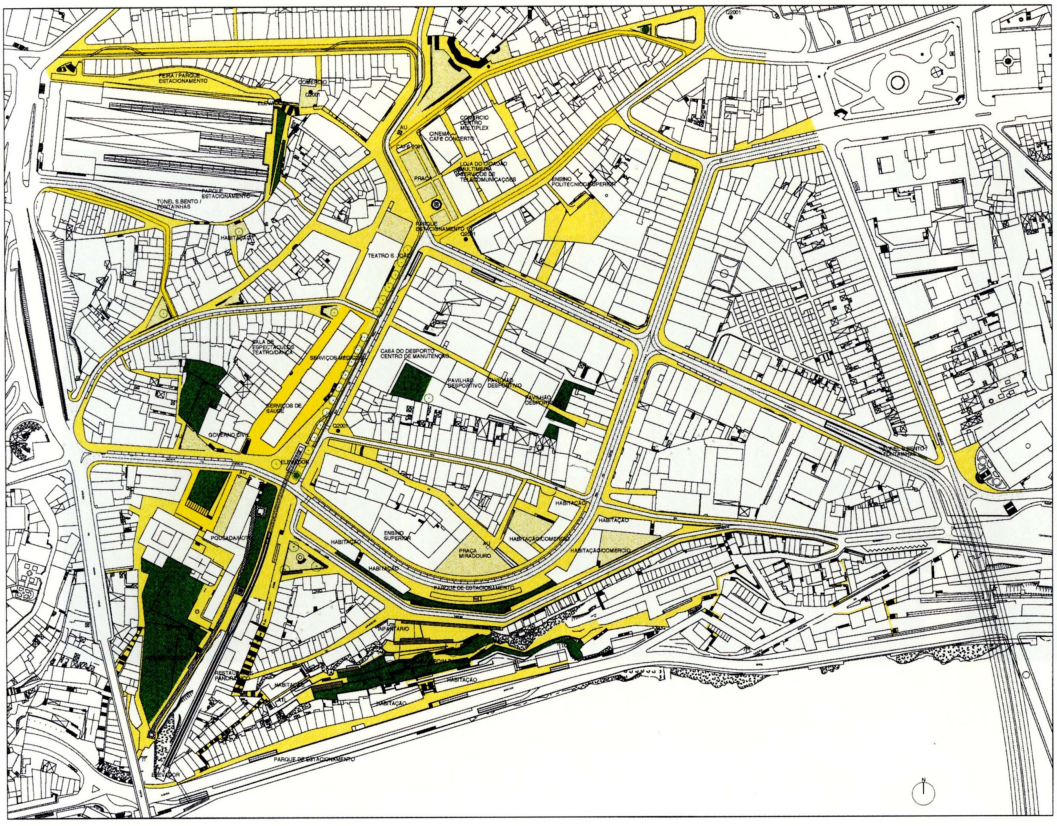


Figura 37 e 38. Desenhos de Síntese. Concurso.

Zona Leste A – Praça da Batalha - Arquitecto Adalberto Dias (ver fig. 37 e 38):

- *A proposta mais estruturada e a que mais ampla e profundamente aborda os problemas da cidade e muito em particular os desta mesma zona.*
- *Fá-lo de uma forma integrada e integradora, ou seja, não esquece que a cidade é uma realidade complexa onde não é possível isolar áreas ou sectores, por maior que seja a homogeneidade que aparentam.*
- *"Arrisca" soluções inovadoras e capazes de introduzir alterações profundas no funcionamento, na vivência e na "leitura" da cidade, ao mesmo tempo que constrói as suas próprias alternativas", ao contrário da generalidade das outras propostas que "assenta num forte sentido da realidade e num grande pragmatismo, introduzindo, simultaneamente, a ideia de que a cidade tem tempos próprios – ainda que, muitas vezes, imprecisos – para se fazer, renovar e transformar.*
- *"Proposta "viável" no imediato e, também, possuidora de um acentuado carácter de praticabilidade eminente sem deixar, no entanto, de a questionar no equacionamento do seu próprio futuro.*
- *Proposta que "identifica problemas e propõe soluções claramente direccionadas e hierarquizadas no sentido do aproveitamento das condições e das potencialidades do existente mas, também, no sentido da inovação e da transformação.*
- *Proposta que "permite à Porto 2001 iniciar, desde já, um trabalho de programação e de lançamento de projectos seguramente ancorados e consistentes.*
- *Os conceitos e princípios de intervenção na cidade na perspectiva da sua gestão integrada, presentes nesta proposta, encontram correspondência de entendimento nas outras áreas agora em questão, tornando mais eficaz e mais operacional a intervenção da Porto 2001 em toda a área da Baixa.*

Zona Leste B – Praça D. João I – Arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez (ver fig.39/44):

- *A Proposta que melhor corresponde ao entendimento que a Comissão entendeu valorizar na leitura e na interpretação da cidade e nas soluções preconizadas para a sua sobrevivência e requalificação.*
- *É clara a filosofia do Projecto – leitura da cidade a partir da qual define uma estrutura organizativa em que assenta toda a intervenção;*

Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense
Zona LESTE B. Equipa de Alexandre A. Costa e Sérgio Fernandez.

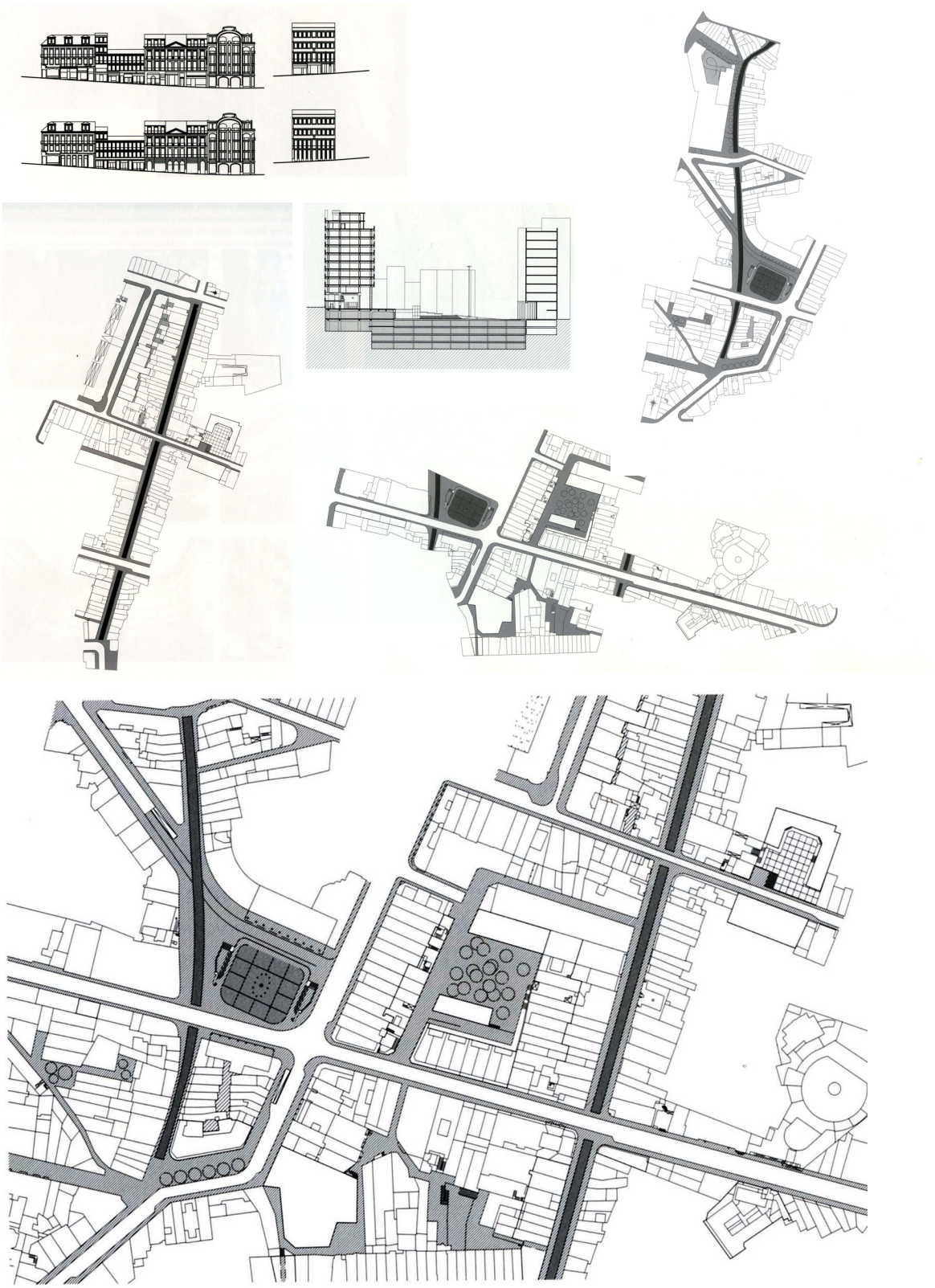


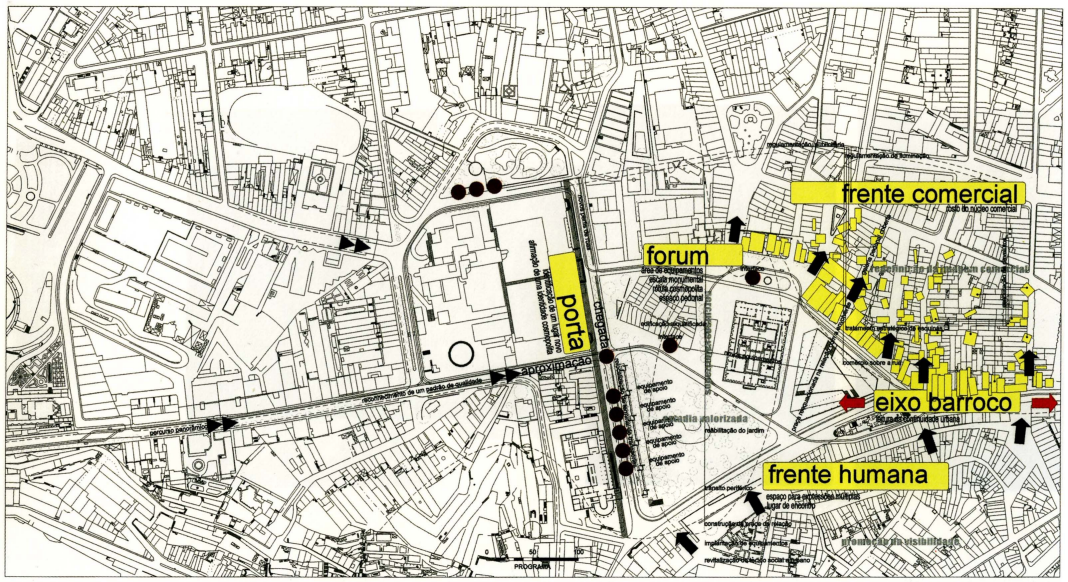
Figura 39/44. Desenhos de Síntese. Concurso.

- *Toda a acção passa pela valorização da cidade existente, …, integrando nela, medidas que vão da criação de condições para "animação cultural" do espaço urbano até à preparação da cidade para a "competitividade" ao nível dos sectores do comércio e dos serviços."*
- *É a proposta que, de um modo mais uniforme e mais equilibrado, mais temas equaciona e que mais se compromete com soluções de referência (que não de "modelo"), tanto para o espaço público como para o edificado.*
- *Proposta que permite o início imediato dos trabalhos de programação e, consequentemente, das primeiras acções de projecto e obra, apresenta-se com a operacionalidade desejada.*
- *Os conceitos e os princípios de intervenção, respeitam uma visão integrada e integradora dos fenómenos urbanos tal como a Comissão entende que estão presentes nos documentos que definem a concepção básica do Programa.*

Zona Oeste A – Praça dos Leões – Arquitectos Camilo Cortesão e Mercês Vieira (ver fig. 45 e 46):

- *A proposta é a que propõe uma visão mais ampla, globalizante e coordenada da complexidade urbana.*
- *Fá-lo de uma forma pragmática, imbuída de um grande realismo e com um apurado sentido da eficácia.*
- *A proposta encara, realmente, o reordenamento do tráfego não apenas como política de transportes e de mobilidade mas como uma verdadeira política de "espaço público" sem soluções de continuidade com a cidade existente que, assim, surge valorizada.*
- *A proposta é, de igual modo, claramente positiva quanto ao edificado e aponta caminhos objectivos para a sistematização dos diferentes tipos de obra, sejam elas de simples conservação, de requalificação, de recomposição ou mesmo de completamento do tecido construído.*
- *A presença marcante de espaços verdes, dando desta área da cidade uma imagem marcante, foi também objecto de atenção muito particular nesta proposta que, sem ambiguidade, sugere a modernização desses mesmos espaços e, também por esta*

Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense
Zona OESTE A. Equipa de Camilo Cortesão e Mercês Vieira.



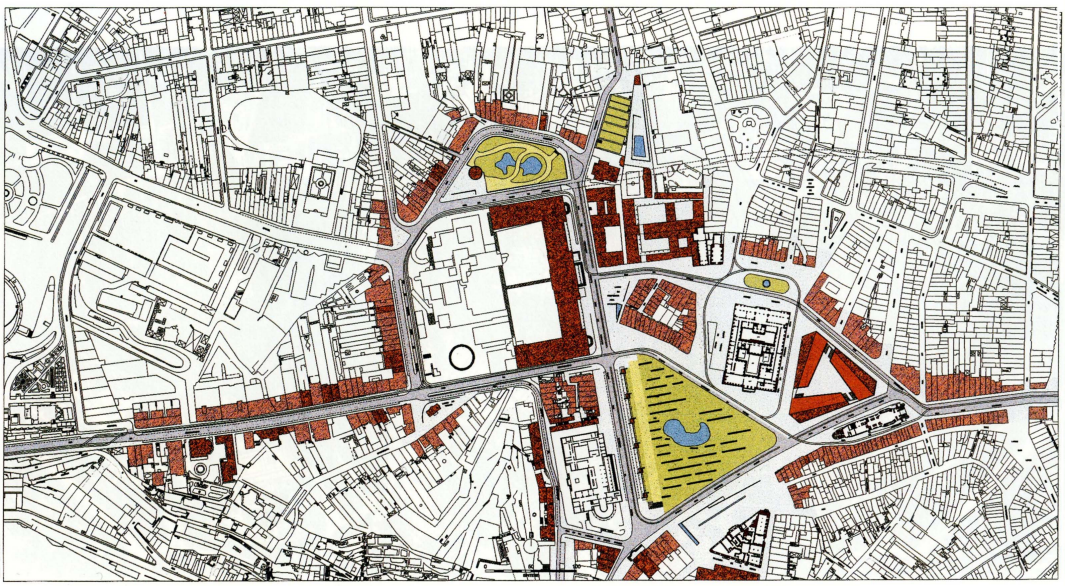


Figura 45 e 46. Desenhos de Síntese. Concurso.

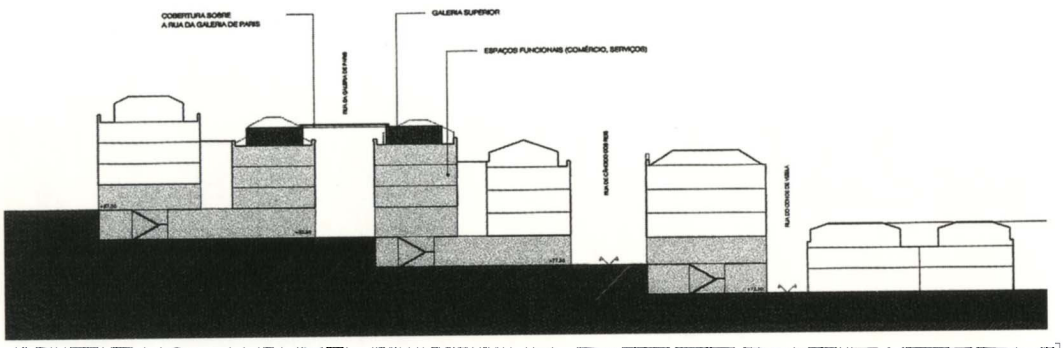
via, a transformação de sentido positivo que mesmo a cidade dita monumental não pode dispensar.

Zona Oeste B – Praça de Carlos Alberto – Arquitecto Vigínio Moutinho (ver fig. 47 e 48):

- *A proposta aborda a cidade tendo em conta a complexidade das suas valências e admitindo que a interligação das intervenções é um facto mas não uma inevitabilidade ou um valor absoluto. De certo modo, não faz depender de qualquer hierarquização das questões ou dos problemas a possibilidade de intervir, embora proponha a adopção de prioridades enquanto demonstração dessa mesma possibilidade, do mesmo modo que reconhece as "vantagens" de acções de tipo "exemplar".*
- *Reconhece na cidade uma estrutura essencialmente assente na forma e no conceito de rua que é natural (e essencial) preservar de eventuais "tentações" de tratamento por ruptura.*
- *Como método, propõe a intervenção em profundidade, ou seja, não apenas ao nível dos planos de rua ou de fachada, recusando, assim, uma visão superficial, pitoresca, ou mesmo museológica da cidade.*
- *Propõe novas acessibilidades e circulações de quase obvia eficácia sem que o tecido se veja questionado nos seus fundamentos.*
- *Seleccionando de forma equilibrada as unidades de projecto, conferindo-lhes, desde logo, uma operacionalidade que a Porto 2001 não pode deixar de valorizar.*

Os resultados da consulta, como já foi referido, foram muito positivos pela *qualidade das propostas* apresentadas e por terem permitido que se repensasse a cidade de forma consistente. Estes fragmentos ou partes da cidade foram trabalhados de forma detalhada, séria e muito interveniente por parte dos projectistas que, de forma empenhada, visionaram um possível desfecho feliz para as suas ideias. Nada, até àquela data fazia, adivinhar o contrário. As expectativas que o programa da *Consulta* gerou foram tão grandes (por darem aos participantes uma larga liberdade de acção a todos os níveis - espaço público, interior dos quarteirões, edificado - e por aparentemente existirem os

Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense
Zona OESTE B. Equipa de Vigínio Moutinho.



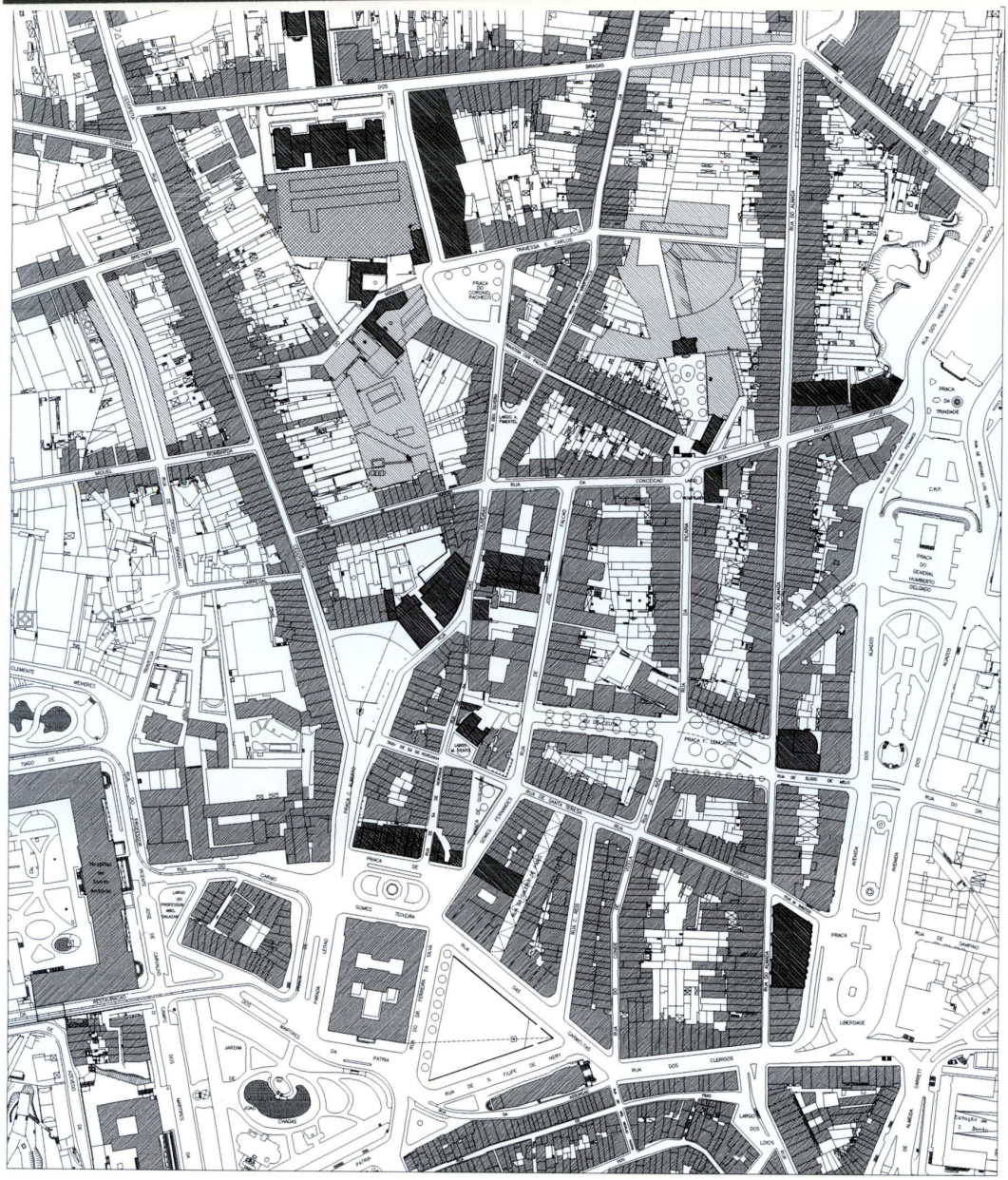


Figura 47 e 48. Desenhos de Síntese. Concurso.

meios suficientes para os executar) que, apesar da considerável dimensão das intervenções concretizadas, resta a sensação de que se poderiam ter atingido patamares de maior relevância. Na realidade, aquilo que se veio a executar foi uma parte muito pequena daquilo que as ambiciosas propostas preconizavam como resposta a uma *Consulta* que a isso mesmo incentivava. Talvez, portanto, não se devessem ter criado tais expectativas, que acabaram por gerar um clima de insatisfação, ou então, devesse ter sido acentuado o facto de que se tratava apenas de ideias, e não de projectos para executar.

5.4 Desenvolvimento das Propostas

5.4.1 O processo até à elaboração dos Planos Gerais

A partir do momento em que foram seleccionadas as equipas coordenadoras dos programas para as quatro áreas, iniciou-se um intensivo e exaustivo processo de coordenação por parte da Porto 2001, S.A. para pôr em prática a execução dos Programas de Intervenção. Realizaram-se inúmeras e "intermináveis" reuniões, em que, a compatibilização e procura de consensos entre os mais diversos actores – políticos, técnicos das diferentes entidades envolvidas na cidade, responsáveis pela gestão de financiamentos, instituições e projectistas – se tornaram tarefas muito complexas.

Por esta altura são identificados problemas que viriam a dificultar o desenvolvimento dos projectos, tais como a inexistência de levantamentos topográficos actualizados das zonas de intervenção e a falta dos cadastros relativos às infra-estruturas dos arruamentos. São, nesta fase, encomendados levantamentos topográficos das várias zonas de intervenção. Pela análise da documentação arquivada ao longo do processo, verifica-se que estes só seriam entregues aos projectistas bastante tempo depois do início dos trabalhos de projecto. Após cerca de sete meses existiam, ainda, partes de levantamentos por executar.

Iniciam-se, também nesta altura, negociações sobre os textos que viriam a constituir os Contratos de Prestação de Serviços entre os projectistas e a Porto2001, SA. Surgiram diversas e demoradas divergências, entre as várias partes, que dificultaram e atrasaram, igualmente, o processo. O clima de entendimento que existia inicialmente de parte a parte começou, também por esta razão, a tornar-se difícil. Pode ler-se, num fax enviado

pela Porto 2001, SA, para o Atelier 15, Arquitectura (zona Leste B), no dia 7 de Julho de 99, ou seja, cerca quatro meses após o início das negociações, *É já longo e até hoje infrutífero o processo de negociações encetadas com Vªs Excªs, no sentido de firmar um contrato de prestação de serviços para a elaboração dos projectos de requalificação urbana da Baixa Portuense.*

Ao longo de vários meses envidamos esforços para ultrapassar os sucessivos diferendos e obstáculos que Vªs Excªs foram colocando à outorga do contrato (…). No dia seguinte, 8 de Julho de 99, o Atelier 15, Arquitectura, em resposta ao anterior fax, refere: *estranhamos, ainda, o rigor com que caracterizam o atraso da entrega da nossa proposta, quando comparado com os vossos sucessivos e quantas vezes injustificados, incumprimentos de prazos acordados para entrega de documentação*. (…) *consideramos terem deixado de estar reunidas as condições para o cumprimento da tarefa que resume o objectivo central do Programa para a Requalificação da Baixa Portuense (…).* Esta troca de documentação, de que aqui citamos apenas uma ínfima parte, foi sendo intensa e "acesa" e acompanhada por diversas reuniões com representantes da Porto 2001 e C.M.P. Os contratos de prestação de serviços foram assinados quando os projectos já se encontravam numa fase avançada da sua elaboração.

Ao longo deste processo foram-se realizando reuniões de outro teor. Aos projectistas foram solicitados elementos que permitissem definir as acções e locais prioritários para o desenvolvimento dos primeiros projectos de execução. Simultaneamente, foi solicitado às quatro equipas que elaborassem, em conjunto, um Plano Geral para as Intervenções. Numa das primeiras actas de uma reunião entre a Porto 2001, SA e os coordenadores de Projecto (4 de Março 99), verifica-se que as equipas projectistas decidem, em concordância com a 2001, *abordar o espaço público como uma unidade de projecto a dois níveis:*

1. *Fachadas, com elaboração de estudo prévio geral (tipo "regulamento") sendo mais tarde, decididos os projectos de execução;*
2. *Projecto de execução para pavimentações, infraestruturas (iluminação, águas e saneamento, etc.), mobiliário urbano, arborização.*

Nesta operação ficam autonomizadas certas operações específicas: jardins, praças especiais, etc…

Assim, verifica-se que, já nesta fase inicial, o âmbito dos projectos era agora substancialmente mais reduzido do que tinha sido inicialmente sugerido pelas respostas ao concurso.

Pela observação dos documentos que se seguiram e que dizem respeito a este processo, com o objectivo de preparar os Contratos com os projectistas, verifica-se que o objecto das acções começa a tomar contornos um pouco diferentes. Agora, aqueles documentos apenas se referem, no âmbito de cada área a desenvolver, à execução de um Estudo Prévio para as Fachadas (tipo "regulamento") e aos Projectos de execução dos Espaços Públicos, incluindo, pavimentos, águas pluviais, mobiliário urbano, arborização, instalações eléctricas, gás, telefones, TV, abastecimento de águas, saneamento, coordenação de segurança e saúde e assistência técnica durante as obras.

No dia 11 de Março de 99, a Porto 2001, S.A informa os coordenadores de projecto sobre quais as unidades de projecto consideradas como prioritárias. Surgem, pela parte dos coordenadores, dúvidas quanto aos critérios adoptados para esta formulação e, *foi considerado (Leste B) que a formulação agora entregue pela Porto 2001 veio introduzir uma alteração completa nas regras do processo inicialmente estabelecidas.*[64]

A partir desta data, tendo em conta as inúmeras reuniões que foram sendo feitas, deixam de existir registos das respectivas actas e começa a sentir-se um clima acentuadamente conflituoso entre as várias partes: Porto 2001, SA, C.M.P, e coordenadores dos projectos.

No dia 20 de Setembro de 99 é entregue, pelas equipas de projecto, o *Plano Geral das Intervenções*.

Os resultados das eleições de Outubro de 1999, foram determinantes no desenrolar dos acontecimentos que se sucederam na história da Sociedade Porto 2001. Nestas eleições, vence o Partido Socialista, liderado por António Guterres, constituindo-se assim, o XIV Governo Constitucional. Uma das alterações que decorre deste governo é a nomeação de Fernando Gomes, então presidente da Câmara Municipal do Porto, como Ministro da Administração Interna. Nuno Cardoso, então Vice-Presidente e Vereador do Urbanismo da Câmara Municipal do Porto, passa, desta forma, a ser o novo Presidente da Câmara, afastando-se, por isso, da Comissão Executiva da Porto 2001, S.A.

Além desse facto, as divergências com o então Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, despoletam, a 23 de Novembro 1999, a renúncia ao cargo de Presidente do

[64] PORTO 2001, S.A., em, Notas de Reuniões, 99.05.11.

Conselho de Administração da "Porto 2001, S.A.", por parte de Artur Santos Silva. *A questão da ruptura teve que ver com o facto de o Ministro querer retirar-nos poderes de decidir financeiramente as verbas a afectar a cada uma das áreas, sobretudo, às áreas dependentes do Estado, e, violando tudo o que se tinha comprometido a fazer comigo*[65], referiria Artur Santos Silva.

Esta renúncia provoca, naturalmente, alguma instabilidade no interior da empresa e, alguns dos seus mais directos colaboradores, abandonam, também nesta altura, a empresa, nomeadamente, o Arquitecto Manuel Correia Fernandes, que dirigia o departamento de Requalificação Urbana. A este respeito, Manuel C. Fernandes diria: *(…) Por isso, foi sem surpresa que em Novembro de 99 me vi forçado a abandonar "o Porto 2001", na sequência de um processo de progressivo desencanto, face ao esvaziamento e à descaracterização a que o projecto vinha sendo sujeito, por via de ingerências e tentativas de condicionamento absolutamente inaceitáveis.*

As tentativas de "governamentalização"e "municipalização"do "Porto 2001", pondo gravemente em causa a autonomia, personalidade e indispensável indepêndencia das decisões da Sociedade, se não estavam em marcha, eram já factos consumados.

Face às intenções e às expectativas iniciais, o projecto estava então, já muito próximo do colapso. O seu carácter independente e unitário e a indissociabilidade das suas três vertentes fundamentais, "cultural, urbana e económica", não era mais possível.[66]

O Conselho de Administração, constituído por dezanove elementos, passa a partir dessa data, a ser presidido por Teresa Lago, escolhida para o cargo, pelo então Presidente da Câmara, Nuno Cardoso. Teresa Lago passa também a presidir à nova Comissão Executiva, na qual se mantiveram Manuela de Melo e Pedro Burmester; passam, então, a integrá-la, como novos membros, Lúcia Almeida Matos e Paulo Sarmento e Cunha (na direcção do *Departamento de Requalificação Urbana*).

A 16 Fevereiro de 2000 realiza-se, no Coliseu do Porto, a *Apresentação do Projecto de Renovação da Baixa do Porto, à* comunicação social. A informação divulgada nesta, mostrava as conclusões da Porto 2001, SA, relativas àquilo que tinha sido desenvolvido e debatido, nomeadamente no que diz respeito aos Programas entregues pelos Coordenadores de Projectos das quatro áreas de intervenção, da equipa de Mobilidade e da equipa que desenvolvia o Programa de Revitalização do Comércio e Serviços.

[65] SANTOS SILVA, Artur (2003), em, entrevista realizada por PORTELA, Irene Maria (2003).
[66] FERNANDES, Manuel Correia, em, Arquitectura e Vida, Fevereiro 2000, p.18.

Nesta apresentação, da qual resulta a distribuição de um dossier, o Projecto de Requalificação da Baixa Portuense é dividido por temas. Interessa-nos aqui reproduzi-los para que se entenda, nesta fase específica, quais eram as questões fundamentais e os objectivos pretendidos para a operação de requalificação:

A Baixa Portuense

Problemas com que se debate:

- *Dificuldades na acessibilidade e mobilidade;*
- *Degradação e descaracterização do espaço público;*
- *Pouca racionalidade na utilização do espaço público;*
- *Debilidades na estrutura comercial e de serviços;*
- *Problemas de manutenção do edificado;*
- *Diminuição do número de residentes;*
- *Envelhecimento da população; marginalidade social/ insegurança;*
- *Significativo número de fogos habitacionais devolutos;*
- *Significativo número de espaços comerciais devolutos*

Programa da Mobilidade

Aumentar a acessibilidade à Baixa

- *O Metro do Porto assume um papel preponderante*
- *Articulação com a rede de Autocarros*
- *Criação de canais Bus*
- *Novas ofertas de estacionamento (Mártires da Pátria, Leões, Carlos Alberto, D. João I, Fontinha, Camélias, Av. da Ponte)*
- *Criação de uma política de estacionamento*
- *Implementação de um novo sistema viário: Rede estruturante, Rede Complementar e Rede pedonal*

Aumentar a Mobilidade na Baixa

- *Criação de um sistema de transporte em canal próprio (Eléctrico)*
- *Complementaridade entre diversos modos de transporte*
- *Racionalização do espaço público dedicado à circulação*
- *Redução do estacionamento à superfície, excepto o de muito curta duração*
- *Criação de uma rede pedonal coerente e articulada: Zonas exclusivamente pedonais; Alargamento sistemático de passeios; Redesenho de passadeiras; Semaforização privilegiando os peões.*
- *Gestão das operações de cargas e descargas.*

Requalificação do Espaço Público

Princípios de Intervenção

- *Reforçar o carácter e a identidade do espaço público*

- *Promover a melhoria funcional e estética, devolvendo dignidade ao espaço público como espaço de referência e de vivência cultural da cidade*
- *Reforçar a expressividade da imagem da cidade através de: Adequados níveis de iluminação pública; introdução de arborização; uniformização do mobiliário urbano.*
- *Atingir patamares de qualidade que possuam efeitos de demonstração e exemplos de boas práticas urbanísticas*

Programa de Revitalização do Comércio e Serviços da Baixa Portuense

- *Diagnóstico preliminar - negociações com o Ministério da Economia (assinatura de Protocolo) – Abril 99*
- *Estudo prévio – apresentação ao Ministério da Economia (definição de regras do programa) – Novembro 99*
- *Estudo Global – aprovação do programa pelo Ministério da Economia – Maio 00*
- *Implementação do Programa – Junho 00/Dezembro 00*
- *Acompanhamento e execução*

Programa de Requalificação Habitacional

- *Fase de pré-diagnóstico – Março 99*
- *Avaliação da proposta de legislação sobre Habitação – Abril 99*
- *Fase de diagnóstico*
- *Fase de formulação de propostas: Definição da estratégia de Intervenção, conjuntamente com a C.M.P.; Apresentação de proposta para o programa especial de Requalificação Habitacional da Baixa à Secretaria de Habitação.*
- *Implementação do Programa*

Deste dossier fazem parte também: uma planta de síntese com todas as áreas de intervenção agregadas, na qual aparece desenvolvido, em termos de projecto, apenas o espaço público (ruas e praças); os quatro projectos de intervenção apresentados pelos respectivos coordenadores (Planos Gerais de Intervenção e textos justificativos das propostas) e, finalmente, dois mapas da Porto 2001, SA: um intitulado *Prioridades (intervenção fundamental, importante e complementar)* e outro, intitulado *Fases de Execução (1ª, 2ª e 3ª fase).*

5.4.2 Os Planos Gerais

Os Planos Gerais foram entregues à Sociedade Porto 2001 em Setembro de 1999, tendo sido posteriormente apresentados publicamente em Fevereiro de 2001, conforme referimos anteriormente.

O *Plano Geral das Intervenções*, a realizar no espaço público da Baixa Portuense, englobava quatro áreas distintas. As quatro áreas, contíguas duas a duas, deveriam ser, nessa forma de agrupamento, articuladas entre si por uma outra, designada como

Central, composta pelo eixo definido pela Igreja da Trindade, a Norte, e pela Avenida da Ponte, a Sul.

Estes Planos são constituídos por parte escrita – memória descritiva – e desenhos. Elaborados *de forma concertada com as equipas projectistas responsáveis pelas diferentes Áreas de Intervenção*, foram *entendidos como um instrumento de trabalho que permitiu informar as opções de gestão urbana relativas ao espaço público de ruas, praças e jardins e ao espaço parcelarizado, de propriedade privada ou pública, que o limita.*[67]

Verificamos que estes *Planos Gerais* constituem peças fundamentais na análise da evolução do processo de Requalificação da Baixa; por isso lhes damos a maior importância. Confirmam e configuram um momento importante de síntese, depois de um processo de discussão aprofundada com a Sociedade Porto 2001 e com todas as entidades intervenientes. Sintetizam e fixam ideias, analisam de forma detalhada o contexto, concentram pressupostos com uma visão de conjunto sem deixar de ter em conta a importância de aspectos particulares que, pontualmente, vão intensificando e reforçando as singularidades e especificidades de cada lugar. São planos densos, compactos, nos quais cada área de intervenção é abordada com grande pormenor, desde o espaço público até aos edifícios e, ainda, até ao interior dos quarteirões. Uma exaustiva inventariação, elaborada com base em inquéritos e levantamentos, permitiu a análise e identificação de todo o espaço público e privado, e serviu como suporte à justificação das propostas de intervenção.

Quanto ao edificado, é feita uma classificação por edifício. São assinalados os edifícios de valor patrimonial excepcional, conjuntos edificados com interesse arquitectónico, edifícios a alterar ou recuperar e, outros, a construir de novo. Desse modo, é feita uma análise completa de todo o conjunto edificado e de todos os vazios urbanos. Pontualmente, sugere-se a colmatação destes vazios com construção, para uma melhor definição de alguns quarteirões ou frentes urbanizadas. As funções dos edifícios foram, também, registadas e, em muitos locais, são propostas novas funcionalidades com objectivos claramente definidos.

Para o interior dos quarteirões foram, igualmente, nesta fase, e em muitos casos, propostas algumas demolições de elementos arquitectónicos considerados sem qualidade e preconizado o seu preenchimento com novos equipamentos.

[67] VIEIRA, Mercês e CORTESÂO, Camilo (1999).

O espaço público é, já, objecto de considerável detalhe. Sabemos que cada um destes planos foi feito de forma concertada com as restantes áreas de intervenção, e que, por isso, foram tidas em conta questões relacionadas com uma intencional visão de conjunto que incluía a necessária articulação de esquemas de mobilidade. No desenho do espaço público e respectivas memórias descritivas, são já apontadas quase todas as soluções que mais tarde viriam a ser desenvolvidas, em grande parte, como projectos de execução. Vias de circulação, passeios, desenho de praças, identificação de materiais de revestimento, vegetação, mobiliário urbano, são, já, aqui claramente definidos. Foi, também, elaborado pelas quatro equipas, de forma coordenada, um conjunto de regras relativas ao espaço público, visando a criação de continuidades entre diversos sectores pela uniformização de soluções de projecto e de técnicas construtivas.

Indicadas pelos coordenadores das respectivas áreas de intervenção, outras equipas de projecto foram chamadas a desenvolver acções, quer ao nível do edificado, quer ao nível do espaço público.

Em simultâneo com a apresentação dos *Planos Gerais*, surgem desenhos onde apenas se indica o espaço público, agora, em áreas de intervenção predefinidas e menos extensas. Previa-se, então, dar início aos trabalhos a partir da execução de parte dos espaços públicos e por isso, estes são, nesta fase, autonomizados em relação ao edificado e ao interior dos quarteirões. São, então, contratualizados com os coordenadores das áreas, os projectos de execução de ruas, praças e jardins, a elaborar.

Os *Planos Gerais*, passaram a constituir-se em reserva para intervenções futuras. Pela quantidade e riqueza de ideias e sugestões que continham, teriam contribuído inegavelmente na concretização dos programas de Revitalização do Comércio e Habitação e na dinamização de outro tipo de acções na intervenção no espaço construído. Tal nunca se verificou, permanecendo sem qualquer tipo de reflexo naquilo que se seguiu e são, por isso, praticamente desconhecidos. De qualquer forma, o espaço público nunca poderia ter sido planificado sem terem sido tomadas em conta as características arquitectónicas e funcionais específicas do edificado que o sustenta. Nesse sentido, o trabalho feito foi fundamental.

Apontadas as características gerais que definiam os *Planos Gerais de Intervenção*, tentaremos, de seguida, identificar algumas particularidades manifestadas na abordagem de cada área específica, servindo-nos para isso da apresentação de extractos de elementos escritos e, ainda, dos seus elementos gráficos mais significativos.

A área **Oeste A** (Cordoaria/Leões), coordenada pelos Arquitectos Mercês Vieira e Camilo Cortesão, *é essencialmente constituída pela plataforma, à cota alta, que constitui o espaço exterior à muralha, a Norte da Porta do Olival. É um lugar do espaço público não construído e dos edifícios institucionais.*

Na periferia desta plataforma, a área inclui, dentro de portas, a Cadeia da Relação, a praça que lhe é fronteira, e as ruas que a envolvem. A Nascente, a área prolonga-se até à Praça da Liberdade, pelas Carmelitas e Clérigos. A Norte do Hospital de S.to António, a área de intervenção prolonga-se até à Rua de Clemente Menéres, incluindo o Jardim do Carrregal. A Poente, está incluído na área o percurso até ao Rio Douro, pela Rua da Restauração.

A área de intervenção, tal como está definida nas Plantas do Plano, integra ainda alguns espaços envolventes da área atrás definida.[68]

De todas as áreas de intervenção, esta era a que maior área de espaço público continha, e, por isso, englobava alguns dos mais significativos espaços da cidade, nomeadamente o Jardim da Cordoaria e a Praça dos Leões.

A Memória Descritiva que acompanha o Plano descreve pormenorizadamente todas as questões que lhe dizem respeito. Relativamente ao espaço público, salienta-se que *o projecto se centra numa requalificação do espaço de percurso e estadia pedonais que, perante um novo sistema de circulação viária, pode ser repensado de uma forma unitária. Trata-se de reestruturar a grande placa que corresponde ao espaço exterior à muralha como um novo lugar central, com uma nova complexidade, em que o espaço não construído organiza as relações entre os diferentes conjuntos edificados.*

A requalificação do espaço das ruas e praças que convergem neste espaço deverá sublinhar a multiplicidade de relações entre o edificado civil e os equipamentos e, ao permitir o prolongamento exterior das actividades, contribuir para a densificação do uso do espaço, que é a condição da sua revivificação.

Em relação à tipologia de ruas e mobilidade, é dito que *o plano encara o reordenamento do tráfego como política de espaço público,* privilegiando o transporte público em relação ao privado. O plano promove o estreitamento dos canais de circulação, desincentivando a circulação rápida, traduzindo-se esta intenção no correspondente alargamento dos passeios para peões. O estacionamento automóvel é redefinido, tentando incentivar a utilização dos parques de estacionamento subterrâneos

[68] VIEIRA, Mercês e CORTESÂO, Camilo (1999).

Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense
Zona OESTE A. Equipa de Camilo Cortesão e Mercês Vieira.

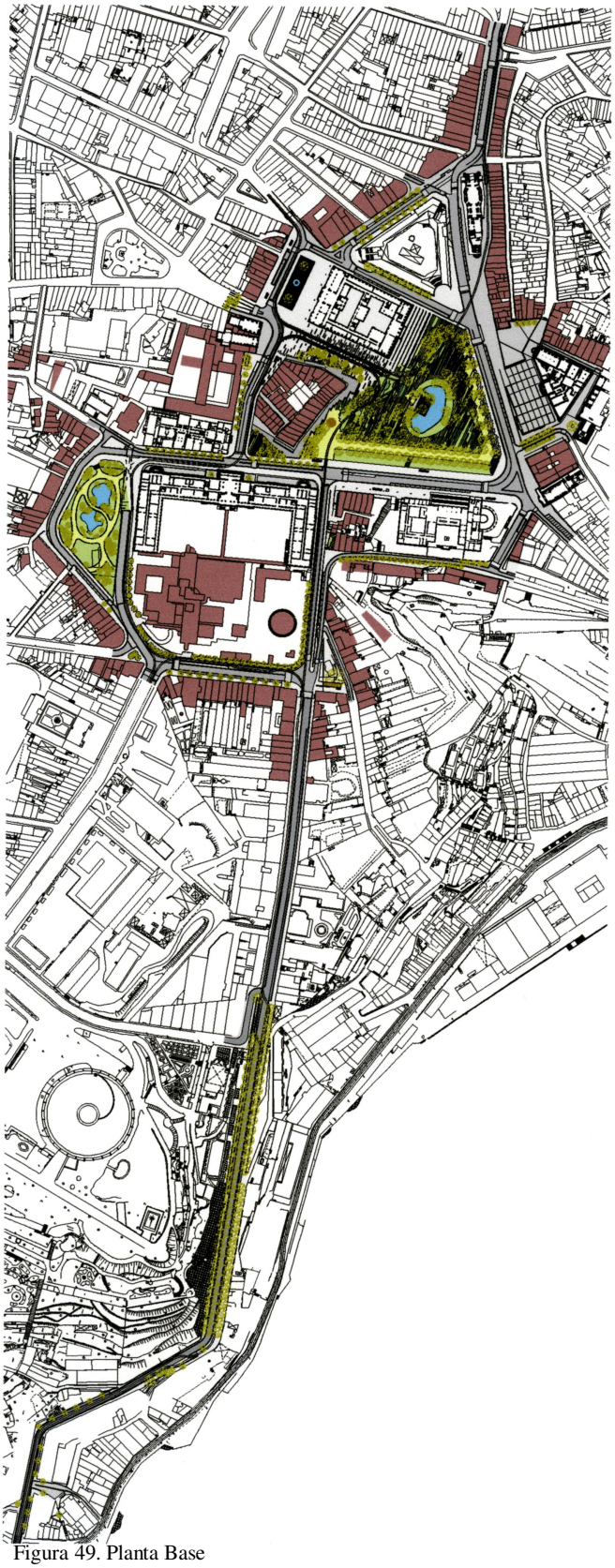


Figura 49. Planta Base

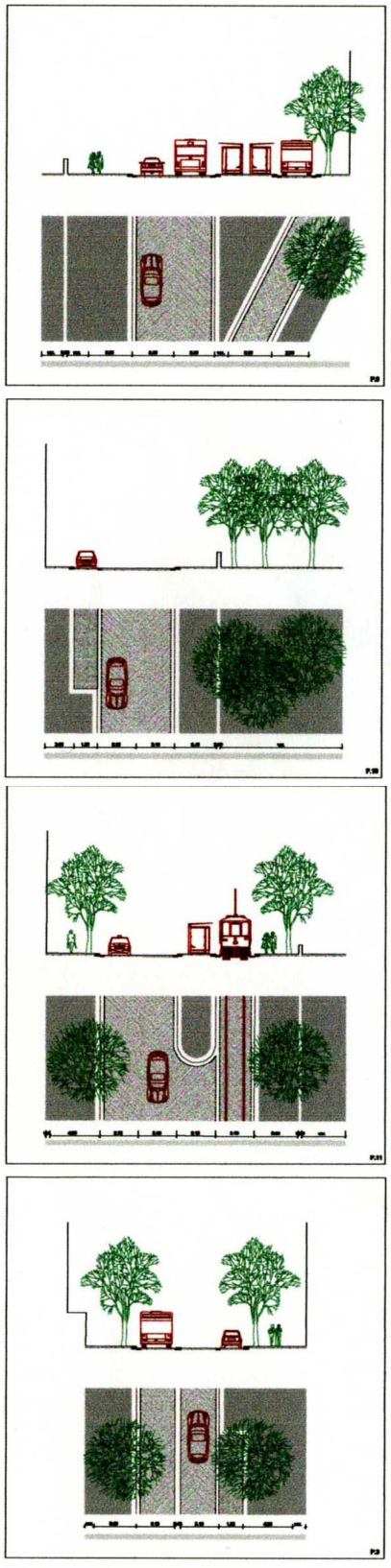


Figura 50. Perfis Transversais

já projectados, ou de outros a construir. É dada a maior importância à reformulação de jardins; propõe-se a reabilitação do Jardim do Carregal, a reconversão do Jardim da Cordoaria e, do mesmo modo, a arborização nova e consolidação da existente, ao longo de algumas ruas. O Jardim da Cordoaria é totalmente reformulado *visando a fluidez das suas fronteiras, englobando-o num espaço sem transições óbvias entre zona verde e zona inerte. Como terá já sido afirmado, propõe-se o redesenho de toda a área de intervenção, do Palácio de Justiça ao triângulo dos Clérigos, da Relação à Guarda Republicana como um espaço único, Praça sujeita toda ela à mesma quase obsessiva regra, espaço homogéneo de onde surgem, singulares e autónomos, os volumes da Faculdade de Ciências, do quarteirão antigo e da Alameda de plátanos. Como objectos sobre um pano de fundo, os volumes destacam-se de um todo homogéneo, de desenho reconhecivelmente continuado apesar de constituir realidades profundamente diferentes. No espaço do Jardim o repetitivo padrão encontra materiais específicos – saibro, relvado e sebes arbustivas que, sujeitos ainda à mesma regra geométrica, constroem um espaço de jardim imperceptivelmente surgido da área onde é maior a expressão dos materiais inertes.* [69]

Foi intenção do projecto, neste sector, criar continuidades de leitura de todo o espaço, servindo-se para isso, de uma linguagem nova que se distanciasse, de forma clara, daquilo que caracterizava anteriormente o jardim. Neste caso, a opção foi, evidentemente, de rotura em relação ao passado, através da introdução de uma solução arquitectónica fortemente marcada por um jogo de geometrias bastante acentuado que se afirma, enfaticamente, na definição de percursos e, mais ainda, na relação com o arruamento a Sul. Esta intervenção não foi consensual do ponto de vista dos seus resultados, tendo causado alguma polémica. Este facto, não altera as convicções do coordenador do projecto que, em entrevista recente, nos referiu que, hoje, voltaria a fazer o mesmo, embora refira que este projecto *é obviamente discutível.*[70]

Relativamente a praças e a ruas, salientam-se, nesta área de intervenção a Praça da Relação e a Praça dos Leões.

O traçado proposto para a Praça da Relação *fundamenta-se na ideia de que é necessário criar uma base estável ao edifício do Tribunal – Cadeia da Relação, integrando num desenho global as distintas relações que este estabelece com o Jardim*

[69] VIEIRA, Mercês e CORTESÂO, Camilo (1999).
[70] CORTESÂO Camilo, em entrevista realizada pelo autor do trabalho, Maio de 09.

Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense
Zona OESTE A. Equipa de Camilo Cortesão e Mercês Vieira.

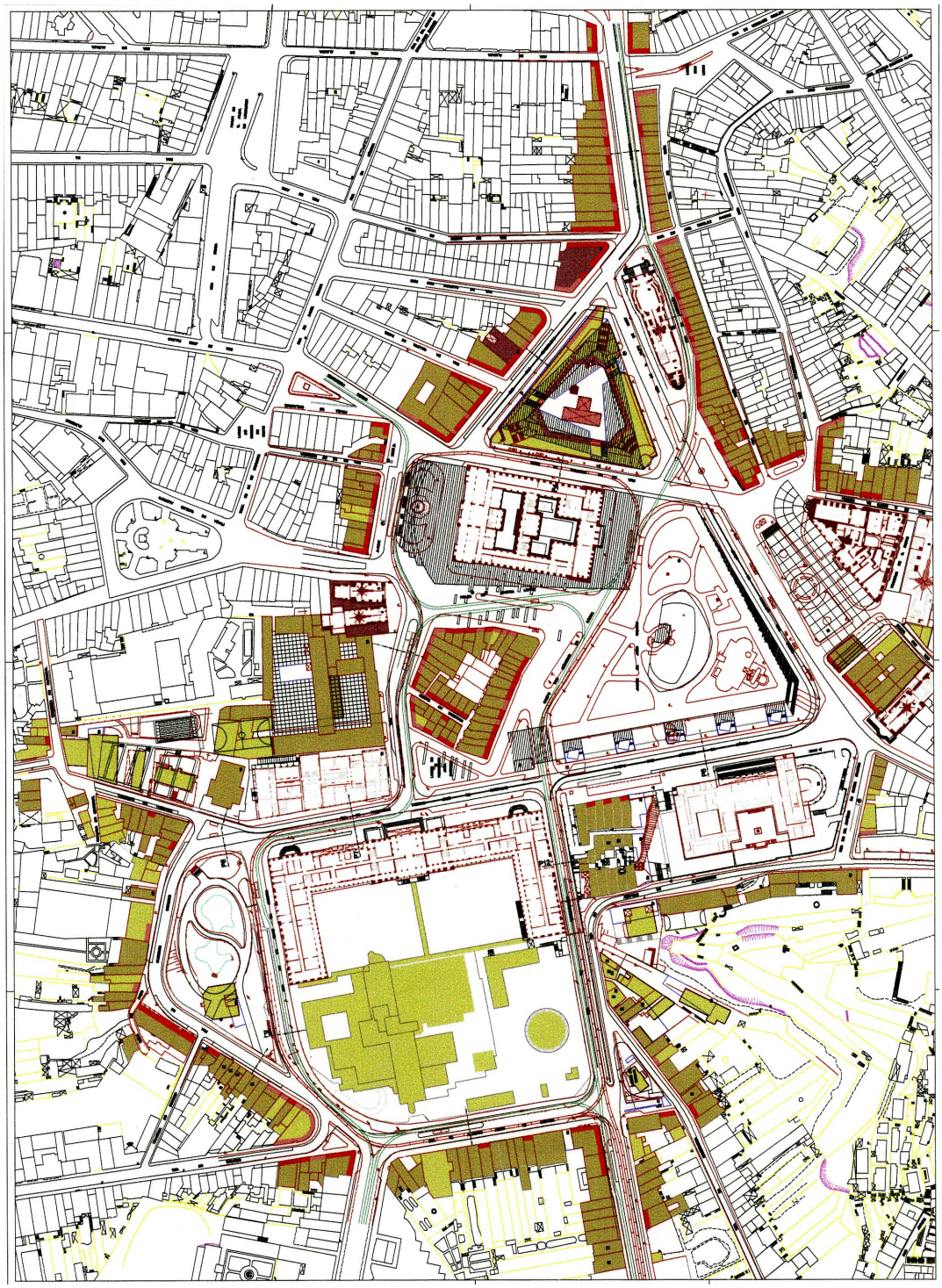


Figura 51. Planta de Trabalho

da Cordoaria, com o antigo Largo do Olival (Porta do Olival), com a Rua de S. Bento da Vitória, com a Rua das Taipas e com a Travessa que as une. A construção deste traçado apoia-se nas principais linhas de composição arquitectónica e urbana daquele edifício e na relação que a fachada da Torre dos Clérigos apresenta com o alinhamento das fachadas dos quarteirões adossados à antiga muralha. (…) A Praça será definida a uma cota média, referenciada à Porta Principal da Cadeia, que pretende garantir a continuidade visual com o Jardim da Cordoaria e o funcionamento da esplanada de apoio à cafetaria prevista no projecto do futuro Museu da Fotografia. (…)

A Praça dos Leões, ou Praça de Gomes Teixeira, é alvo de transformação profunda, determinada, antes do mais, pela construção, já decidida, de um parque de estacionamento subterrâneo. (…) Toda a circulação viária passa a fazer-se junto às fachadas Nascente e Norte da praça. Liga-se assim, ao edifício da Faculdade de Ciências o amplo espaço de uso pedonal que se projecta. Neste espaço vão relocalizar-se a fonte dos leões e as duas palmeiras, enquadradas por um novo desenho do pavimento. As cotas do novo pavimento vão estabilizar o espaço fronteiro à faculdade e relacioná-lo, de forma mais franca, com a Praça de Parada Leitão.

Esta praça, onde circula o eléctrico, é entendida como um espaço de esplanadas e estadia de peões que prolonga, sobre o eixo da Igreja do Carmo, o espaço redesenhado do Jardim da Cordoaria.

A generalização de uma lógica de desenho dos pavimentos que pretende estabelecer continuidades, valorizar a leitura do edificado e da paisagem urbana e privilegiar os percursos de peão, preside ao projecto dos restantes espaços pavimentados. As opções de projecto tentam conciliar as exigências programáticas nem sempre convergentes, de circulação e estacionamento, de infraestruturas e de equipamentos existentes ou previstos.[71]

A alteração de cotas nas duas praças acima apontadas conduziria a uma controversa modificação do desenho dos alçados dos edifícios que as limitam a Sul. Do mesmo modo, o traçado da linha do eléctrico viria a impor desajustes de alguma importância na definição do passeio no lado Norte da Praça de Gomes Teixeira.

Além de indicações sobre os materiais de pavimentação pretendidos*, o Plano indica alguns projectos de edificação, a construir no espaço público, que correspondem a*

[71] VIEIRA, Mercês e CORTESÂO, Camilo (1999).

Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense
Zona OESTE A. Equipa de Camilo Cortesão e Mercês Vieira.

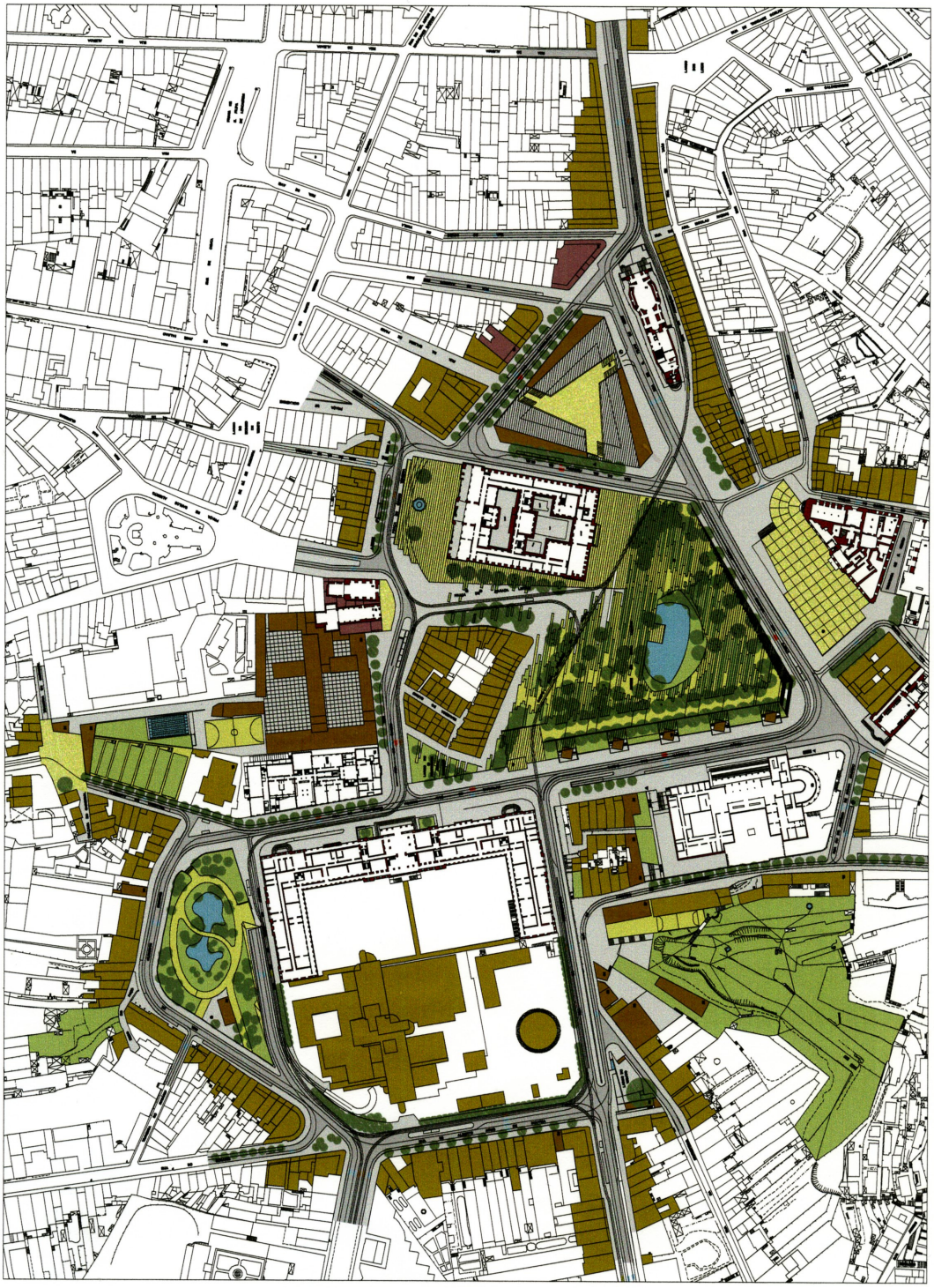


Figura 52. Planta de Síntese

equipamentos com programas diversificados que têm, como objectivo comum, o aumento da atractividade dos espaços centrais.

No que respeita ao edificado, salienta-se que *qualquer regulamento ou projecto de conjunto deverá garantir uma margem alargada de flexibilidade à aceitação de diferentes linguagens e diferentes técnicas de comunicação publicitária, quer dizer, diferentes arquitecturas. A cidade contemporânea deve manter a imagem do que é, como obra colectiva, onde se respeita e valoriza a expressão individual. A cidade deve ser uma estrutura sólida e unitária que contenha e estimule o exercício da diversidade.*[72] É apresentada uma metodologia de actuação sobre o Edificado Civil e também sobre os Edifícios Institucionais. Alguns projectos singulares são descritos no Plano, como a instalação de um novo programa no Quartel do Carmo, da GNR, e, uma possível intervenção na Praça de Lisboa.

O Plano desenvolve, por fim, regras para a implementação de equipamento urbano, iluminação e infraestruturas.

É de referir que os Coordenadores desta área de intervenção, à semelhança dos de outras equipas, distribuíram por diversos arquitectos o desenvolvimento dos projectos de algumas ruas e praças, nomeadamente: Pç. Da Relação – Arq.º Francisco Barata, Rua da Restauração – Arq.º José Carlos Portugal, Rua dos Clérigos – Arq.º Carlos Prata, Jardim da Coordoaria – Arq.º Paisagista João Nunes.

O espaço público projectado para esta área foi executado em quase toda a sua extensão, com a excepção do projecto para o Jardim do Carregal e ruas envolventes ao Hospital de Santo António, a Norte. O jardim do Carregal, foi entretanto requalificado pela Câmara Municipal do Porto sem que para isso tenha sido dada opção de participação aos arquitectos.

Analisando os resultados desta intervenção, Camilo Cortesão refere que, relativamente à globalidade da intervenção, se a voltasse a repetir hoje, não a faria exactamente do mesmo modo. *Não há razão nenhuma para se gastar tanto dinheiro em soluções de pormenor no Espaço Público. Aquilo funcionava muito melhor com soluções mais simples. É o que temos feito em projectos recentes do mesmo tipo noutros locais. Mas foi bom, aprendemos ali.* [73]

A forma como os coordenadores desta área de intervenção encaram os resultados da intervenção na Baixa, pela Porto 2001, é, apesar de tudo, bastante positiva. Camilo

[72] VIEIRA, Mercês e CORTESÂO, Camilo (1999).

[73] CORTESÂO, Camilo, em, entrevista realizada pelo autor do trabalho, Maio de 09.

Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense
Zona OESTE B. Equipa de Vigínio Moutinho.



Figura 53. Planta de Trabalho

Cortesão refere que foi, até, positivo, não ter existido intervenção nas fachadas do edificado e no interior dos quarteirões: *ia ficar tudo igual, com o tique da 2001. Ocupar os quarteirões era virar a cidade ao contrário daquilo que ela sempre foi, esta cidade é de espaços públicos fora e de espaços privados dentro.* (…) *A intervenção feita foi notável como obra do espaço público. Uma das coisas fundamentais da Porto 2001, é que mudou o paradigma do modo de intervir numa rua. As coisas mudam muito depressa e já nem nos lembramos que não havia antes intervenções de projecto sobre ruas. Nunca houve uma intervenção coordenada por arquitectos. A Porto 2001, só teve uma coisa má, foi o Rui Rio. Se ele não tivesse deixado aquilo degradar, o resultado tinha sido notável…há erros de projectos, mas poder-se-iam ter corrigido na altura.* [74]

A área de intervenção **Oeste B**, coordenada pelo Arquitecto Vigínio Moutinho, surge na continuidade física da área de intervenção atrás referida. Na Memória Descritiva que acompanha o plano apresentado, diz-se: *um Plano, ao enunciar e fixar um conjunto de intenções, é, por via dessa condição, um Projecto. E, como todos os projectos, é também um instrumento de análise.*

É nele que se anotam muitos dos aspectos da realidade e ganham visibilidade as modificações que primeiro se imaginam e depois se formalizam em proposta.

A representação planimétrica da realidade, é, neste tipo de trabalho, o elemento-chave, pois é o suporte mais indicado para informar, de modo sintético e global, das transformações que o Plano produz. O Plano é representado em duas plantas: uma de Apresentação, e outra, de Trabalho. A primeira *pretende representar o cenário da proposta, ou seja, a forma da realidade transformada após a conclusão de todas as acções que o Plano recomenda.* Na segunda *sobrepõem-se ao levantamento da realidade efectiva, as transformações físicas propostas para o conjunto dos planos horizontais do espaço público, indicam-se as áreas a serem sujeitas a plano urbanístico, as construções a demolir (afectadas pela abertura de novos arruamentos) e fixam-se, através de uma anotação autónoma, os resultados da análise qualitativa do construído, realizada na totalidade da área de intervenção.*[75]

O conceito geral que resulta da interpretação do Plano para esta zona, é bastante diverso daquele que observámos na zona Oeste A. Nesta última, o conceito subjacente à proposta assentava na ideia de que a unificação dos espaços públicos contidos naquela

[74] CORTESÂO, Camilo, em, entrevista realizada pelo autor do trabalho, Maio de 09
[75] MOUTINHO, Vigínio (1999).

Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense
Zona OESTE B. Equipa de Vigínio Moutinho



Figura 54. Planta de Síntese

zona, através de um desenho coeso e unitário, seria o elemento fundamental para o sucesso da intervenção. Evidentemente que este conceito funcionava naquela sector específico porque ele era formado, essencialmente, por espaços públicos de grandes dimensões (Jardim da Cordoaria, Praça da Relação, Praça dos Leões, Jardim do Carregal) e os quarteirões, ali, eram quase todos constituídos por grandes equipamentos públicos consolidados e por isso não penetráveis (Hospital de Santo António, Cadeia da Relação, Palácio da Justiça, Edifício da antiga Faculdade de Ciências).

Poderemos constatar que os conceitos subjacentes à abordagem das diferentes áreas de intervenção, naturalmente, se adaptam às características das respectivas estruturas urbanas.

Na zona Oeste B, o conceito subjacente a toda a intervenção assenta, essencialmente, numa visão de conjunto, em que o interior dos quarteirões é elemento de suporte fundamental. Esta zona, constituída por grandes quarteirões e frentes urbanas essencialmente habitacionais, permitia que se pudesse pensar nos espaços interiores desses quarteirões como áreas de possível dinamização. Além da requalificação das ruas e de alguns largos, a intervenção incluía a requalificação da Praça Carlos Alberto, espaço público, que, pela sua importância na estrutura daquele tecido urbano e pela sua dimensão, constituía o elemento mais marcante. A reestruturação do interior dos quarteirões permitia, contrariar o deficit sentido de espaço público e, simultaneamente, criar percursos alternativos às ruas, atravessando-os ao longo de uma vasta área. Para Vigínio Moutinho este *era o mote para algumas intervenções. Nesta zona havia um grande potencial deste ponto de vista. No fundo, estabelecia-se um eixo pedonal que ia percorrendo todo o interior destes quarteirões, e que era pontuado por equipamentos, espaço público, alguma habitação. No fundo, nós estávamos a trazer para o espaço público zonas que neste momento estão abandonadas, zonas de alto potencial. Na altura, havia a ideia de que seria uma cidade densa mas qualificada. Algumas destas propostas chegaram muito longe – o Plano da Quinta do Pinheiro e o Plano do Prolongamento de Diogo Brandão. São planos de pormenor que, só não têm validade porque não foram publicados em Diário da República. Com mais meia dúzia de meses teríamos efectivado essa possibilidade. Havia, pelo menos, um plano, uma série de directivas que quando houvesse possibilidade, se poderiam usar. Todos nós*

Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense
Zona OESTE B. Equipa de Vigínio Moutinho



Figura 55. Planta do Projecto para a Praça Carlos Alberto – Não Executado

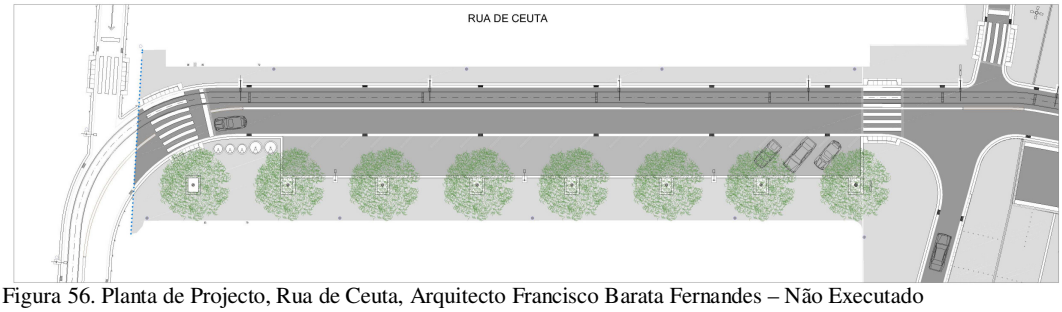


Figura 56. Planta de Projecto, Rua de Ceuta, Arquitecto Francisco Barata Fernandes – Não Executado



Figura 57. Planta de Projecto, Praça Filipa de Lencastre, Arquitecto Francisco Barata Fernandes – Não Executado

concordámos em avançar para a primeira fase (o espaço público), *porque havia uma promessa, um entendimento quase tácito de que haveria uma segunda fase. E por isso, não se deixaria cair todo o trabalho feito. Se a Câmara não tivesse mudado as coisas não tinham ficado assim.*[76] A memória descritiva relativa a esta área de intervenção é um documento denso e rico em informação. As propostas contidas no Plano são aqui descritas de forma detalhada, nomeadamente no que diz respeito a critérios gerais para a intervenção no plano horizontal (pavimentações) e no plano vertical do espaço público (fachadas), princípios para as intervenções no edificado (conservação e restauro, renovação e reconstrução, demolição), uma estratégia clara para a mobilidade (sistema de circulação, sistema de parqueamento/estacionamento), infraestruturas, e também, no que respeita a construções singulares a criar no espaço público. São definidas opções quanto ao mobiliário urbano, arborização e revestimento vegetal, sinalética e toponímia, e iluminação pública. Por fim, o plano refere-se a propostas específicas: áreas não sujeitas a projecto de execução (Cedofeita, Mártires da Liberdade, Picaria/Largo de Mompilher/Escola Académica, Coronel Pacheco/Faculdade de Engenharia, Companhia Aurifícia), áreas sujeitas a projecto de execução (Carlos Alberto/Sá de Noronha, quarteirão das Carmelitas, Rua do Almada, Praça Filipa de Lencastre/Ceuta) e, por último, à proposição de novas ruas (rua Nova de Cedofeita, rua Nova do Almada).

Das áreas acima referidas, sujeitas a projecto de execução, foram executadas, apenas, as referentes ao quarteirão das Carmelitas, que incluem as ruas do Conde de Vizela, Cândido dos Reis, Galeria de Paris, e Santa Teresa, assim como parte da Rua do Almada. A requalificação destas ruas terá induzido, certamente, os novos usos que hoje se podem verificar e que as transformaram em centros de intensa actividade, designadamente, como espaços de lazer nocturno. As restantes intervenções do plano, a sua grande maioria, não chegaram a concretizar-se em obra.

Salientamos, nesta área de intervenção, o Projecto (não executado) para a Praça Carlos Alberto e a descrição que dele é feito pelo seu autor: *A primeira secção da Praça Carlos Alberto, entre a Praça Gomes Teixeira e a Travessa Sá de Noronha, organiza-se a partir de um eixo peatonal, em alameda arborizada, direccionado ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra, reimplantado de forma a garantir o cerimonial evocativo da Batalha de La Lys. Este dispositivo é ladeado, a poente, pela via correspondente ao canal da rua de Cedofeita e às saídas dos parques de estacionamento público*

[76] MOUTINHO, Vigínio, em entrevista, realizada pelo autor do trabalho, Abril de 2009.

Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense
Zona LESTE A. Equipa de Adalberto Dias

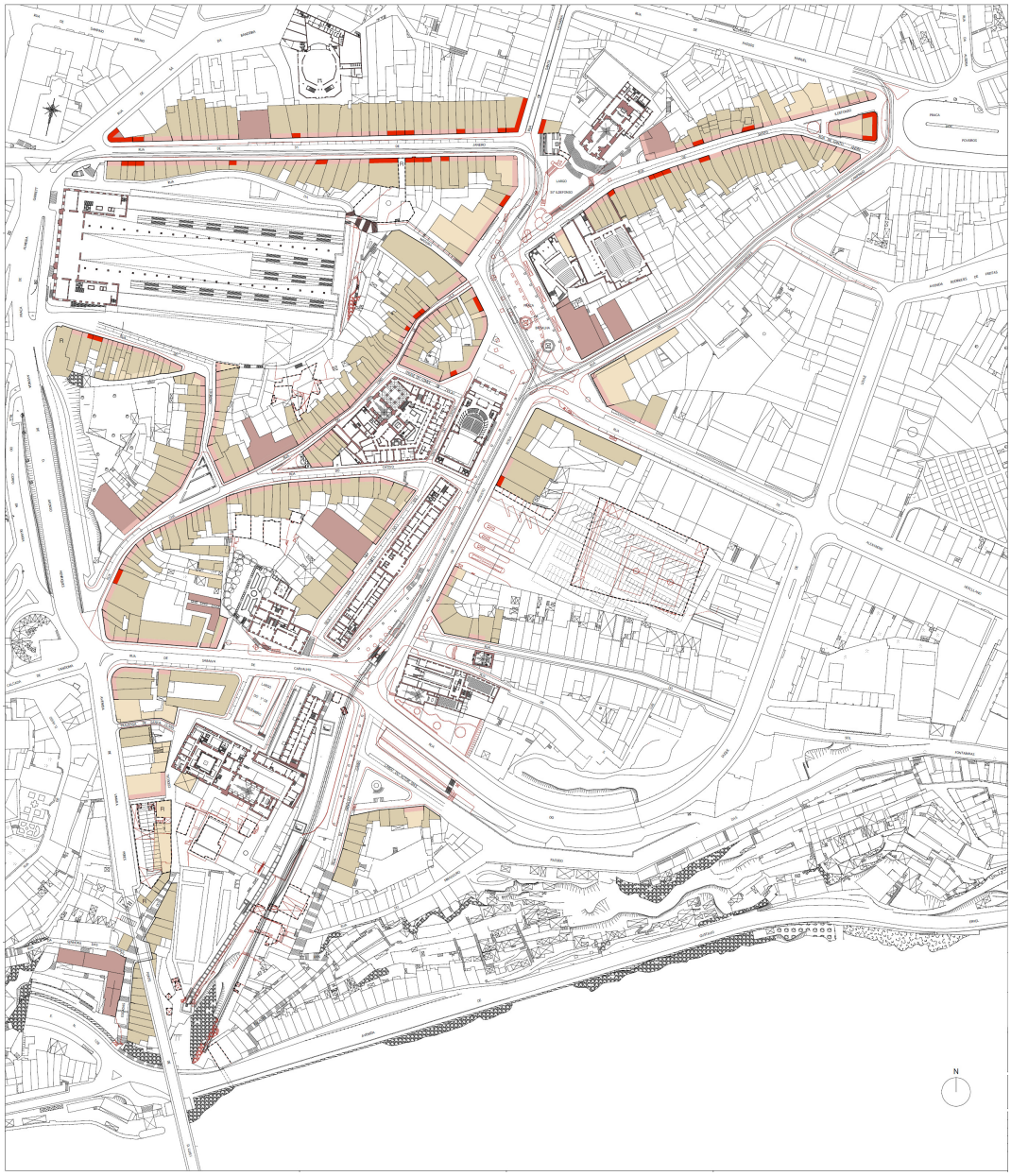


Figura 58. Planta de Trabalho

(subterrâneo) e privado da Ordem do Carmo, e, a nascente, pelo canal de tráfego que se dirige para a Praça da República e acessos aos parques de estacionamento. A alameda referida – que se propõe ser organizada por enfiamentos de oliveiras, numa alusão explícita a uma primitiva ocupação daquele território – não só enfatiza os valores formais da escala em que se insere, como se ajusta a um dos princípios gerais que determinam o Plano, a saber, a adequação da requalificação viária ao sistema de mobilidade que se deseja implementar.

Na segunda secção, que compreende o espaço central da praça, e se insere numa escala média, pretende-se reformular o seu desenho e a sua actual utilização. Para tal propõe-se a constituição de uma placa organizada a partir de elementos modulados, convergentes para um espaço central, onde se situa um espelho de água, que, ilusoriamente recebe o caudal das águas superficiais, e que será equipado com uma instalação escultórica constituída por elementos móveis, propulsionados por água. Para aqui se prevêem ainda outros dispositivos indutores da permanência e da estadia neste jardim artificial, designado de Prazeres Urbanos.

O desenho da praça contempla, a norte, uma dupla projecção sobre o edificado: por um lado, corresponde à relação mais geral com o plano edificado que se articula com a rua de Cedofeita, e, por outro, estabelece uma relação mais particular com o Palacete do Visconde de Setúbal, garantindo, na placa, uma aproximação a este edifício.

Toda esta área foi organizada na perspectiva de uma circulação de trânsito condicionada à natureza peatonal, que se pretende dominante na utilização dos espaços. [77]

Esta praça, requalificada entretanto pela Câmara Municipal do Porto, veio a ser executada com outros princípios e outro projecto. O mesmo sucedeu à Rua de Ceuta, à Praça Filipa de Lencastre, e à Praça Guilherme Gomes Fernandes.

A zona **Leste A**, coordenada pelo arquitecto **Adalberto Dias**, localiza-se na zona central/oriental da área geral de intervenção. Encontra-se compreendida entre o rio Douro – a Sul (área imediatamente envolvente ao tabuleiro inferior da ponte Luís I), as ruas de Santo Ildefonso e 31 de Janeiro - a Norte, a Avenida de Vímara Peres e a Estação de São Bento - a Poente, e com os núcleos urbanos dos Guindais e Duque de Loulé - a Nascente.

[77] MOUTINHO, Vigínio (1999).

Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense
Zona LESTE A. Equipa de Adalberto Dias



Figura 59. Planta de Síntese

Esta zona é definitivamente assinalada pelos espaços públicos constituídos pela Praça da Batalha e Largo de Santo Ildefonso.

Assim como nas restantes áreas, o Plano Geral de Intervenção interpreta de forma detalhada aquilo que de fundamental a caracteriza, explicitando ainda, todas as propostas de actuação para aquele local.

O plano prevê a requalificação de todo o espaço público, em todas as suas vertentes e componentes, em articulação com o plano de mobilidade. Deste modo, em toda a área de intervenção, são estabelecidos critérios que procuram o equilíbrio e a articulação entre canais rodoviários, percursos do eléctrico e espaços de utilização pedonal, *em função das suas funcionalidades, qualidade do seu ambiente físico e do seu carácter – espaços/percursos de passagem e espaços de encontro-estar.*[78] É, também, dado especial enfoque ao estabelecimento de normas para a aplicação de materiais construtivos, mobiliário urbano, arborização, iluminação pública, sinalética, e, infraestruturas. Os estudos integram, ainda, acções ao nível do edificado – *não só como nova construção em terrenos livres e de colmatação do tecido urbano, mas ainda de recuperação e reabilitação de edifícios e respectiva articulação com áreas envolventes privadas.*[79]

Quanto ao espaço público (único sector contratualisado), a área de intervenção era constituída, para além das ruas, *por uma sucessão de espaços tipo praça/largo que eram elementos importantes e cada um deles tinha a sua própria especificidade.*[80] Foi criada uma estratégia, pelo coordenador, que consistia na distribuição destas pequenas áreas de projecto, por diversos arquitectos. O restante espaço público, constituído por todas as ruas, Praça da Batalha e Funicular dos Guindais, seria executado pelo próprio coordenador. Assim, o projecto de execução para o Largo Actor Dias foi elaborado pelo arquitecto Eduardo Souto Moura, o das escadas do Codeçal, pelo arquitecto João Pedro Xavier, o do largo existente no encontro entre a Rua do Cativo e Cimo de Vila, por Álvaro Siza, o do largo no final da Rua Chã, por Alcino Soutinho e, o do Largo junto à Rua Saraiva de Carvalho, por Paulo Providência. É de lamentar que estes projectos, que atingiram a fase de execução, não tivessem tido continuidade em obra.

O projecto do Largo de Santo Ildefonso, atribuído ao arquitecto Fernando Távora por seu desejo expresso, foi o único a ser executado; funciona em articulação com o projecto da Praça da Batalha. O desenho deste largo teve como objectivo criar um

[78] DIAS, Adalberto (1999).
[79] DIAS, Adalberto (1999).
[80] DIAS, Adalberto (1999).

Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense
Zona LESTE A. Equipa de Adalberto Dias

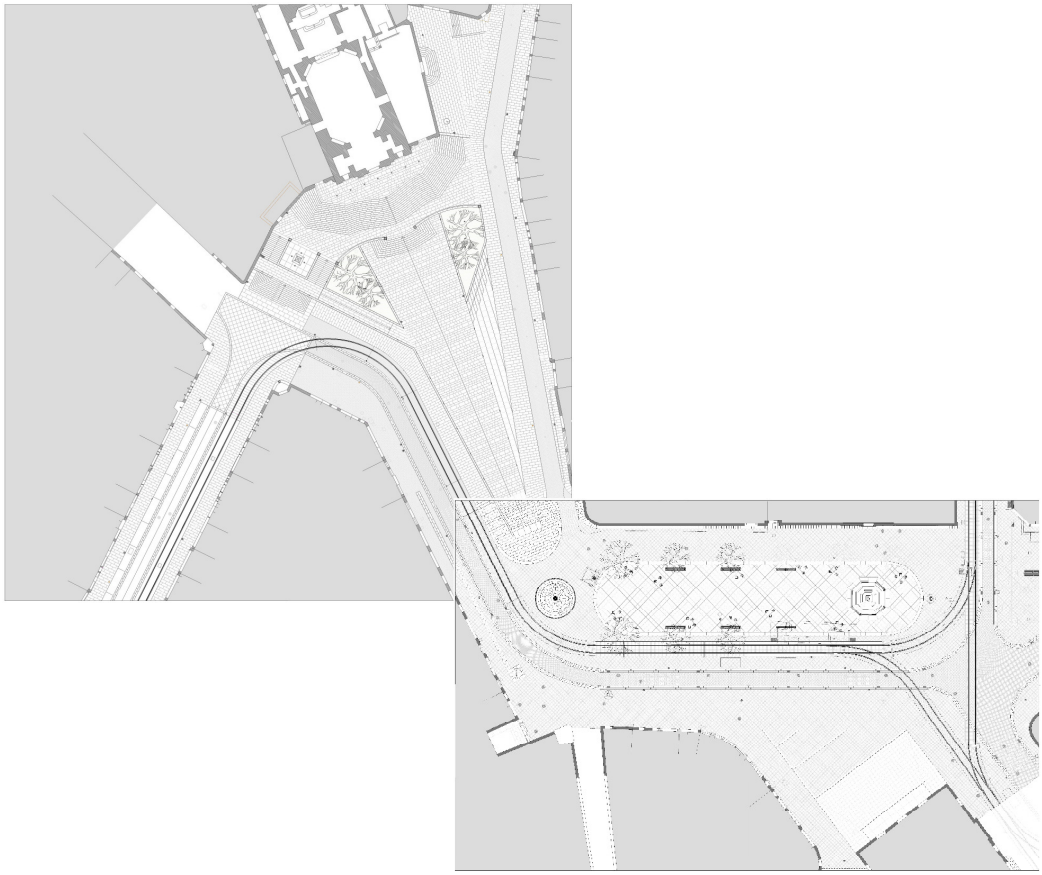


Figura 60. Projecto Execução Pç. Batalha/Largo de Sto. Ildefonso - Plantas



Figura 61. Projecto Execução Pç. Batalha/Largo de Sto. Ildefonso - Perfil



Figura 62. Projecto Execução Pç. Batalha/Largo de Sto. Ildefonso - Perfil

espaço estável, onde é manifesta a intenção de restabelecer relações, entretanto perdidas, com a Igreja dos Clérigos, a Poente e, também, com a sua vizinha Praça da Batalha e envolvente próxima. Pretendia-se reconstruir e reinterpretar a escadaria e respectivos patamares originais orientados para os Clérigos. Embora o projecto tenha sido executado em obra, esta ideia, tão importante para Fernando Távora, não foi concretizada. A expropriação e posterior demolição de um volume comercial existente no local, que libertaria, física e visualmente o eixo que se pretendia acentuar entre St.º Ildefonso e Clérigos, não se verificou. O largo de Santo Ildefonso, desenhado também em função do eixo principal da igreja, acentua espacialmente a sua primitiva forma triangular e é rematado, na ligação com a Praça da Batalha, por *um elemento urbano de água*[81], que funciona como rótula de ligação entre os dois espaços contíguos.

O novo desenho da Praça da Batalha teve como base a *simultaneidade de resolução funcional dos canais rodoviários e traçado do eléctrico e da estabilidade funcional da própria praça. Reinterpreta-se a forma original deste espaço, através da criação de uma plataforma central, de desenho linear e não comprometido com percursos. (…) O espaço em frente à fachada principal do Teatro S. João, é resolvido por uma sucessão de suaves plataformas de maneira a resolver os empenos e desníveis existentes, desenhando um discreto mas nobre adro.* [82]

No remate Sul da Rua Augusto Rosa, entretanto também requalificada, a execução do projecto e obra do Funicular dos Guindais, veio permitir uma efectiva ligação física entre a cota alta e o rio, utilizando, como traçado, o canal preexistente de um antigo elevador há muito desactivado.

Adalberto Dias, em entrevista recente, refere-se à Requalificação da Baixa com aparente amargura: *uma questão que tem uma importância grande e sobre a qual não se fala, que é a razão de ser dos sucessos ou insucessos do 2001, é o esquema da mobilidade. A lógica do percurso dos eléctricos foi muito mal elaborada…colocá-los no sentido contrário aos automóveis, sempre a mudar de passeio, condicionou muito o desenho. Nas duas grandes áreas, Batalha e Cordoaria, o projecto foi muito condicionado pelo eléctrico. Em função dos raios de curvatura, tiveram que se criar desnivelamentos nos pavimentos que prejudicaram muito o resultado das operações. Outra questão dramática, do plano de mobilidade, foi a redução da largura das faixas de rodagem, a*

[81] DIAS, Adalberto (1999).
[82] DIAS, Adalberto (1999).

Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense
Zona LESTE B. Equipa de Alexandre A. Costa e Sérgio Fernandez

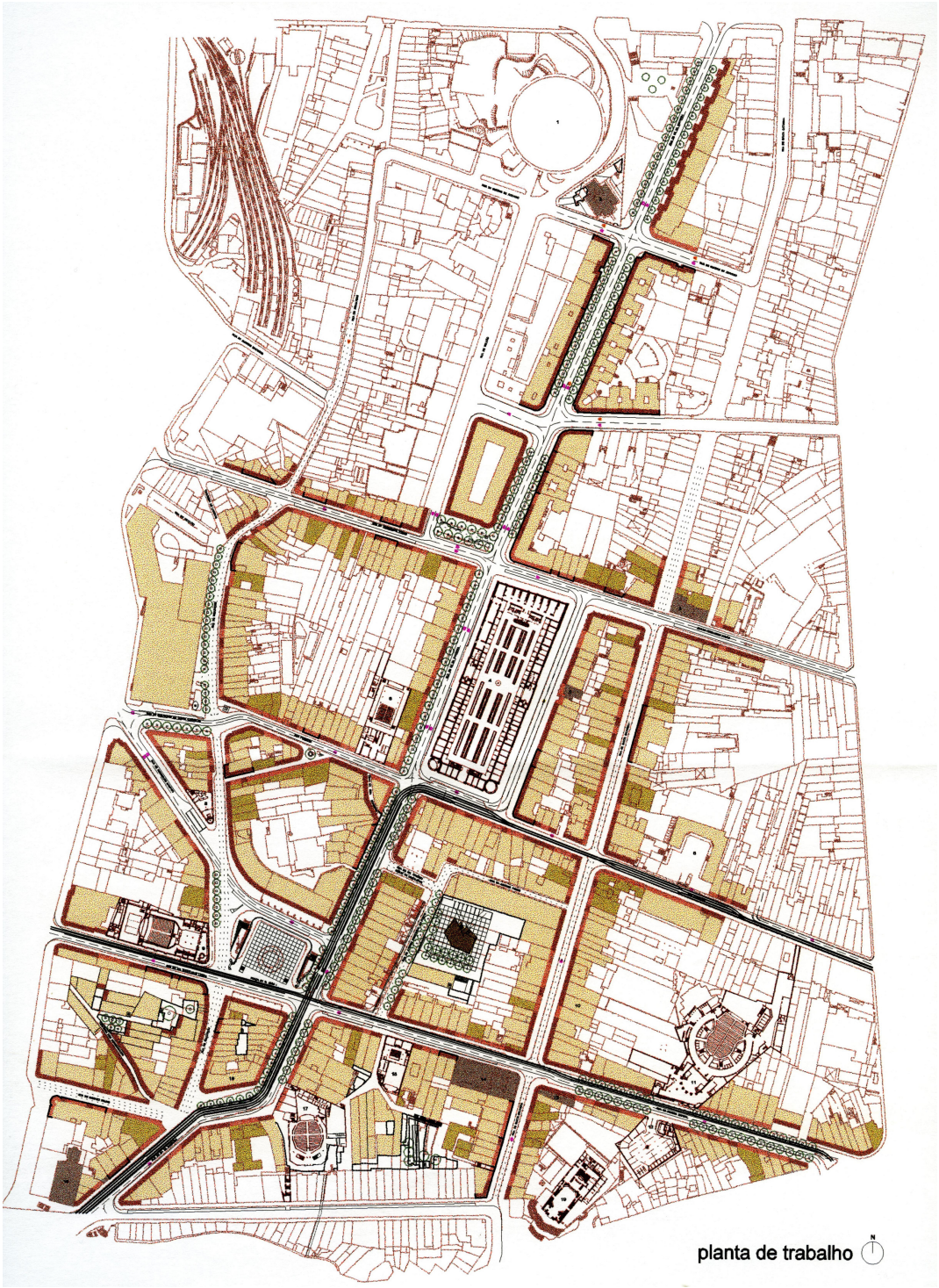


Figura 63. Planta de Trabalho

criação de sentidos únicos, a retirada do estacionamento ao longo dos passeios que, em muitos casos, passaram a integrar o percurso do eléctrico. Sem a possibilidade de uma faixa de serviço, a cidade não funciona. Os automóveis invadiram os passeios obrigando à colocação sistemática de condicionadores de trânsito, o que não faz sentido nenhum. Além dessa questão, uma sobreposição de acontecimentos fez com que a execução das obras fosse muito difícil. Primeiro, os prazos – tinha que estar tudo pronto num ano, o que, naturalmente, gerou uma conflituosidade social muitíssimo grande. Depois, as condições meteorológicas excepcionalmente agressivas desse ano, que prejudicaram o andamento das obras. O resultado foi terrível, não havia rigor possível. A gestão e a articulação entre as diversas entidades também não funcionaram porque não havia um gestor, haviam muitos... [83]

Na proposta para a zona de intervenção **Leste B**, coordenada pelos arquitectos **Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez**, propõe-se, à partida, uma redefinição dos limites da área de intervenção estabelecidos na *Consulta* que lhe deu origem. *Qualquer que fosse a área definida para o plano, um sector da cidade, teria sempre limites discutíveis.*[84] Com base numa interpretação histórica dos eixos estruturadores desta zona da cidade, o Plano propõe *algumas hipóteses que desenhariam fronteiras menos artificiais.*[85]

Assim como na zona Oeste B, o plano para esta área de intervenção, valoriza de forma acentuada a importância de uma operação que não se limite à reformulação do espaço público. *Neste sentido, as ideias-chave que estruturam a nossa proposta de requalificação da Baixa portuense passam por reposicionar a sua imagem de forma* ***credível****, de modo a minimizar o risco e maximizar a segurança nas decisões,* ***simples****, evitando a confusão e apostando em ideias centrais claras,* ***apelativa****, dando a conhecer as suas vantagens e* ***distinta****, reforçando uma singularidade própria. A forma de conseguir algo tão ambicioso passa por garantir condições que integrem de modo coordenado ofertas de animação cultural e urbana, que injectem dinâmicas de sociabilidade e apropriação lúdica do espaço, medidas facilitadoras da mobilidade e acessibilidade, formas de inverter o esvaziamento populacional agilizando o mercado*

[83] DIAS, Adalberto, em entrevista, realizada pelo autor do trabalho, Maio de 2009.
[84] COSTA, Alexandre A. e FERNANDEZ, Sérgio (1999).
[85] COSTA, Alexandre A. e FERNANDEZ, Sérgio (1999).

Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense
Zona LESTE B. Equipa de Alexandre A. Costa e Sérgio Fernandez

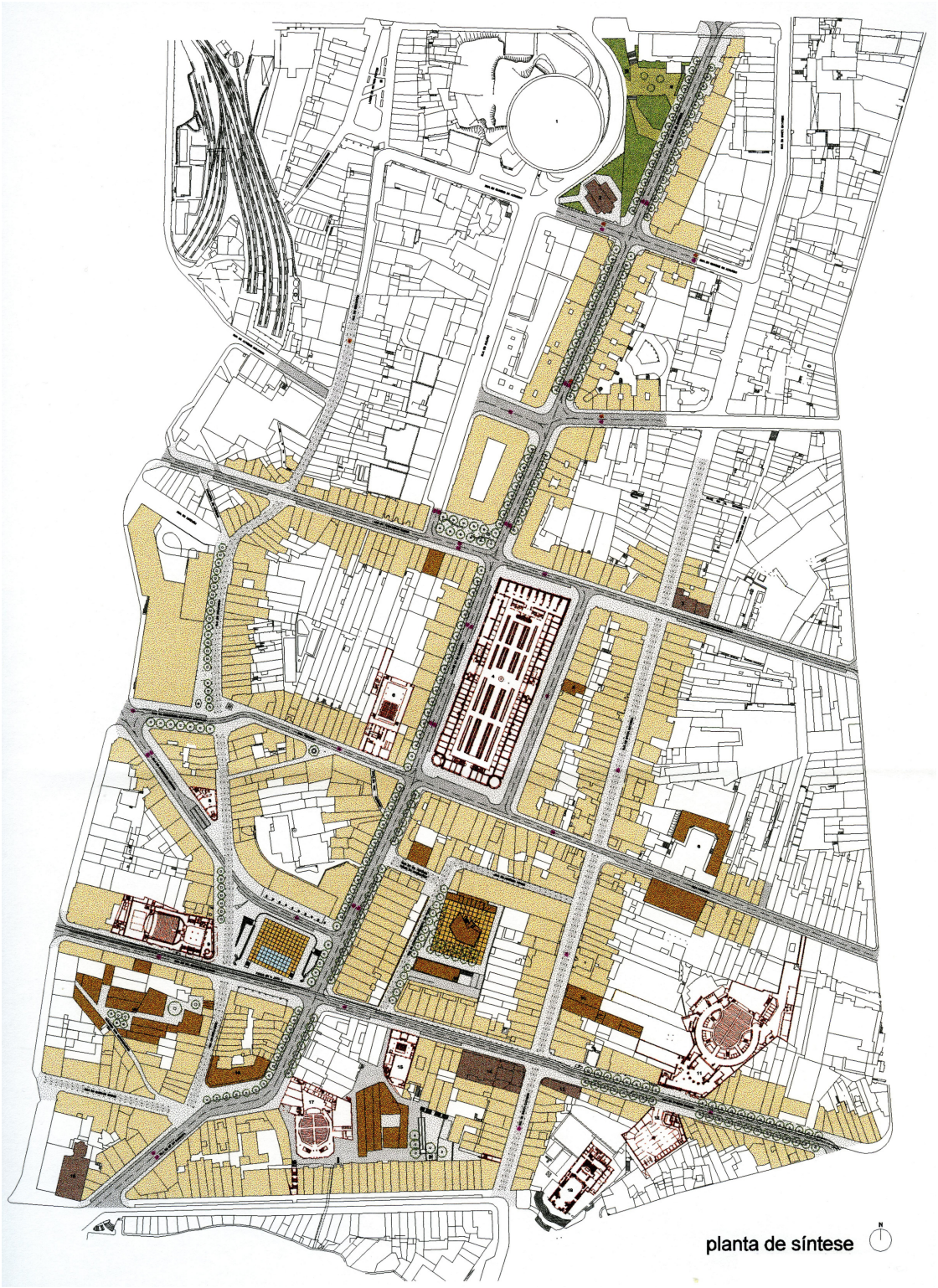


Figura 64. Planta de Síntese

habitacional, incrementar competitividades ao nível do sector do comércio e serviços, em suma criando condições para o "regresso à Baixa" através da melhoria do bem-estar geral num espaço com potencialidades de vincular e recriar identidades.[86]

Ao contrário de algumas propostas para outras áreas de intervenção na Baixa Portuense, aquilo que fundamenta as opções projectuais dos coordenadores desta zona são acções de continuidade, e não de ruptura, com aquilo que de positivo existe na zona. As soluções tornam-se, por isso, talvez menos visíveis mas mais integradas no tecido a que pertencem, sem deixarem de recorrer a um desenho contemporâneo. Estas opções de continuidade baseiam-se num conhecimento aprofundado da história do espaço urbano do Porto. *Temos consciência que tomar este conhecimento como matéria de projecto é hoje um dever cívico, mais, portanto, do que uma obrigação ou necessidade puramente disciplinar e que, além do mais, ele constitui, para além de um estímulo, um enriquecimento notável de qualquer projecto de intervenção.*

Neste sentido e independentemente de algumas considerações gerais com alguma autonomia possível, a história estará presente na descrição e justificação de cada proposta e, por isso, aparecerá sempre que, no particular, tenha tido algum papel de elucidação ou responsabilização cultural. A história não deverá ser um capítulo autónomo numa memória descritiva de arquitectura. Deverá fundir-se naturalmente entre as considerações de outra natureza, estética, funcional ou técnica. Assim retoma de forma consciente o seu carácter operativo e não puramente historicista e académico. Só o trivial da história pode ser isolado. [87]

A zona Leste B foi inicialmente dividida, na resposta à *Consulta*, em unidades territoriais assentes em três eixos viários caracterizados morfologicamente e muito significativos do ponto de vista histórico: Rua do Bonjardim – cidade Medieval (tradição/ligação), Rua de Santa Catarina – cidade Almadina (comércio/serviços/habitação), Rua de Passos Manuel – segunda fase da cidade Almadina (cultura/lazer). Nesta fase do Plano, foi complementada por um outro eixo estruturante da maior importância funcional e simbólica, a Rua de Sá da Bandeira.

Relativamente às propostas que o Plano predefine, estas são baseadas no sentido de que *o Porto (..) necessita de planos feitos , não para a expansão, mas para a consolidação e ordenamento da cidade existente. O centro necessita de tratamento, manutenção, requalificação. Necessita de se abrir a novos usos e de se densificar com eles. Necessita*

[86] COSTA, Alexandre A. e FERNANDEZ, Sérgio (1999).
[87] COSTA, Alexandre A. e FERNANDEZ, Sérgio (1999).

Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense
Zona LESTE B. Equipa de Alexandre A. Costa e Sérgio Fernandez

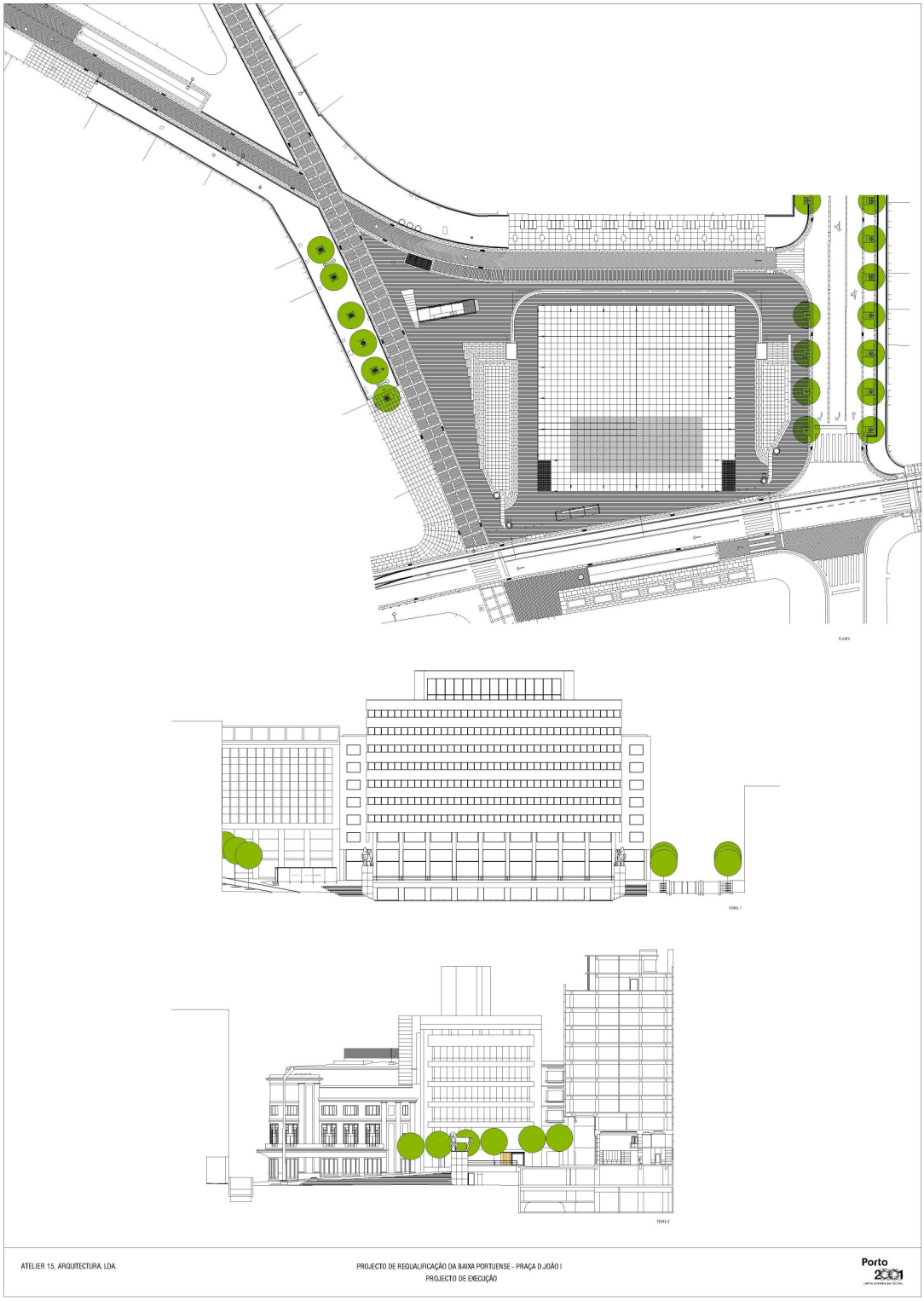


Figura 65. Projecto de Execução. Praça D. João I

de uma observação cuidada, de uma intervenção cultivada e contemporânea que aceite a diversidade, lendo e preservando a sua unidade, que salvaguarde a sua lindíssima história, visível e oculta, que resista à demolição e à tendência geral para uma passiva aceitação da cultura da suburbanidade, transposta a pretexto de garantia de vitalidade[88]. Assim, o Plano, integrando o programa da mobilidade, que fornecia alguns dados, além de incluir todas as indicações necessárias para o desenho do espaço público (perfis transversais, pavimentações, estacionamento automóvel, mobiliário urbano, arborização, iluminação pública, infraestruturas, etc.), era complementado com propostas de intervenção no edificado e/ou interior dos quarteirões. Todos os edifícios com valor patrimonial e arquitectónico são explicitados e, para cada um deles, é feita uma proposta ou sugestão de intervenção. Propõe-se e exemplifica-se a recuperação de edifícios, a implementação de novas funções em alguns edifícios devolutos, a reactivação de algumas funções, a demolição de algumas construções indesejáveis no interior dos quarteirões e, quando conveniente, a construção de novos equipamentos. Tal como foi feito noutras áreas de intervenção, os coordenadores deste Plano convidaram, para a execução de alguns destes projectos, outros arquitectos. Estas propostas de intervenção no edificado chegaram a ser desenvolvidas como Estudos-Prévios e a ser entregues à Porto 2001, embora não tenham tido continuidade. *Em determinado momento, quando percebemos que estes projectos não avançariam, para que não se perdessem, propusemos à Porto 2001 que permitisse o seu avanço, que os pagasse e que fizesse uma exposição de arquitectura com base nisto. A Câmara ficaria, assim, com uma espécie de carteira de projectos para a cidade. Havia uma total disponibilidade por parte dos projectistas que, pela primeira vez, conseguiram agregar a si, não só a sua equipa, mas dezenas de outros arquitectos. Porque havia a hipótese de se fazer um trabalho de intervenção na cidade, coordenado entre diferentes equipas, se dizia que era uma espécie de SAAL outra vez.*[89]

Olhando para uma planta do Porto percebe-se que o centro de gravidade de todo o sistema é o cruzamento de Passos Manuel com Sá da Bandeira, agregando a praça D. João I, com o Teatro Rivoli, os quarteirões a reestruturar da Rua do Ateneu Comercial do Porto e do Teatro Sá da Bandeira e o Largo fronteiro a este e ao edifício da Brasileira que constituí como que "porta" para quem, a pé ou de eléctrico e autocarro,

[88] COSTA, Alexandre A. e FERNANDEZ, Sérgio (1999).
[89] COSTA, Alexandre A., em entrevista, realizada pelo autor do trabalho, Abril de 2009.

quer entrar ou abandonar o sector que estamos a tratar – no seu conjunto uma unidade urbana claramente estruturada e muito densa de ofertas diversificadas. [90]

A Praça D. João I constitui, nesta zona, o espaço público de maior relevo, e tem vindo, depois da sua requalificação em 2001, a ganhar grande importância nas dinâmicas sociais e culturais da Baixa.

O arranjo da Praça D. João I, mantém, no essencial, a forma como foi projectada, apenas reforçando ou enfatizando a sua retórica compositiva. Preservada, na medida do possível, a sua simetria e orientação, o pavimento da placa central será unificado em material marmóreo, brilhante, parcialmente humedecido. Eliminado o Chafariz, será recuperado no pavimento o desenho original. Os pedestais das estátuas avançarão para sul, permitindo a localização de duas entradas para os utentes do parque (de estacionamento subterrâneo existente) – *uma por escada, outra mecânica*.

Embora seja referido que não se fizeram grandes alterações no desenho da praça, esta, ganhou, com a eliminação do trânsito automóvel e com o seu novo traçado que privilegia uma relação franca com o Teatro Rivoli, uma espacialidade, linearidade e simplicidade acrescidas. Alguns dos elementos componentes, como por exemplo os candeeiros de iluminação especialmente projectados, não foram concretizados. Um dos pressupostos fundamentais para a vitalização deste espaço – estabelecimento de cafés e esplanadas no seu limite Norte – não se cumpriram. Nesta área de intervenção, executaram-se em obra, as ruas de Sá da Bandeira e de Magalhães Lemos, parcialmente, a Rua de Passos Manuel (entre a Rua de Santa Catarina e Pç. Dos Poveiros), e, a Rua do Bonjardim, à ilharga da Praça de D. João I. A restante área de intervenção não chegou a ser executada. Como os coordenadores dos Planos para as restantes áreas, também, Sérgio Fernandez admite que, *se esta dinâmica não tivesse sido interrompida, e não foi pelo fim da 2001, foi pelo fim da Câmara, se não tivesse havido uma actuação política contrária, de facto, muitas propostas podiam ter sido continuadas.* [91]

5.4.3 Dos Planos à execução

A partir da data em que foi feita a *Apresentação* (pública) *do Projecto de Renovação da Baixa do Porto*, os Coordenadores de projecto foram responsabilizados, apenas, por desenvolver os projectos de execução dos Espaços Públicos – das ruas e das praças – já

[90] COSTA, Alexandre A. e FERNANDEZ, Sérgio (1999).
[91] FERNANDEZ, Sérgio., em entrevista, realizada pelo autor do trabalho, Abril de 2009.

que tudo o que se relacionava com Comércio, Serviços e Habitação, dependia de factores que não estariam, no momento, resolvidos.

Os programas tinham que ser transformados em projectos de execução muito rapidamente, e dar resposta a toda a complexidade de condicionantes levantadas por todos os intervenientes, para que, de imediato, se iniciassem as obras. Algumas das intenções começaram a não se compatibilizar, nem com a prática, nem com o tempo disponível. Tudo se passou num muito rapidamente o que, nos parece, não permitiu a concretização de algumas ideias de projecto. Embora o objectivo entre as entidades envolvidas fosse comum, as relações entre Porto 2001, CMP (diversos departamentos), projectistas (arquitectos, engenheiros das diversas especialidades), outras entidades (STCP, EDP, SMAS, TELECOM, TV Cabo, etc.) e associações (Comerciantes), começaram a tornar-se, de certa forma, conflituosas, porque difícil é encontrar consensos entre actores com interesses tão diferenciados e particulares. É de referir, também, que os coordenadores dos projectos reuniam entre si frequentemente, exercendo uma espécie de coordenação paralela para que não se perdesse a visão global do conceito geral de intervenção naquela grande parcela de cidade, com tantas particularidades.

E, assim, os programas foram sendo reajustados e muitas vezes reduzidos, à medida que os projectos se iam executando e as obras começando.

Facto a assinalar é o da substituição do então Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, por José Sasportes, a partir de 12 de Julho de 2000.

A listagem das obras executadas pela Porto 2001, SA, é extensa. As acções incidiram unicamente no espaço público. Pelas razões atrás referidas, acabaram por não abranger o edificado nem o interior dos quarteirões. Foram executadas obras de requalificação em 35 ruas e praças da área de intervenção. Por isso, pode dizer-se que, do plano denso, previsto inicialmente, que não separava por partes as intervenções, juntando intencionalmente a requalificação do espaço público à resolução de questões mais abrangentes, como a dinamização social e económica da zona a partir de acções de profundidade, se passou ao desenho do "esqueleto" urbano. Apenas aquilo que constituiu a infraestrutura urbana foi alvo de intervenção, embora num vasto território da Baixa da cidade, mais precisamente, abrangendo 126.000 m2. Tinha-se, inicialmente, uma perspectiva mais alargada da actuação sobre a cidade, que não se limitava àquilo que se vê, mas também aos problemas menos óbvios, embora da maior importância, tais

como a degradação da habitação e outras questões com ela relacionadas, a dinamização do comércio e dos serviços, factores essenciais que legitimariam a beneficiação dos espaços públicos requalificados.

Pode dizer-se que não se entrou nos quarteirões e nem mesmo se interveio nas fachadas do edificado. A intervenção, porém, não foi apenas de superfície; infraestruturas básicas que se verificaram inexistentes ou obsoletas, de águas, esgotos, electricidade, gás, etc., foram realizadas numa vasta área. Executaram-se 70 quilómetros de infraestruturas.

Começou-se, pois, por aquilo que tinha, à partida, menos condicionantes legais e práticas – o espaço público. Ao longo deste processo, foram feitas tentativas para resolver todos os problemas que implicavam a actuação de entidades privadas. Verificaram-se, desde o início, ineficazes todas as negociações estabelecidas com a Associação de Comerciantes, com a qual se pretendia estabelecer relações e parcerias que permitissem pôr em prática os projectos, já bastante desenvolvidos, para a revitalização económica desta área. Esta associação, através da respectiva direcção, inviabilizou, na prática, os princípios que a Porto 2001, S.A. foi estabelecendo para o apoio aos comerciantes da Baixa. Daí resultou um desaproveitamento de fundos que poderiam ter vindo de programas comunitários específicos, nomeadamente do URBCOM.

Embora defraudando as expectativas iniciais, realmente bastante mais amplas, a requalificação de todo o espaço público executado pela Sociedade Porto 2001, produziu uma enorme transformação na zona da Baixa da cidade. *Pode dizer-se que a infra-estrutura urbana de nova construção ou a modernização da existente é o suporte básico para viabilizar outros objectivos de regeneração dos tecidos, bem como de ligação vital com o seu exterior — da zona de intervenção com outras áreas exteriores. Por isso uma família significativa de projectos – urbanos se reduz, por estratégia calculada, ou por táctica, à (re) construção da infra-estrutura e do espaço público que cruze áreas de desenvolvimento ou regeneração e amarre entre si áreas privilegiadas e áreas deficitárias.*

Este tipo de intervenção considerado como projecto do chão ou projecto urbano de grau 0 da drenagem e saneamento à iluminação pública, que cria ou valoriza o capital fixo urbano não deve ser resolvido como simples projecto sectorial de engenharia municipal ou de arquitectura paisagista, sem tomar em consideração os efeitos mais amplos que possa desencadear sobre os espaços que serve. Seja um Projecto Urbano

de favela – bairro, no Rio de Janeiro, ou de um eixo de renovação que atravessa a cidade até aos municípios periféricos, em Lyon, ou um parque linear no Rhur — apesar das diferenças de meios utilizados têm em comum uma independência, no tempo de concretização do investimento, entre o suporte que serve, e da edificação que vai ser servida. Consequentemente, o P-U poderá ser elaborado como projecto de execução para o espaço público ou colectivo e como um conjunto de regras processuais e, se conveniente, formais para os outros elementos urbanos que se espera possam ser induzidos pela intervenção no chão.[92] Os conceitos que estiveram na base do programa da Porto 2001, SA, não coincidem com os princípios teóricos acima enumerados, princípios que, na prática, vieram a corresponder ao âmbito das actuações concretizadas.

Com o intuito de se verificar a amplitude e importância da área de intervenção assumida pela Sociedade Porto 2001 na Baixa Portuense, expomos a situação que, em Junho de 2000, era apresentada à comunicação Social:

A PORTO 2001, SA está a levar a cabo um vasto conjunto de obras, no âmbito do Programa de Requalificação Urbana da Baixa Portuense. Estas obras serão executadas faseadamente, prevendo-se a conclusão da 1ª e 2ª fases durante o primeiro semestre do próximo ano.
Tendo consciência das dificuldades que estes trabalhos acarretam, apelamos à compreensão de todos, para, em conjunto, construirmos uma Cidade melhor.

***Obras em execução**: Rua da Restauração, Rua do Almada (norte), Rua Conde de Vizela, Rua de Magalhães Lemos, Largo de Santo Ildefonso, Rua de Santo Ildefonso, Rua de Santo André, Praça da Batalha.*
***Obras a concluir até final de 2000**: Rua da Restauração, Praça da Liberdade.*
***Obras a concluir no Primeiro Trimestre de 2001** (1ª fase de conclusão): Jardim da Cordoaria, Pr. da Relação, Largo do Olival, Pr. Parada Leitão, R. S. Bento da Vitória, Travessa S. Bento da Vitória, R. S. Filipe Nery, R. Dr. Ferreira da Silva, R. das Carmelitas, R. dos Clérigos, R. da Assunção, R. Galeria de Paris, R. Cândido dos Reis, R. Conde de Vizela, R. do Almada (norte), R. de Santa Teresa, R. 31 de Janeiro, Praça da Batalha, Lg. de Santo Ildefonso, R. de Santo Ildefonso + R. de Santo André, R. de Passos Manuel, R. Magalhães Lemos, R. Sá da Bandeira, R. Formosa (nascente), R. Fernandes Tomás*

[92] PORTAS, Nuno (1998), em, PORTAS, Nuno (2006), p.60.

Obras a concluir no primeiro semestre de 2001 (2ª fase de conclusão): *R. Prof. Vicente José Carvalho, R. Almada (sul), R. Artur Magalhães Bastos, R. José Falcão, Pr. Guilherme Gomes Fernandes, R. da Fábrica, R. de Avis, R. Sampaio Bruno, R. Guilherme Costa Carvalho, R. Formosa (poente), R. Fernandes Tomás (poente), R. do Bonjardim (até F. Tomás), Lg. Actor Dias, R. Augusto Rosa, Escadas do Codeçal, Elevador dos Guindais, Largo Moinho de Vento, R. das Oliveiras, R. Sá de Noronha, Tr. Sá de Noronha*

Obras Condicionadas por outras intervenções na via pública*: R. Elísio de Melo, Pr. Filipa de Lencastre, R. Ceuta, Praça Carlos Alberto, Tr. do Carmo, R. do Carmo, Lg. Prof. Abel Salazar, Pr. Gomes Teixeira (Leões), R. Azevedo de Albuquerque, R. Dr. Ant. Sousa Macedo, Lg. do Viriato, R. Alberto Aires Gouveia, R. Clemente Meneres, R. Dr. Tiago de Almeida, Cp. Mártires da Pátria (poente), Praça D. João I, R. Rodrigues Sampaio.*

Dos espaços acima referidos, uma parte considerável, pelas razões que explicitaremos acabou por não ser realizada.

Quando, a 13 de Janeiro de 2001, o *Porto 2001, Capital Europeia da Cultura*, tem a sua abertura oficial, algumas frentes de obra da Baixa tinham já terminado ou estavam em fase de conclusão. Muitas frentes, porém, estavam ainda em execução, e, algumas, não se tinham iniciado ainda.

Até ao final do ano 2001, e já no ano anterior, a Baixa da cidade transformou-se num grande estaleiro, já que muitas frentes de obra coincidiram temporalmente, para se conseguirem cumprir os prazos pré-estabelecidos. Os programadores culturais tiveram, frequentemente, que se adaptar a estes condicionalismos. O sucesso da vertente cultural do evento não parece, no entanto, ter sido muito afectado por isso. Durante os meses de vigência da Capital da Cultura fizeram-se mais de 2.000 acções, nas quais estiveram envolvidas cerca de um milhão de pessoas. É obvio que a quantidade de obras era demasiada para o tempo disponível, e isso reflectiu-se, quer na qualidade da renovação dos espaços públicos, quer nos prazos previstos. Nesse ano as condições climatéricas foram, como se disse, excepcionalmente adversas, e o dia-a-dia da população tornou-se difícil. Parece-nos importante, também, referir que as relações entre a CMP e a Porto 2001, S.A., nomeadamente entre os respectivos presidentes, se foram tornando, ao longo do tempo, conflituosas. Se, na época de Artur Santos Silva, as discordâncias se revelavam face ao Governo (Ministro da Cultura), agora, Teresa Lago não encontrava

entendimento com a Autarquia. Estas disputas com a Câmara dificultaram, de forma efectiva, o andamento das obras, já que, evidentemente, a Porto 2001, dependia em muitos aspectos dos Serviços Camarários e vice-versa; muitas vezes os processos pararam ou atrasaram-se por falta de consenso mútuo.

Por estas e por outras razões, a visão geral do público que assistia ao que se passava, tornou-se visivelmente crítica e negativa. A comunicação social tornou-se, também, em veículo privilegiado para que se gerasse um clima de negativismo em relação ao processo de requalificação.

A 3 de Julho de 2001, Augusto Santos Silva é nomeado Ministro da Cultura, (o terceiro desde a constituição da sociedade), substituindo, assim, no cargo, José Sasportes. As mudanças governamentais no pelouro da Cultura, principal elo de ligação da Sociedade Porto 2001 ao Governo Central, foram inevitavelmente, causando alguma instabilidade no decorrer deste processo.

António Guterres, na época Primeiro-ministro, demite-se do governo em Dezembro de 2001, após as eleições autárquicas, nas quais, o Partido Socialista sofre uma derrota muito significativa. Neste mesmo mês, a 22 de Dezembro, a "Porto 2001, Capital Europeia da Cultura", encerra oficialmente. Em consequência das referidas eleições, Rui Rio é eleito, por maioria absoluta, Presidente da Câmara do Porto, substituindo assim, Nuno Cardoso, a partir de 8 de Janeiro de 2002.

As alterações de carácter político que referimos ao longo do texto, parecem-nos fundamentais, já que, efectivamente, se traduzem em alterações de cargos e de pessoas, de políticas urbanas, de estratégias e interesses, influenciando por isso, o decorrer dos acontecimentos.

A mudança partidária na liderança na Autarquia da cidade, contribuiu decisivamente para que o projecto da Porto 2001 não tivesse tido continuidade. Aquando da eleição de Rui Rio para a presidência da Câmara do Porto, algumas obras estavam ainda por terminar; delas se destacam, a Casa da Música, o Auditório Nacional Carlos Alberto e, na Baixa, o funicular dos Guindais. A partir deste momento, o objectivo passou a ser o de terminar as obras que estavam por acabar, para que, rapidamente, a empresa pudesse ser extinta; politicamente não interessava à autarquia que a acção em curso fosse prolongada. Pensamos que, caso o desfecho político nesta eleição tivesse sido outro, talvez algumas das ideias ou projectos que ficaram pelo caminho, pudessem ter tido

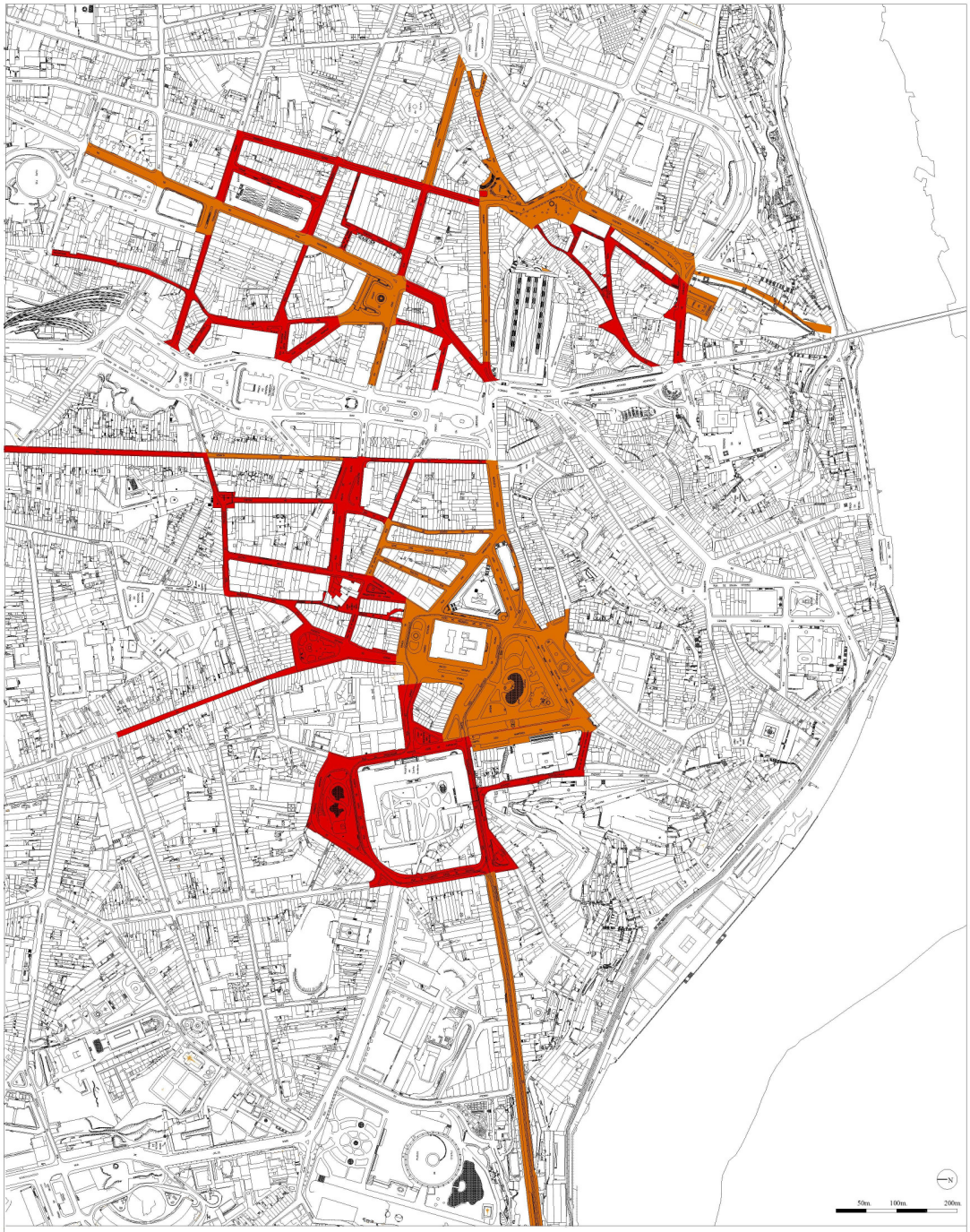


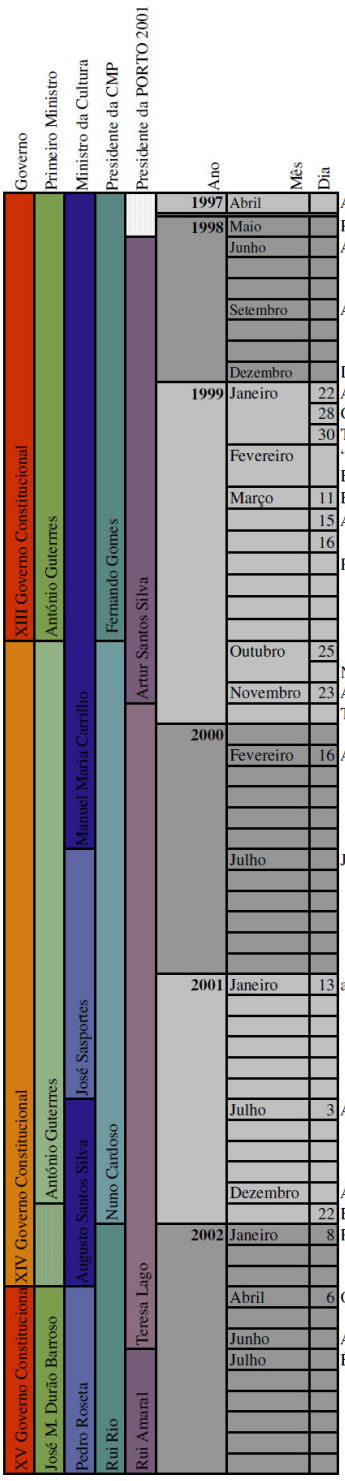
Figura 66. Área de Intervenção prevista inicialmente pela Porto 2001, SA/ Obras executadas

continuidade. Enquanto durou a coexistência da empresa com o exercício de poder do novo presidente, foram difíceis, também, quaisquer negociações. A passagem da tutela das obras de uma entidade para outra foi complexa e repleta de incidentes. Muito daquilo que tinha acabado de ser feito viria a degradar-se por falta de manutenção da C.M.P, agora com essa responsabilidade. Poder-se-á pensar, até, que foi intencional a falta de manutenção às obras da Porto 2001, para que a ela ficassem associados exemplos de má gestão e maus resultados, embora, quando considerado conveniente, obras como por exemplo a da Praça D. João I, Auditório Nacional Carlos Alberto e Casa da Música, fossem apresentadas como de iniciativa camarária.

Algumas dos espaços públicos que acabaram por não ser beneficiados, sofreram, entretanto, obras de requalificação por parte da C.M.P, sem que fossem tomados em conta projectos de execução concluídos, elaborados por arquitectos de reconhecido prestígio. É o caso da Praça Carlos Alberto, da Rua de Ceuta, Rua do Bonjardim, entre outras. Alexandre Alves Costa, diria em 2007: *De qualquer maneira, os projectos aprovados pela Câmara e pagos pela 2001 foram desenvolvidos e, embora parcialmente, postos no terreno. O escandaloso, é que são estes mesmos projectos que, depois de uma primeira fase de bloqueamento revanchista por parte da Câmara, estão a ser concretizados, alterados a bel prazer pelos técnicos municipais, normalmente para pior, sem nenhuma satisfação aos seus verdadeiros autores, demonstrando um sobranceiro desprezo pelas mais elementares regras de um procedimento leal, de abertura e diálogo.*[93]

[93] COSTA, Alexandre Alves (2007), em, depoimento para a TSF.

CRONOLOGIA



Ano	Mês	Dia	
1997	Abril		Apresentação da candidatura do Porto a Capital Europeia da Cultura em Maasstricht
1998	Maio		Porto e Roterdam são nomeadas para Cap. Europ. da Cultura em 2001
	Junho		Artur Santos Silva é indigitado futuro Presidente da P2001 e constituída a Comissão Instaladora
	Setembro		Apresentação do "Relatório da Comissão Instaladora"
	Dezembro		Decrelo-Lei nº 418-B cria a Sociedade Porto 2001, SA
1999	Janeiro	22	Artur Santos Silva Presidente do Conselho de Administração da "Porto 2001, S.A."; CMP aprova "Programa de Requalificação Urbana"
		28	
		30	Tomada de posse dos órgãos sociais da Sociedade Porto 2001
	Fevereiro		"Consulta para a elaboração do Programa de requalificação da Baixa Portuense" Endereçados os convites para a consulta
	Março	11	Entrega das propostas pelos Arquitectos convidados
		15	Apresentação Oral das Propostas pelos concorrentes (na Fundação Cupertino de Miranda)
		16	
			Relatório da Comissão de Avaliação
	Outubro	25	
			Nuno Cardoso substitui Fernando Gomes na Presidência da CMP
	Novembro	23	Artur Santos Silva renuncia ao cargo de Presidente do CA
			Tesesa Lago toma posse como Presidente do CA e CE da P2001
2000			
	Fevereiro	16	Apresentação Pública do Projecto de Renovação Urbana da Baixa do Porto: Coliseu do Porto
	Julho		José Sasportes é nomeado Ministro da Cultura , substituindo Manuel Maria Carrilho
2001	Janeiro	13	abertura oficial do "Porto 2001, Capital Europeia da Cultura"
	Julho	3	Augusto Santos Silva é nomeado Ministro da cultura, substituindo José Sasportes
	Dezembro		António Guterres demite-se
		22	Encerramento oficial do "Porto 2001, Capital Europeia da Cultura"
2002	Janeiro	8	Rui Rio é eleito
	Abril	6	O XV Governo Constitucional toma posse (até 2004);
	Junho		A "Porto 2001, S.A.", é nos termos dos seus estatutos, extinta
	Julho		É formada a "Sociedade Casa da Música/ Porto 2001, SA" , presidida por Rui Amaral

6 Conclusões

Num contexto em que se fala de metropolização, globalização, multicentralidade, incerteza, governância democrática, nova economia e mudança, o conceito de Projecto Urbano surge como um instrumento capaz de se adaptar a uma realidade com características determinadas por estes factores. A ideia de Projecto Urbano efectiva-se quando determinada conjuntura de factores se unem, de forma a produzir condições para a sua concretização, coincidindo, muitas vezes, com o aproveitamento imprevisto de oportunidades. Estas condições são normalmente criadas a partir de uma visão estratégica e com um claro fim a atingir e, por isso, são à partida projectos com uma componente prática bastante acentuada. A conjuntura a que nos referimos, normalmente coincide com o aparecimento de eventuais financiamentos que viabilizem determinada operação. São intervenções de escala intermédia, com tempos máximos de duração limitados a poucos anos, que tendem a servir como exemplo para futuras acções, e que, eventualmente, provoquem efeitos territoriais para além da sua área específica. O seu carácter complexo, interdependente dos conteúdos, procura superar a monofuncionalidade, tentando proporcionar a mistura de usos, de utentes, de ritmos temporais e de orientações funcionais. Tendem a assumir uma visão abrangente e estruturante do seu território, conformando uma arquitectura urbana, independentemente da arquitectura dos edifícios. Desenvolvem-se a partir de programas autónomos e têm uma componente pública significativa nos investimentos e nos usos colectivos visados. Tentam articular o curto com o longo prazo, a grande e a pequena escala, os interesses gerais com os particulares, andando do geral para o particular, assim como, o contrário. São, por isso, mais probabilísticos e menos determinísticos, tendo como característica a adaptabilidade e também a flexibilidade, contrariando a antiga rigidez dos Planos. Através de processos analíticos, procuram encontrar consensos entre diversos actores e, assim, a participação torna-se fundamental. São ferramenta de negociação e de gestão de conflitos. Requerem uma constante avaliação.

As características que definem o contexto urbano actual, ao qual as Políticas Urbanas tentam dar respostas adequadas, manifestam-se, também, no território português, e, particularmente no Porto. Não nos referimos à "cidade do Porto", já que, os seus limites se tornaram imprecisos e indefinidos, mas sim à chamada "Conurbação Metropolitana

do Porto". Efectuaram-se aqui, nos últimos anos, uma série de Projectos Urbanos que vieram confirmar estas tendências, como por exemplo, os projectos desenvolvidos no âmbito da Capital da Cultura, Marginal do rio Douro, Antas, entre outros, e, mais recentemente, as grandes transformações urbanas produzidas em torno das obras da Metro do Porto.

Podemos afirmar que, o Porto 2001 foi, sem dúvida, o aproveitar de uma oportunidade, que permitiu centrar momentaneamente as atenções do país nesta cidade, captar financiamentos capazes de dinamizar a sua vida cultural e desbloquear ou relançar algumas obras objectivamente necessárias para a cidade.

Em termos gerais, é indiscutível que a *Capital da Cultura* no Porto, pela positiva e enorme ambição do seu projecto, veio a deixar marcas importantes na cidade.

O Porto nunca tinha assistido a tal dinamismo; nunca antes tinha havido um investimento com esta dimensão (226 milhões de contos); nunca antes uma visibilidade, envolvimento e mobilização com esta extensão; jamais a cultura foi tão intensamente vivida pelas populações, com uma oferta diversificada que mobilizou mais de um milhão de espectadores. As obras executadas e lançadas nestes meses foram tantas que chegaram a considerar-se em demasia. A cidade passou a usufruir de uma série de novos e renovados Equipamentos Culturais como a Casa da Música, o Museu Nacional Soares dos Reis, o Auditório Nacional Carlos Alberto, o Centro Português de Fotografia, a Casa da Animação, entre outros, que enriqueceram fortemente a sua estrutura cultural e constituem, hoje, instituições fundamentais. Estes Equipamentos Culturais, a par do Museu de Serralves, geraram, além de benefícios locais óbvios, uma abertura do Porto a uma cultura internacional que antes era diminuta.

A cidade passou a usufruir, também, a partir de então, de vários espaços públicos requalificados, que, em muito, alteraram a sua vivência e que foram, em muitos casos, geradores de outras mais valias. Referimo-nos, em particular, às obras efectuadas na Orla Marítima da Cidade, entre Matosinhos e a praia do Molhe, projectados pelo Arquitecto Manuel de Solà-Morales.

Todas as obras atrás referidas se efectuaram sem grandes percalços e cumprindo os prazos e orçamentos previstos, à excepção da Casa da Música que, pela complexidade do seu projecto e da respectiva execução, ultrapassou a previsão orçamental e acabou por ser inaugurada, apenas, em 2004.

É de referir, também, o provável sucesso que um modelo empresarial inovador como a Porto 2001 S.A poderia constituir. A sua suficiente autonomia em relação ao Governo e à Autarquia e a sua duração contida num curto espaço de tempo geraram, à partida, a dinâmica de que qualquer projecto necessita para ser bem sucedido. Ao contrário daquilo que se veio a verificar, esta autonomia, teoricamente, permitiria separar os propósitos a atingir dos objectivos políticos, o que possibilitava que o projecto pudesse ser independente, não politizado, e por isso, desligado de todas as questões que envolvem eleições, lutas de poderes e partidarismos. Referimos, neste contexto, o empenhamento de uma equipa de trabalho qualificada, constituída por cerca de cem colaboradores com as mais variadas competências e diferentes formações profissionais e académicas, condição fundamental, também, para o bom funcionamento e êxito dos trabalhos.

Retomaremos, em jeito de síntese, algumas das observações anteriormente referidas quanto ao Projecto de Requalificação da Baixa Portuense.
Este projecto foi, neste estudo, autonomizado em relação às restantes acções efectuadas no âmbito da Capital Europeia da Cultura. Verificamos que o Projecto Urbano que estudámos reunia, à partida, as características gerais que definem o conceito, embora algumas das condições e objectivos que atrás enunciamos não se tenham vindo a concretizar. Foi importante, no presente trabalho, fazer uma reflexão sobre as suas especificidades e fazer um balanço sobre a globalidade de um processo que, até à data, se revelava pouco explícito.

O caso de estudo coincide, em termos de área de intervenção, com o "antigo centro" ou "baixa" do Porto. Pressupõe-se que, neste contexto específico, se devam tentar manter e reforçar, as qualidades morfológicas, funcionais e simbólicas que caracterizam e sustentam a condição central; o "centro antigo" não deve isolar-se em relação ao restante território, integrando-se no sistema urbano global, estabelecendo com este continuidades e relações, numa rede policêntrica, geradora de um sistema rico em especificidades e qualidades individuais e, que seja, ao mesmo tempo, coeso e unificado.
Embora alguns críticos refiram que se valorizam demasiado as áreas centrais em detrimento de outras menos "centrais", mas de igual modo importantes e estruturadoras,

e que é sobre estas que existe um *défice de conhecimento*[94], veio a verificar-se que, mesmo assim, ainda não estávamos suficientemente preparados para dar resposta correcta e eficaz a todas as questões levantadas por uma intervenção como a que se procurou levar a cabo.

Constata-se que, entre uma posição teórica e uma prática eficaz, existe, ainda, algum desfasamento.

O dramatismo e falta de consenso técnico e político face à complexidade da resolução da "crise do centro", ou, mais precisamente, das várias "crises" da condição central tradicional: o acesso automóvel, o envelhecimento do parque edificado, a degradação do espaço público e da qualidade ambiental, a impossibilidade de o centro integrar as fortes modificações registadas em algumas das funções que o caracterizavam, a procura de padrões de residência e formas de "habitar" no urbano extensivo, etc.[95], são questões às quais se tenta dar resposta.

Julgamos que, o *Programa de Requalificação Urbana para a Baixa Portuense* tinha como objectivo, inicialmente, produzir projectos e obras que incidissem, de forma abrangente e não sectorizada, sobre este conjunto de problemáticas. Pretendia-se que a intervenção fosse "ao fundo" das questões e não as tocasse apenas "ao de leve". Como ficou expresso, não foi o que acabou por acontecer, embora, aparentemente, estivessem reunidas à partida, as condições necessárias.

Podemos agora referir, tentando concluir, que a realização da *Consulta* que deu origem à *Requalificação da Baixa Portuense*, permitiu, antes de tudo, gerar um incisivo e aprofundado debate sobre a cidade. Permitiu juntar um alargado número de arquitectos e outros técnicos, agregando pensamentos e reflexões de forma conjunta. As diversas discussões públicas realizadas na época, ao longo do processo, a elaboração de algumas publicações e exposições sobre os projectos, fizeram com que o debate fosse alargado a outros intervenientes, participado e, por isso, por vezes, positivamente gerador de controvérsias.

Os objectivos enunciados nesta *Consulta* tornaram-se bastante mais ambiciosos do que os que tinham sido formulados pela *Comissão Instaladora da Sociedade Porto 2001*. No programa da *Consulta*, além da requalificação do espaço público, em todas as suas facetas e componentes, e dos equipamentos culturais, pretendia-se ir muito mais longe:

[94] PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João (2003), p.39.
[95] PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João (2003), p.39.

reformulação de toda a frente edificada, requalificação ou recuperação de edifícios, instalação ou reinstalação de novas funções, instalação de equipamentos colectivos e sociais, intervenções no interior dos quarteirões, implementação de um programa para a revitalização do comércio e dos serviços, implementação de um programa para uma intervenção no sector da habitação, foram apenas alguns dos objectivos ou acções sugeridas.

Esta ambição acrescida permitiu que as respostas vencedoras do concurso e posteriores avanços do projecto resultassem em planos que, sectorialmente mas com uma visão de conjunto, interpretassem e projectassem aquela zona da cidade como nunca antes tinha sido feito. Surgem, de forma coordenada, *Planos Gerais de Intervenção* para uma grande parcela da cidade. Planos densos, desenvolvidos a todos os níveis, desde o espaço público, até, ao interior dos quarteirões. Por isso, pensamos que a *Consulta* embora gerasse, talvez, demasiadas expectativas por permitir que se pensasse que todas as acções avançariam, possibilitou que esses planos fossem feitos e ficassem para o futuro. Durante e depois do ano 2001 criar-se-iam, assim, condições que permitissem a execução de novas acções. A estratégia seria, portanto, produzir *Planos Gerais de Intervenção*, e, ao memo tempo, *Projectos de Execução* para o que era exequível em tempo real – o Espaço Público; as restantes acções propostas nos planos, muitas vezes dependentes de outros factores (financiamentos, entidades privadas, associações, etc.), seriam executadas posteriormente e à medida que se fossem tornando viáveis, ou seriam induzidas naturalmente, e ao longo dos anos, a partir de um espaço público agora requalificado.

Desta forma, iniciaram-se na Baixa dezenas de obras de requalificação do Espaço Público. Podemos referir, sintetizando, alguns factores que nos parecem ter influenciado negativamente o decorrer das obras. Não havia no Porto uma experiência deste tipo que pudesse ter servido como exemplo e, por isso, foi necessário dar resposta, pela primeira vez, num apertado espaço de tempo, a um grande número de imprevistos. Julgamos que uma operação deste nível necessitava, antes de mais, de uma grande estabilidade organizativa. As constantes mudanças de liderança politica e intromissões, tanto ao nível Central como da Autarquia, bem como as alterações de cargos no interior da Sociedade, não permitiram a necessária estabilidade. Pensamos que, particularmente na requalificação da Baixa Portuense, alguns dos técnicos ligados à coordenação dos trabalhos não foram, também, completamente eficazes na gestão de todos os conflitos que uma intervenção daquele tipo despoletava. Os conflitos foram-se acentuando a

muitos níveis, o que fez com que muitas questões práticas não resolvidas interferissem no bom andamento dos trabalhos. Daí, ser condição fundamental a existência de uma gestão forte, eficaz, mobilizadora e respeitadora das qualidades individuais, capaz de garantir a compatibilização entre actores com diferentes objectivos.

A visão eventualmente crítica e negativa, por parte do público, decorre, entre outras, das razões apontadas. A comunicação social foi, igualmente, um veículo relevante para que se gerasse um clima de negativismo em relação ao processo de requalificação. Estes factores contribuíram para que, nas eleições para a autarquia que se verificaram no final de 2001, tenha havido uma mudança partidária na respectiva liderança. Julgamos que este facto veio alterar, profundamente, as previsões daqueles que tinham programado o futuro das acções da Porto 2001. O que se iniciou em 2001 deixou de ter qualquer continuidade. A estratégia global traduzida nos *Planos Gerais de Intervenção*, que encarava toda aquela zona da cidade, pela primeira vez de forma global, evitando acções fragmentadas e desconexas entre si, perdeu-se. O novo executivo camarário desvalorizou aquilo que tinha sido feito, menosprezando, também, projectos prontos a executar. Assim, além das acções que se previam executar a longo prazo, como o efectivar do *Programa de Revitalização do Comércio* e da *Habitação*, muitos espaços públicos não sofreram qualquer intervenção.

Apesar de tudo, podemos referir que a Porto 2001, na Baixa, deixou muitas ruas e praças requalificadas e infraestruturadas, melhorando significativamente as condições de vida da população e a imagem da cidade e induzido, em alguns sectores, a acção de privados que complementaram, como se previa, as acções anteriores.

O sucesso deste processo, por não ter tido continuidade, acabou por não se conseguir comprovar em todas as vertentes que o constituíam.

Necessitamos, agora, de forças capazes de gerar novas conjunturas, de encontrar pretextos e oportunidades para que, sem irrealismos mas com ambição, adequando prazos e objectivos, se possam realizar outros projectos, tentando sempre aproveitar aquilo que de positivo se deixou para trás. Necessitamos de estratégias bem dirigidas e organizadas que fomentem a evolução da cidade e que nos possibilitem assistir a momentos tão dinâmicos quanto os que se viveram no Porto, no ano de 2001.

7 Bibliografia

AGUIAR, José (1998): *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*, texto que se baseia na comunicação nunca antes editada: *Guimarães: (re)habitação e conservação do património urbano, em ReHabitar Centros Antigos*, organização conjunta da O.A. e da C.M.G.

ASCHER, François (2001): *Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin dês villes n'est pás à l'ordre du jour*, Éditions de l'Aube, Paris. [Edição Castelhano: *Los Nuevos Princípios del Urbanismo*, Madrid, Alianza Editorial, S.A., 2004]

BANDEIRINHA, José António (2007): *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974,* Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

BARNETT, Jonathan (1995): *The fractured metropolis : improving the new city : restoring the old city, reshoping the region,* Icon Ed., New York.

BUSQUETS, Joan (1992): *Barcelona - Evolucion Urbanistica de Una Capital Compacta*, Ed. Mapfre, Madrid.

BUSQUETS, Joan, e CORREA, Felipe (2006/2007): *10 lines, a new lens for the urbanistic Project, 10 formas, una nueva mirada hacia el proyecto urbanístico,* Nicolodi Editore, Harvard University – Graduate School of Design, Harvard.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES, Gabinete Técnico Local, MORAIS, Margarida (coordenação de edição) (1998): *Guimarães, Cidade Património Mundial – Um Objectivo Estratégico,* CMG – GTL, Guimarães.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, LOZA, Rui Ramos (coord. do projecto) (2000): *Porto Património Mundial : CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, Edição Câmara Municipal do Porto, Porto.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, LOZA, Rui Ramos (coord. do projecto) (2000/2001): *Porto Património Mundial : CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, *As Intervenções de 1974 a 2000. Fichas de obras*. Edição Câmara Municipal do Porto, Porto.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, FERNANDES DE SÁ, Manuel (coordenação) (2003): *PDMP, Plano Director Municipal do Porto, Relatório Março 2003*, Câmara Municipal do Porto, Porto.

CHOAY, Françoise (1965): *L'urbanisme : utopies et réalités. Une anthologie.* Editions du Seuil, Paris. [Edição em Português (2003): *O Urbanismo, Utopias e Realidades. Uma Antologia.* Editora Perspectiva S.A., São Paulo].

CORREIA, Francisco Nunes (coordenação) (2002): *Passeio Atlântico*, Editor: Gabinete Programa Polis, Lisboa.

COSTA, Alexandre A e FERNANDEZ, Sérgio (1999): *Projecto de Requalificação da Baixa Portuense, Plano Geral das Intervenções, Área de Intervenção Leste B – Memória Descritiva*, Porto

COSTA, Alexandre A. (2004): *O elogio da loucura, 1974-1976*, não editado.

COSTA, Alexandre A. (2007): *texto para Depoimento na TSF*, não editado.

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, COSTA, Alexandre A., FIGUEIRA, Jorge e MONIZ, Gonçalo (comissão Editorial) (2005): *Cidade-Sofia, Seminário Internacional, Cidades Universitárias em debate,* e[d]arq, Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

DIAS, Adalberto (1999): *Projecto de Requalificação da Baixa Portuense, Plano Geral das Intervenções, Área de Intervenção Leste A – Memória Descritiva*, Porto

DOMINGUES, Álvaro (coordenação) (2006): *Cidade e Democracia, 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal,* Editor Argumentum, Lisboa.

DOMINGUES, Álvaro (2006): *Da Cidade ao Urbano – II,* em, Arquitectura e Vida, 77.

FERNANDES, Fátima e CANNATÀ, Michele (2002): Formas Urbanas, Urban Shapes, ASA Editores II, SA, Porto.

FERNANDES, Fátima e CANNATÀ, Michele (coordenação Científica) (2005): *O projecto Urbano das Antas*, Civilização Editora, Porto.

FERNANDES, Manuel Correia (2000): *O Porto 2001*, em, revista Arquitectura e Vida, nº 1.

FIGUEIRA, Jorge e MONIZ, Gonçalo (Editores) (Set.2005): *ECDJ.9* (revista), e[d]arq, Departamento de Arquitectura Faculdade De Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

FLORES, Joaquim (1998), *Planos de salvaguarda e reabilitação de Centros Históricos em Portugal,* Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, FAUTL, Lisboa.

MOUTINHO, Vigínio (1999): *Projecto de Requalificação da Baixa Portuense, Plano Geral das Intervenções, Área de Intervenção Oeste B – Memória Descritiva*, Porto

PANERAI, Philippe, CASTEX, Jean, e, DEPAULE, Jean-Charles (1986): *Formas Urbanas : de la manzana al bloque*; trad. CASTÁN, Santiago, Edições Gustavo Gili, Barcelona.

PANERAI, Philipp e MANGIN, David (1999): *Projet Urbain*, Edições Parentheses, Marseille.

PANERAI, Philippe, DEPAULE, Jean-Charles, e, DEMORGON, Marcelle (1999): *Analyse Urbaine*, Éd. Parenthèses, Marseille.

PAULINO, Raquel (2004): *Da Estratégia de Valorização ao Processo de Regeneração Urbana?, Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano,* Universidade do Porto, FAUP, FEUP, Porto.

PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João (2003): *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades,* Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

PORTAS, Nuno (2005): *Os Tempos das Formas, vol. I: A Cidade Feita e Refeita, Escritos 1963-2004*, Edição: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho/ Guimarães, Guimarães.

PORTAS, Nuno (2006): *Premio Sir Patrick Abercrombie, UIA 2005*, Ordem dos Arquitectos, Caleidoscópio – Edições e Artes Gráficas, S.A., Lisboa.

PORTELA, Irene Maria (2004): *Um novo paradigma de gestão pública: administração em colaboração através de parcerias - estudo de caso "Porto 2001, SA - Capital Europeia da Cultura", Dissertação Mestrado em Administração Pública*, (Orientador: Oliveira, Luís Gonçalves), Universidade do Minho.

PORTO 2001, S.A. (Fev. 99): *Consulta para a elaboração do Programa de requalificação da Baixa Portuense – Apresentação de Ideias*, Porto 2001, S.A. Porto.

PORTO 2001, S.A. e FAUP PUBLICAÇÕES, MENDES, Manuel (conceito e coordenação editorial) (2000): *Catálogo da Exposição - Porto 2001: Regresso à Baixa, Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*, Porto 2001 e FAUP edições, Porto.

PORTO 2001, S.A., Departamento de Renovação Urbana, OLIVEIRA, Julieta e PEREIRA, Luís (comissariado) (2002): *Catálogo da Exposição – Registos de uma transformação*, edição Porto 2001, S.A., DRU, Porto.

SECCHI, Bernardo (2000*): Prima lezione di urbanística*, Gius. Laterza & Figli S.p.a., Roma-Bari. [Edição em Português: Primeira lição de Urbanismo, Editora Perspectiva S.A., São Paulo, 2000].

SOLÀ-MORALES, Ignasi e Costa, Xavier (edts.) (2004): *Metapolis, Ciudades, Redes, Paisajes,* Editorial Gustavo Gili, Barcelona.

SOLÀ-MORALES, Manuel (1989): *Un'altra tradizione moderna. Della rottura dell'ano trenta al projetto urbano moderno,* Lotus Internacional, p. 6-31.

SOLÀ-MORALES, Manuel (1999): *Memória - Projecto de Execução para a Requalificação da Marginal do Parque da Cidade*, Porto 2001, S.A., Porto.

SOLÀ-MORALES, Manuel (2002): *Passeio Atlântico: Intervenção no Porto*, em, CORREIA, Francisco Nunes (coord.), *Passeio Atlântico*, Gabinete Programa Polis, Lisboa.

TSIOMIS, Yannis e ZIEGLER, Volker (2007) : *Anatomie de projets urbains – Bordeaux, Lyon, Rennes, Strasbourg*, Editions de La Villette, Paris.

UNIVERSIDADE DO PORTO, Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura, PORTAS, Nuno (coordenação comissariado) (1998): *Cidades e frentes de água, Cities & waterfronts,* FAUP publicações, Porto.

VÁZQUEZ, Carlos Garcia (2004) : *Ciudad hojaldre, Visiones urbanas del siglo XXI,* Edições Gustavo Gili, Barcelona.

VIEIRA, Mercês e CORTESÂO, Camilo (1999): *Projecto de Requalificação da Baixa Portuense, Plano Geral das Intervenções, Área de Intervenção Oeste A – Memória Descritiva*, Porto.

8 Índice e proveniência das ilustrações

Figura 1 - *Sistema Urbano no Noroeste Peninsular – Contiguidades Urbanas,* em PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João (2003): *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades,* Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. (p.45).

Figura 2 - *Um mapa esquemático, O País Arquipélago*, em PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João (2003): *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades,* Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. (p.27).

Figura 3 - *O Portugal Urbano, Modelo Territorial – Tendência (prospectiva) – Síntese Geral,* em, PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João (2003): *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades,* Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. (p.26).

Figura 4 - Imagem parcial de Cartaz (1974), *Encontro SAAL Norte, no Centro de Formação Profissional Acelerada,* Colecção particular de Alexandre Alves Costa.

Figura 5 - *Distribuição das Operações SAAL na área do Porto*, em, BANDEIRINHA, José António (2007): *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974,* Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra. (p.409).

Figura 6 - *CRUARB – Operação da Ribeira Barredo, 1976 - 1981*, em, CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, LOZA, Rui Ramos (coord. do projecto) (2000): *Porto Património Mundial : CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, Edição Câmara Municipal do Porto, Porto. (p.182).

Figura 7 - *CRUARB – Projecto Piloto da Sé, 1993 - 1996*, em, CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, LOZA, Rui Ramos (coord. do projecto) (2000): *Porto Património Mundial : CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, Edição Câmara Municipal do Porto, Porto. (p.188).

Figura 8 - *CRUARB – Operação de Miragaia, 1998*, em, CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, LOZA, Rui Ramos (coord. do projecto) (2000): *Porto Património Mundial : CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, Edição Câmara Municipal do Porto, Porto. (p.192).

Figura 9 - *CRUARB – Operação de Vitória*, em, CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, LOZA, Rui Ramos (coord. do projecto) (2000): *Porto Património Mundial : CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, Edição Câmara Municipal do Porto, Porto. (p.200).

Figura 10 - Planta Geral - Projecto Requalificação do espaço público da Av. Marginal do rio Douro, entre o Largo de S. Francisco e a Av. Basílio Teles, no Porto – 1998 – Arquitecto Manuel Fernandes de Sá (desenho fornecido pelo próprio).

Figura 11 - Projecto de execução – Detalhe 4 – Sector 1 – Projecto Requalificação do espaço público da Av. Marginal do rio Douro, entre o Largo de S. Francisco e a Av. Basílio Teles, no Porto – 1998 – Arquitecto Manuel Fernandes de Sá (desenho fornecido pelo próprio).

Figura 12 - Projecto de execução – Detalhe 2 – Sector 1 – Projecto Requalificação do espaço público da Av. Marginal do rio Douro, entre o Largo de S. Francisco e a Av. Basílio Teles, no Porto – 1998 – Arquitecto Manuel Fernandes de Sá (desenho fornecido pelo próprio).

Figura 13 - Projecto de execução – Detalhe 8 – Sector 3 – Projecto Requalificação do espaço público da Av. Marginal do rio Douro, entre o Largo de S. Francisco e a Av. Basílio Teles, no Porto – 1998 – Arquitecto Manuel Fernandes de Sá (desenho fornecido pelo próprio).

Figura 14/17 - Corte Transversal (Estação de Metro), fotografias da maqueta, e Planta da estrutura verde, em, FERNANDES, Fátima e CANNATÀ, Michele (coordenação Científica) (2005): *O projecto Urbano das Antas*, Civilização Editora, Porto. (p.193, 117 e 32)

Figura 18 - Perfis Transversais – Projecto para a Marginal do Parque da Cidade, Arq. Manuel de Solà-Morales, em, arquivo Porto 2001, SA.

Figura 19 - Perfis Transversais – Projecto para a Marginal do Parque da Cidade, Arq. Manuel de Solà-Morales, em, arquivo Porto 2001, SA.

Figura 20 - Planta Geral da Intervenção – Projecto para a Marginal do Parque da Cidade, Arq. Manuel de Solà-Morales, em, arquivo Porto 2001, SA.

Figura 21 - Fotografia de Maqueta, Projecto para a Marginal do Parque da Cidade, Arq. Manuel de Solà-Morales, em, arquivo Porto 2001, SA.

Figura 22/28 – Desenhos - Projecto de Requalificação da Av. de Montevideu, Arq. Manuel de Solà-Morales, em, arquivo Porto 2001, SA. e Fotografias do local (pelo autor do trabalho).

Figura 29 - *Bolonha. Planta da cidade*, em, DEP. ARQ. FAC. CIÊNCIAS E TEC. U. C., COSTA, Alexandre A., FIGUEIRA, Jorge e MONIZ, Gonçalo (comissão Editorial) (2005): *Cidade-Sofia, Seminário Internacional, Cidades Universitárias em debate,* e[d]arq, Coimbra. (p.126).

Figura 30 - *Bolonha. Ocupação física e ordenamento*, em, DEP. ARQ. FAC. CIÊNCIAS E TEC. U. C., COSTA, Alexandre A., FIGUEIRA, Jorge e MONIZ, Gonçalo (comissão Editorial) (2005): *Cidade-Sofia, Seminário Internacional, Cidades Universitárias em debate,* e[d]arq, Coimbra. (p.139).

Figura 31 a 35 - Centro Histórico de Guimarães, em, GESTA, Alexandra, Apresentação em, UNIVERSIDADE DE COIMBRA: UNIVER(SC)IDADE, desafios e propostas de uma candidatura a património da humanidade, 29 e 30 de Novembro de 2007, Coimbra. Recuperação do Centro Histórico de Guimarães, Intervenção GTL, Centro Histórico de Guimarães.

Figura 36 - Planta Geral das Áreas de Intervenção a promover pela Porto 2001, SA, e identificação dos Equipamentos Culturais. Desenho executado para o efeito, pelo autor do trabalho.

Figura 37 e 38 - Desenhos de síntese. Concurso - Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense, Zona LESTE A, Equipa de Adalberto Dias, em, PORTO 2001, S.A. e FAUP PUBLICAÇÕES, MENDES, Manuel (conceito e coordenação editorial) (2000): *Catálogo da Exposição - Porto 2001: Regresso à Baixa, Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*, Porto 2001 e FAUP edições, Porto. (p.320, 321).

Figura 39/44 - Desenhos de síntese, Concurso - Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense, ZONA LESTE B, Equipa de Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez, em, PORTO 2001, S.A. e FAUP PUBLICAÇÕES, MENDES, Manuel (conceito e coordenação editorial) (2000): *Catálogo da Exposição - Porto 2001: Regresso à Baixa, Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*, Porto 2001 e FAUP edições, Porto. (p.244, 245, 248 e 252).

Figura 45 e 46 - Desenhos de síntese. Concurso - Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense, ZONA OESTE A, Equipa de Camilo Cortesão e Mercês Vieira, em, PORTO 2001, S.A. e FAUP PUBLICAÇÕES, MENDES, Manuel (conceito e

coordenação editorial) (2000): *Catálogo da Exposição - Porto 2001: Regresso à Baixa, Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*, Porto 2001 e FAUP edições, Porto. (p.296 e 297).

Figura 47 e 48 - Desenhos de síntese. Concurso - Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense, ZONA OESTE B, Equipa de Vigínio Moutinho, em, PORTO 2001, S.A. e FAUP PUBLICAÇÕES, MENDES, Manuel (conceito e coordenação editorial) (2000): *Catálogo da Exposição - Porto 2001: Regresso à Baixa, Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*, Porto 2001 e FAUP edições, Porto. (p.102 e 106).

Figura 49 - Planta Base –. Plano Geral de Intervenção, Requalificação da Baixa Portuense, Zona OESTE A, Equipa de Camilo Cortesão e Mercês Vieira (desenho fornecido pelos coordenadores do projecto).

Figura 50 - Perfis Transversais – Plano Geral de Intervenção, Requalificação da Baixa Portuense, Zona OESTE A, Equipa de Camilo Cortesão e Mercês Vieira (desenho fornecido pelos coordenadores do projecto).

Figura 51 - Planta de Trabalho – Plano Geral de Intervenção, Requalificação da Baixa Portuense, Zona OESTE A, Equipa de Camilo Cortesão e Mercês Vieira (desenho fornecido pelos coordenadores do projecto).

Figura 52 - Planta de Síntese – Plano Geral de Intervenção, Requalificação da Baixa Portuense, Zona OESTE A, Equipa de Camilo Cortesão e Mercês Vieira (desenho fornecido pelos coordenadores do projecto).

Figura 53 - Planta de Trabalho – Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense, Zona OESTE B. Equipa de Vigínio Moutinho. (desenho fornecido pelo coordenador do projecto).

Figura 54 - Planta de Síntese – Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense, Zona OESTE B. Equipa de Vigínio Moutinho. (desenho fornecido pelo coordenador do projecto).

Figura 55 - Planta do Projecto para a Praça Carlos Alberto – Não Executado, Zona OESTE B. Equipa de Vigínio Moutinho. (desenho fornecido pelo coordenador do projecto).

Figura 56 - Planta de Projecto, Rua de Ceuta, Arquitecto Francisco Barata Fernandes – Não Executado, Zona OESTE B. Equipa de Vigínio Moutinho. (desenho fornecido pelo coordenador do projecto).

Figura 57 - Planta de Projecto, Praça Filipa de Lencastre, Arquitecto Francisco Barata Fernandes – Não Executado, Zona OESTE B. Equipa de Vigínio Moutinho. (desenho fornecido pelo coordenador do projecto).

Figura 58 - Planta de Trabalho – Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense, Zona LESTE A. Equipa de Adalberto Dias. (desenho fornecido pelo coordenador do projecto).

Figura 59 - Planta de Síntese – Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense, Zona LESTE A. Equipa de Adalberto Dias. (desenho fornecido pelo coordenador do projecto).

Figura 60 - Projecto Execução Pç. Batalha/ Largo de Sto. Ildefonso – Plantas – Requalificação da Baixa Portuense, Zona LESTE A. Equipa de Adalberto Dias. (desenho fornecido pelo coordenador do projecto).

Figura 61 - Projecto Execução Pç. Batalha/ Largo de Sto. Ildefonso – Perfil – Requalificação da Baixa Portuense, Zona LESTE A. Equipa de Adalberto Dias. (desenho fornecido pelo coordenador do projecto).

Figura 62 - Projecto Execução Pç. Batalha/ Largo de Sto. Ildefonso – Perfil – Requalificação da Baixa Portuense, Zona LESTE A. Equipa de Adalberto Dias. (desenho fornecido pelo coordenador do projecto).

Figura 63 - Planta de Trabalho – Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense, Zona LESTE B. Equipa de Alexandre A. Costa e Sérgio Fernandez. (desenho fornecido pelos coordenadores do projecto).

Figura 64 - Planta de Síntese – Plano Geral de Intervenção – Requalificação da Baixa Portuense, Zona LESTE B. Equipa de Alexandre A. Costa e Sérgio Fernandez. (desenho fornecido pelos coordenadores do projecto).

Figura 65 - Projecto de Execução da Praça D. João I – Requalificação da Baixa Portuense, Zona LESTE B. Equipa de Alexandre A. Costa e Sérgio Fernandez. (desenho fornecido pelos coordenadores do projecto).

Figura 66 - Área de Intervenção prevista inicialmente pela Porto 2001, SA/ Obras executadas. (Desenho executado para o efeito, pelo autor do trabalho).

9 Cronologia do Porto 2001

1985, 13 de **Junho** – O concelho de Ministros da Cultura das Comunidades Europeias decide instituir a organização de Capitais Europeias da Cultura;

1995, 28 de Outubro – O **XIII Governo Constitucional** toma posse, sendo constituído pelo Partido Socialista com base nos resultados das eleições de 1 de Outubro de 1995. Terminou o seu mandato em 25 de Outubro de 1999.

- Primeiro-Ministro - António Guterres
- Ministro Adjunto - Jorge Coelho
- Ministro Adjunto do Primeiro Ministro - José Sócrates
- Ministro da Administração Interna - Jorge Coelho
- Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas - Luís Capoulas Santos
- Ministro da Ciência e Tecnologia - Mariano Gago
- Ministro da Cultura - Manuel Maria Carrilho
- Ministro da Defesa Nacional - Jaime Gama
- Ministro da Economia - Daniel Bessa (até 28/03/1996), Augusto Mateus (de 28/03/1996 a 25/11/1997), Joaquim Pina Moura (a partir de 25/11/1997)
- Ministro da Educação - Eduardo Marçal Grilo
- Ministro da Justiça - José Vera Jardim
- Ministro da Saúde - Maria de Belém Roseira
- Ministro das Finanças - António Sousa Franco
- Ministro do Ambiente - Elisa Ferreira
- Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território - João Cravinho
- Ministro do Trabalho e Solidariedade - Eduardo Ferro Rodrigues
- Ministro dos Assuntos Parlamentares - António Costa
- Ministro dos Negócios Estrangeiros - Jaime Gama

1995, Outubro – Manuel Maria Carrilho é nomeado ministro da Cultura;

1997, 7 de Abril – É apresentada a candidatura do Município do Porto, pelo então Presidente da Câmara, Fernando Gomes, em Maastricht;

1997, Novembro – Manuela de Melo, na qualidade de vereadora do pelouro da cultura explica e apresenta o projecto, no Luxemburgo;

1998, 28 de Maio – A cidade do Porto, conjuntamente com Roterdão, são as cidades nomeadas para serem "Capital Europeia da Cultura" no ano de 2001.

1998, **Junho** – É "indigitado o futuro "Comissário/Presidente" (Artur Santos Silva) e constituída a Comissão Instaladora da estrutura que viria a ser encarregada de promover o "Porto Capital Europeia da Cultura;

1998, 28 de **Setembro** – A Comissão dá por encerrados os seus trabalhos. É assim elaborado o "Relatório da Comissão Instaladora", no qual constam as linhas programáticas a que deveria obedecer a actividade a desenvolver em torno e a propósito do "Porto Capital Europeia da Cultura" em 2001;

1998, 31 de **Dezembro** – Através do Decreto-Lei nº 418-B, de 31/12/98, é criada a Sociedade "Porto 2001, S.A.", a quem é incumbida "a concepção, planeamento e execução de todas as acções que integram o evento ou as que com ele se relacionam no âmbito da requalificação urbana";

1999, 22 de **Janeiro** – Artur Santos Silva é designado formalmente Presidente do Conselho de Administração da "Porto 2001, S.A.";

1999, 28 de **Janeiro** – A Câmara Municipal do Porto aprova dois documentos de particular importância: "As linhas gerais da Programação Cultural inserida no Projecto Porto2001: Capital Europeia da Cultura" e o "Programa de Requalificação Urbana no âmbito do Porto, Capital Europeia da Cultura, em 2001";

1999, 30 de **Janeiro** – Os órgãos sociais da Sociedade Porto 2001 tomam posse;

1999, **Fevereiro** – É elaborado pela Porto 2001, S.A. o documento intitulado "Consulta para a elaboração do Programa de requalificação da Baixa Portuense";

1999, Fevereiro – São endereçados por Artur Santos Silva os convites aos Arquitectos para a "Consulta";

1999, 11 de Março – Entrega das propostas pelos Arquitectos convidados;

1999, Março – A "*Comissão de Avaliação das Propostas"*, apresenta o Relatório justificativo para as escolhas dos vencedores da "Consulta";

1999, 20 de Setembro – Entrega dos Planos Gerais de Intervenção;

1999, 25 de Outubro – O XIV Governo Constitucional toma posse, sendo constituído pelo Partido Socialista com base nos resultados das eleições de 10 de Outubro de 1999.

- Primeiro-Ministro - António Guterres
- Ministra do Planeamento - Elisa Ferreira
- Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro - Fernando Gomes e António José Seguro
- Ministro da Administração Interna - Fernando Gomes e Nuno Severiano Teixeira
- Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas - Luís Capoulas Santos
- Ministro da Ciência e da Tecnologia - Mariano Gago
- Ministro da Cultura – José Sasportes, Augusto Santos Silva (a partir de Julho de 2001)
- Ministro da Defesa Nacional - Rui Pena
- Ministro da Economia - Luís Braga da Cruz
- Ministro da Educação - Júlio Pedrosa
- Ministro da Justiça - António Costa
- Ministro da Juventude e do Desporto - José Lello
- Ministro da Presidência - Guilherme d'Oliveira Martins
- Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública - Alberto Martins
- Ministro da Saúde - António Correia de Campos
- Ministro das Finanças - Guilherme d'Oliveira Martins
- Ministro de Estado - Jaime Gama
- Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território - José Sócrates

- Ministro do Equipamento Social - José Sócrates
- Ministro do Trabalho e da Solidariedade - Paulo Pedroso
- Ministro dos Negócios Estrangeiros - Jaime Gama

1999, Outubro - Nuno Cardoso substituiu Fernando Gomes na presidência da Câmara Municipal do Porto;

1999, 23 de **Novembro** – Artur Santos Silva renuncia ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da "Porto 2001, S.A.";

1999, 23 de **Novembro** – O Conselho de Administração, constituído por dezanove elementos, passa a ser presidido por Teresa Lago, que também preside à Comissão Executiva, a qual integra ainda Manuela Melo, Paulo Sarmento e Cunha, Pedro Burmester, Lúcia Matos e Paulo Sarmento e Cunha (?).

2000, 16 de **Fevereiro** – Conferência de imprensa – Coliseu do Porto – *Apresentação do Projecto de Renovação da Baixa do Porto*

2000, 12 de **Julho –** José Sasportes é nomeado Ministro da Cultura por António Guterres, substituindo Manuel Maria Carrilho;

2001, 13 de **Janeiro** – O "Porto 2001, Capital Europeia da Cultura" tem a sua abertura oficial;

2001, 3 de **Julho –** Augusto Santos Silva (actual ministro dos Assuntos Parlamentares) é nomeado Ministro da cultura, substituindo assim o cargo de José Sasportes;

2001, Dezembro - António Guterres demite-se após as eleições autárquicas em que o PS sofre uma derrota muito significativa.

2001, 22 de **Dezembro** – Encerramento ao público do "Porto 2001, Capital Europeia da Cultura";

2002, 30 de **Junho** – A "Porto 2001, S.A.", é nos termos dos seus estatutos, extinta;

2002, 8 de Janeiro – Rui Rio é eleito Presidente da Câmara Municipal do Porto, substituindo Nuno Cardoso;

2002, 6 de Abril - O **XIV Governo Constitucional** Termina o seu mandato;

2002, 6 de Abril - O **XV Governo Constitucional** toma posse (até 2004); Dirigido pelo Primeiro-Ministro José Manuel Durão Barroso (PSD) numa coligação com o PP (dirigida por Paulo Portas, que ocupou o cargo de Ministro da Defesa).

- Primeiro-Ministro – José Manuel Durão Barroso
- Ministro da Administração Interna – António Figueiredo Lopes
- Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas – Armando Sevinate Pinto
- Ministro da Ciência e Ensino Superior – Graça Carvalho e Pedro Lynce
- Ministro da Cultura – Pedro Roseta
- Ministro da Defesa Nacional – Paulo Portas
- Ministro da Economia – Carlos Tavares
- Ministro da Educação – David Justino
- Ministro da Justiça – Celeste Cardona
- Ministro da Presidência – Nuno Morais Sarmento
- Ministro da Saúde – Luís Filipe Pereira

- Ministro da Segurança Social e do Trabalho – António Bagão Félix
- Ministro das Cidades – António Carmona Rodrigues
- Ministro das Cidades – Valente de Oliveira
- Ministro das Finanças – Manuela Ferreira Leite
- Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação – António Carmona Rodrigues
- Ministro de Estado – Manuela Ferreira Leite e Paulo Portas
- Ministro do Ambiente e do Ordenamento – Amílcar Theias, Isaltino Morais e Arlindo Cunha
- Ministro dos Assuntos Parlamentares – Luís Marques Mendes
- Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas – Teresa Gouveia e Martins da Cruz
- Ministro-adjunto do Primeiro-ministro – José Luís Arnaut;

2002, 1 de **Julho** – A "Sociedade Casa da Música/Porto 2001, S.A.", sucede à "Porto 2001, S.A." a fim de assegurar a gestão das obras iniciadas pela "Porto 2001, S.A", e da gestão da empreitada da construção do edifício Casa da Música, sendo o Conselho de Administração presidido por Rui Amaral;

2003, **Julho** – O Governo demite todo o Conselho de Administração e nomeia Santos de Carvalho para assumir a presidência do novo Conselho de Administração;